

Câmara Municipal de Alpiarça



2015
Consolidação de Contas
Relatório de Gestão Consolidado



CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

CERTIDÃO

Ana Cristina Lima Ferreira, Assistente Técnica Administrativa, a exercer funções de Secretária no Gabinete de Apoio à Presidência na Câmara Municipal de Alpiarça-----

Certifica, conforme minuta da ata da Reunião da Câmara Municipal realizada no dia vinte e três do mês de Junho de dois mil e dezasseis, aprovada por maioria no final da mesma reunião, que consta uma deliberação com o seguinte teor:-----

Ponto 4 - Consolidação de Contas do ano de 2015 – Relatório de Gestão Consolidado-----
Município de Alpiarça-----

Aprovado por maioria com o voto contra do Sr. Vereador Francisco Cunha-----

Remeter à Assembleia Municipal.-----

Por ser verdade, se passa a presente certidão que assino e faço autenticar com selo branco em uso neste Município.-----

Paços do Município de Alpiarça, aos vinte e oito dias do mês de Junho de dois mil e dezasseis.-----

A Assistente Técnica Administrativa, a exercer funções de Secretária no Gabinete de Apoio à Presidência na Câmara Municipal de Alpiarça-----

Ana Cristina Lima Ferreira
Ana Cristina Ferreira



CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

Consolidação de Contas do ano de 2015 - Relatório de Gestão Consolidado

Município de Alpiarça

Presente em Reunião

Em 23/06/16

Para Deliberação: *Aprovando por maioria com o voto contra do Vereador*
Remeter à Assembleia Municipal *Francisco Cunha*

Presente em Reunião de Câmara de 23/06/2016

Deliberação: Aprovada por maioria com
o Voto contra do Vereador Francisco
Cecinha

Hein

Presente em Assembleia Municipal de ____/____/2016

Deliberação: _____



RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

LEI N.º 73/2013 de 03/09 RFALEI

JUNHO 2016

INDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	Pág. 3
GRUPO A CONSOLIDAR	Pág. 4
CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS	Pág. 6
BALANÇO CONSOLIDADO	Pág. 8
BALANÇO	Pág.12
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADA	Pág. 22
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Pág. 24
FLUXOS DE CAIXA	Pág. 27
ANEXO ÀS DEMOSNTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DE ALPIARÇA	Pág. 29

PRESTAÇÃO DE CONTAS – ÁGUAS DO RIBATEJO

PRESTAÇÃO DE CONTAS AGROALPIARÇA

RELATÓRIO DE GESTÃO 2015 – LT SRU

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A consolidação de contas é uma técnica contabilística que visa apresentar as contas de um grupo como se de uma única entidade económica se tratasse. No processo de consolidação de contas elaboram-se as demonstrações financeiras do grupo económico, em função das demonstrações financeiras de cada uma das entidades consideradas individualmente.

Nos últimos anos tem-se assistido, em Portugal, a uma alteração de paradigma ao nível do desenvolvimento das atribuições e competências dos municípios, que, numa lógica de grupo municipal, têm vindo a recorrer a formas organizacionais diversas.

Neste contexto, facilmente se compreende que a análise das contas individuais não permite uma visão global da situação financeira do grupo municipal. Atendendo à necessidade de avaliação integrada do conjunto das atividades desenvolvidas e à necessidade de objetividade e transparência da informação, a apresentação de contas consolidadas torna-se imperativa.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem apropriada e verdadeira da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo uma análise e avaliação das políticas públicas locais.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. De facto, o n.º 1 do artigo 75.º estabelece que “Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”.

Por outro lado, a informação financeira das entidades que integram o perímetro da consolidação, tornou-se, com a entrada em vigor da nova LFL, informação de relevância extrema para efeitos de controlo da dívida total de operações orçamentais (art.ºs 52.º e 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), uma vez que as dívidas dessas entidades relevam para efeito de apuramento do montante da dívida de cada município.

Desta forma, conforme estabelecido no ponto 5.2 daquela Orientação, os documentos de prestação de contas consolidadas incluem, para além das diversas demonstrações financeiras, o relatório de gestão consolidado.

Compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas consolidadas e submete-los à apreciação da Assembleia Municipal, conforme estipulado no nº 2 do art.º 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro (RFALEI).

Aplicando-se ao Município e às participadas sistemas contabilísticos distintos, respetivamente o POCAL o SNC, tornou-se necessário proceder previamente a um conjunto de reclassificações nas contas das participadas de modo a tornar compatíveis os documentos a consolidar, quando aplicado o método integral.

Todos os valores são apresentados em euros.

2. GRUPO A CONSOLIDAR

Com a já referida publicação da Lei 73/2013 de 03 de Setembro, que entrou em vigor em 01 de janeiro de 2014, a Agroalpiarça, CIPRL passou a ser integrada no perímetro de consolidação utilizando-se o *método de consolidação integral*.

Também as participadas Resiurb – Associação de Municípios para o Tratamento de Resíduos, CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, AR – Águas do Ribatejo, EM,SA e a LT – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM foram integradas no perímetro de consolidação pelo *método da equivalência patrimonial* por o Município de Alpiarça participar nos respectivos capitais sociais em mais de 5% e menos de 10%.

Entidade Consolidante

MUNICÍPIO DE ALPIARÇA

NIF: 501133097

Rua José Relvas, 374, 2090-106 ALPIARÇA

Natureza da atividade – Pessoa coletiva territorial, dotada de órgãos representativos, que visa a prossecução de interesses próprios das respectivas populações.

ATIVIDADE DESENVOLVIDA Encontra-se relatada no Relatório de Gestão aprovado pelo Executivo em 22/04/2016 e pela Assembleia Municipal em 29/04/16

a) Entidades Consolidadas - (Método Integral)

AGROALPIARÇA, CIPRL

NIF: 50200006

Capital Social – 150.000,00 €

Participação direta do município de ALPIARÇA no Capital Social – 99,87%

Natureza da atividade – Agricultura e comércio de vinhos

ATIVIDADE DESENVOLVIDA – O Relatório e Contas de Atividades, Conta de Gerência e Anexos às Demonstrações Financeira foram aprovadas pela Assembleia Geral em 07 de abril de 2016 e enquanto documentos agora consolidados são anexados ao presente relatório.

b) Entidades Consolidadas - (Método Equivalência Patrimonial)

Entidades	Porcentagem	Valor participado	Capital próprio 2015	Valor participado	Diferença a registar	Contas Debito	Contas a crédito	Ajustamentos a fazer
Resiurb	9,91%		1.500.878,58	148.737,07	148.737,07			Não, por ser contribuição
AR	5,40%	2.957.593,20	55.340.194,07	2.988.370,48	30.777,28	412	55	Sim
LT	5,39%	26.128,38	475.058,16	25.605,63	-522,75	412	55	Sim
CIMLT	5,80%		6.885.547,04	399.361,73	399.361,73			Não, por ser contribuição
					578.353,33			

Notas do revisor:

Métodos de equivalência patrimonial

Não precisamos de fazer os ajustamentos das entidades RESIURB e CIMLT.

AR – Águas do Ribatejo, EM, SA

NIF: 508345464

Capital Social – 6.871.681,00 €

Participação direta do município de ALPIARÇA no Capital Social/estatutário – 5,4%

Natureza da atividade – Exploração e gestão dos sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo público e saneamento dos Municípios participantes no seu capital social

ATIVIDADE DESENVOLVIDA – O Relatório e Contas de Atividades, Conta de Gerência e Anexos às Demonstrações Financeira foram aprovadas pelo Concelho de Administração da AR – Águas do Ribatejo, EM; SA em 29 de março de 2016 e certificadas por Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.

LT – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM

NIF: 509226426

Capital Social – 475.058,16

Participação direta do município de ALPIARÇA no Capital Social/estatutário – 5,39%

Natureza da atividade – Promover a Reabilitação Urbana

ATIVIDADE DESENVOLVIDA – O Relatório e Contas de Atividades, Conta de Gerência e Anexos às Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Concelho de Administração da LT - Sociedade de Reabilitação Urbana em 31 de março de 2016 e certificadas por Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.

3 – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

As contas aprovadas em cada uma das entidades foram objeto de certificação pelas seguintes entidades:

- AR – Águas do Ribatejo, EM, SA - Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.
- LT – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM - Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.

Os documentos consolidados que se apresentam são:

1. Balanço consolidado
2. Demonstração de Resultados
3. Resumo dos Fluxos de Caixa
4. Anexos às Demonstrações Financeiras, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação e o mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza, evidenciando os direitos de terceiros, designados para este efeito como interesses minoritários.

Após a apresentação dos documentos supra citados serão anexadas as notas aos mesmos.

BALANÇO CONSOLIDADO

ATIVO	31-Dez-15	31-Dez-14	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	31-Dez-15	31-Dez-14
	Ativo Bruto	Amortizações e Provisões	Ativo Líquido		
IMOBILIZADO					
Bens de Domínio Público:					
			FUNDO PRÓPRIO		
			Patrimônio		
			Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas		
Terrenos e recursos naturais	653.970,75	0,00	653.970,75	35.887.738,24	35.737.933,24
Outras Construções e Infra-estruturas	31.865.297,92	15.933.306,89	15.931.991,03	2.439.301,38	2.828.137,79
Bens de Patrimônio histórico, artístico e cultural	255.308,75	0,00	255.308,75	34.662,08	42.184,23
Imobilizações em curso	87.964,49	0,00	87.964,49		
	32.862.541,91	15.933.306,89	16.929.235,02	265.162,52	265.162,52
			Reservas legais	93.611,66	93.611,68
			Outras reservas	0,00	0,00
			Diferenças de conversão	123.930,69	123.930,69
			Doações		
			Reservas decorrentes de transferência de ativos	182.404,61	182.404,61
Imobilizações Incorpóreas:			Resultados transitados	(9.737.657,10)	(7.393.980,83)
Despesas de instalação	106.733,81	0,00	106.733,81	0,00	0,00
Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	686,44	686,44	0,00	0,00	0,00
Imobilizações incorpóreas em curso	0,00	0,00	0,00	(1.936.127,09)	(2.476.260,27)
Adiantamentos p. conta imobiliz. incorpóreas	0,00	0,00	0,00		
Diferenças de Aquisição	0,00	0,00	0,00		
	107.420,25	686,44	106.733,81	27.353.026,99	29.403.123,66
			Total do Capital Próprio		
Imobilizações Corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	6.397.264,03	19.855,98	6.377.408,05	(98,13)	(141,12)
Edifícios e outras construções	20.084.682,37	2.618.852,86	17.465.829,51		

BALANÇO CONSOLIDADO

ATIVO	31-Dez-15	31-Dez-14	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	31-Dez-15	31-Dez-14
	Ativo Bruto	Amortizações e Provisões	Ativo Líquido		
Equipamento básico	2.539.343,61	2.168.549,12	370.794,49	440.210,77	
Equipamento de transporte	1.404.850,90	1.176.434,04	228.416,86	253.817,22	
Ferramentas e utensílios	166.372,41	161.850,66	4.521,75	5.845,59	
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	567.788,18	555.419,38	12.368,80	14.427,27	0,00
Outras imobilizações corpóreas	423.360,53	399.888,84	23.471,69	29.133,85	0,00
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos p. conta imobiliz. corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	31.583.662,03	7.100.850,88	24.482.811,15	24.996.695,42	
Investimentos Financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo	1.505,00	0,00	1.505,00	2.394,18	9.109.244,02
Empréstimos a empresas do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Partes de capital em empresas associadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	3.293.483,56	0,00	3.293.483,56	3.222.752,99	200.000,00
Títulos e outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	582.209,45
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	224.692,50
	3.294.988,56	0,00	3.294.988,56	3.225.147,17	0,00
CIRCULANTE					
Existências:					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	176.685,98	0,00	176.685,98	184.719,74	20.045,75
Subprodutos, desperdícios, resíduos e	45.731,09	0,00	45.731,09	29.300,66	6.500,00
					118.506,01
					0,00
					388.557,88
					231.080,13

BALANÇO CONSOLIDADO

ATIVO	31-Dez-15		31-Dez-14	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	31-Dez-15	31-Dez-14
	Ativo Bruto	Amortizações e Provisões				
Ativos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00			
	960.970,91	0,00	960.970,91			885.252,98
Total Amortizações		23.043.850,23				
Total Provisões		0,00				
Total do Activo	70.322.003,48	23.043.850,23	47.278.153,25	Total do Capital Próprio e do Passivo	19.925.224,39	20.631.522,05
					47.278.153,25	50.034.504,59
			47.278.153,25			

BALANÇO

BALANÇO	Rubricas	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações recíprocas	Anul. Equival ência Patrim onial	Anulação Participa ções Financeir as	Transferência Interesses Minoritários	Registos 2008	Transferência Resultados	Total Consolidado
<u>ACTIVO</u>											
Imobilizado:											
Bens de Domínio Público:											
Terrenos e recursos naturais	451	653.970,75		653.970,75							653.970,75
Outras Construções e Infra-estruturas	453	15.931.991,03		15.931.991,03							15.931.991,03
Bens de Património histórico, artístico e cultural	455	255.308,75		255.308,75							255.308,75
Imobilizações em curso	445	87.964,49		87.964,49							87.964,49
Amortizações acumuladas	485	15.933.306,89		15.933.306,89							15.933.306,89
		16.929.235,02	0,00	16.929.235,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.929.235,02
Imobilizações incorpóreas:											
Despesas de instalação	431	106.733,81	0,00	106.733,81							106.733,81
Despesas de investigação e de desenvolvimento	432	0,00	0,00	0,00							0,00
Propriedade industrial e outros direitos	433	0,00	0,00	0,00							0,00
Trespases	434	0,00	0,00	0,00							0,00
Imobilizações em curso	443	0,00	0,00	0,00							0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	449	0,00	0,00	0,00							0,00
Diferenças de Aquisição	2040D	0,00	0,00	0,00							0,00
Amortizações de imobilizado incorpóreo:											
	483	0,00	686,44	0,00							0,00

BALANÇO

BALANÇO	Rubricas	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações recíprocas	Anul. Equival ência Patrim onial	Anulação Participa ções Financeir as	Transferência Interesses Minoritários	Registros 2008	Transferência Resultados	Total Consolidado
		106.733,81	0,00	106.733,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	106.733,81
<i>Imobilizações corpóreas:</i>											
Terrenos e recursos naturais	421	6.002.156,20	375.251,85	6.377.408,05							6.377.408,05
Edifícios e outras construções	422	17.441.165,25	24.664,26	17.465.829,51							17.465.829,51
Equipamento básico	423	343.755,12	27.039,37	370.794,49							370.794,49
Equipamento de transporte	424	228.416,86	0,00	228.416,86							228.416,86
Ferramentas e utensílios	425	4.521,75	0,00	4.521,75							4.521,75
Equipamento administrativo	426	12.368,80	0,00	12.368,80							12.368,80
Taras e vasilhame	427	0,00	0,00	0,00							0,00
Outras imobilizações corpóreas	429	23.471,69	0,00	23.471,69							23.471,69
Imobilizações em curso	442	0,00	0,00	0,00							0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	448	0,00	0,00	0,00							0,00
<i>Amortizações de imobilizado corpóreo:</i>	482	6.314.682,17	786.168,71	7.100.850,88							7.100.850,88
		24.055.855,67	426.955,48	24.482.811,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.482.811,15
<i>Investimentos financeiros:</i>											
Partes de capital em empresas do grupo	4111	1.505,00	889,18	2.394,18							2.394,18
Empréstimos a empresas do grupo	4121	0,00	0,00	0,00							0,00
Partes de capital em empresas associadas	4112	0,00	0,00	0,00							0,00
Obrigações e títulos de participação	412	3.292.594,38	0,00	3.292.594,38							3.292.594,38
Títulos e outras aplicações financeiras	414	0,00	0,00	0,00							0,00
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	447	0,00	0,00	0,00							0,00
<i>Ajustamentos de investimentos financeiros:</i>	49	0,00	0,00	0,00							0,00

BALANÇO

BALANÇO	Rubricas	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações recíprocas	Anul. Equival ência Patrim onial	Anulação Participa ções Financeir as	Transferência Interesses Minoritários	Registos 2008	Transferência Resultados	Total Consolidado
Circulante:		3.294.099,38	889,18	3.294.988,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.294.988,56
<i>Existências:</i>											
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	36	171.891,49	4.794,49	176.685,98							176.685,98
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	34	0,00	45.731,09	45.731,09							45.731,09
Produtos acabados e intermédios	33	0,00	137.407,72	137.407,72							137.407,72
Mercadorias	32	0,00	145,26	145,26							145,26
Adiantamentos por conta de compras	37	0,00	0,00	0,00							0,00
<i>Ajustamentos de existências:</i>	39	0,00	0,00	0,00							0,00
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo		171.891,49	188.078,56	359.970,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	359.970,05
Dívidas de Médio e longo prazo	DMLP	0,00	0,00	0,00							0,00
Dívidas de terceiros - Curto prazo:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes, c/c	211D	348.125,65	76.862,52	424.988,17	-						299.956,97
Clientes, títulos a receber	212	0,00	0,00	0,00	125.031,20						0,00
Clientes de cobrança duvidosa	218	36.392,50	0,00	36.392,50							36.392,50
Empresas do grupo	252D	0,00	0,00	0,00							0,00
Empresas associadas	253D	0,00	0,00	0,00							0,00
Empresas participadas e participantes	254D	0,00	0,00	0,00							0,00
Outros accionistas (sócios)	255D	0,00	0,00	0,00							0,00
Adiantamentos a fornecedores	229	0,00	0,00	0,00							0,00
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	2619	0,00	0,00	0,00							0,00

BALANÇO

BALANÇO	Rubricas	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações recíprocas	Anul. Equival ência Patrim onial	Anulação Participa ções Financeir as	Transferência Interesses Minoritários	Registos 2008	Transferência Resultados	Total Consolidado
Estado e outros entes públicos	24D	0,00	4.256,17	4.256,17							4.256,17
Outros devedores	268D	321.280,01	15.592,64	336.872,65	-82.872,42						254.000,23
Empréstimos a receber	28	194.258,47	0,00	194.258,47	-						0,00
Provisões acumuladas	29	9.006,02	0,00	9.006,02	194.258,47						9.006,02
		900.056,63	96.711,33	996.767,96	402.162,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	594.605,87
<i>Titulos negociáveis:</i>											
Outras aplicações de tesouraria	18	0,00	0,00	0,00							0,00
Ajustamentos de aplicações de tesouraria:	19	0,00	0,00	0,00							0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Depósitos bancários e caixa:</i>											
Depósitos bancários	12D	539.255,84	8.152,56	547.408,40							547.408,40
Caixa	11	1.279,48	150,00	1.429,48							1.429,48
		540.535,32	8.302,56	548.837,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	548.837,88
Acréscimos e diferimentos:											
Acréscimos de proveitos	271	958.341,20	0,00	958.341,20	-3.544,65						954.796,55
Custos diferidos	272	4.061,81	2.112,55	6.174,36							6.174,36
Activos por impostos diferidos	2761	0,00	0,00	0,00							0,00
		962.403,01	2.112,55	964.515,56	-3.544,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	960.970,91
Diferenças de Conversão Activas	4760	0,00	0,00	0,00							0,00

BALANÇO

BALANÇO	Rubricas	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações recíprocas	Anul. Equival ência Patrim onial	Anulação Participa ções Financeir as	Transferência Interesses Minoritários	Registos 2008	Transferência Resultados	Total Consolidado
Contrapartida de Eliminações		0,00	0,00	0,00							0,00
Total das amortizações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de provisões		22.247.989,06	786.855,15	23.034.844,21							23.034.844,21
		9.006,02	0,00	9.006,02							9.006,02
Total do ACTIVO:		46.960.810,33	723.049,66	47.683.859,99	405.706,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.278.153,25

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

CAPITAL PRÓPRIO:

Capital	51	35.737.933,24	149.805,00	35.887.738,24							35.887.738,24
Acções (quotas) próprias:											
Valor nominal	5211	0,00	0,00	0,00							0,00
Descontos e prémios	5221	0,00	0,00	0,00							0,00
Prestações suplementares	53	0,00	0,00	0,00							0,00
Prémios de emissão de acções (quotas)	54	0,00	0,00	0,00							0,00
Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas	55	2.439.301,38	0,00	2.439.301,38							2.439.301,38
Reservas de reavaliação	56	0,00	34.662,08	34.662,08							34.662,08
Reservas:											
Reservas legais	571	256.291,74	8.870,78	265.162,52							265.162,52
Outras reservas	574	0,00	93.611,66	93.611,66							93.611,66
Doações	576	123.930,69	0,00	123.930,69							123.930,69

BALANÇO

BALANÇO	Rubricas	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações recíprocas	Anul. Equival ência Patrim onial	Anulação Participa ções Financeir as	Transferência Interesses Minoritários	Registos 2008	Transferência Resultados	Total Consolidado
Reservas decorrentes de transferência de ativos	577	182.404,61	0,00	182.404,61							182.404,61
Resultados transitados	59	-9.439.008,11	-402.879,87	-9.841.887,98	104.230,88						-9.737.657,10
Diferenças de Conversão	DCV	0,00	0,00	0,00							0,00
Diferenças de Consolidação	DC	0,00	0,00	0,00							0,00
		29.300.853,55	-115.930,35	29.184.923,20	104.230,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.289.154,08
<i>Resultado líquido do exercício</i>											
Resultado Líquido (Balanço)	881	-1.991.526,01	40.545,02	-1.950.980,99	0,00						-1.936.127,09
Resultados - Grupo	120G	0,00	0,00	0,00							0,00
Resultados - Interesses Minoritários	120M	0,00	0,00	0,00							0,00
		-1.991.526,01	40.545,02	-1.950.980,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.936.127,09
Interesses Minoritários	106M	0,00	-98,13	-98,13							-98,13
		0,00	-98,13	-98,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-98,13
Dividendos antecipados	89	0,00	0,00	0,00							0,00
Total do CAPITAL PRÓPRIO:		27.309.327,54	-75.483,46	27.233.844,08	104.230,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.352.928,86

BALANÇO

BALANÇO

	Rubricas	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações recíprocas	Anul. Equival ência Patrim onial	Anulação Participa ções Financeir as	Transferência Interesses Minoritários	Registos 2008	Transferência Resultados	Total Consolidado
PASSIVO:											
<i>Provisões:</i>											
Provisões para pensões	291	0,00	0,00	0,00							0,00
Provisões para impostos	292	0,00	0,00	0,00							0,00
Outras provisões para riscos e encargos	293	0,00	0,00	0,00							0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:</i>											
Dívidas a instituições de crédito	M231 C	8.927.649,79	477.094,46	9.404.744,25	-						9.109.244,02
Fornecedores c/c	M231 d	0,00	0,00	0,00	295.500,23						0,00
Accionistas	M231f	0,00	0,00	0,00							0,00
Fornecedores Imobilizado c/c	M231e	0,00	0,00	0,00							0,00
Empresas do grupo	M252 C	0,00	0,00	0,00							0,00
Outros credores	M268 C	0,00	0,00	0,00							0,00
		8.927.649,79	477.094,46	9.404.744,25	295.500,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.109.244,02
<i>Dívidas a terceiros - Curto prazo:</i>											
Dívidas a instituições de crédito	231	200.000,00	0,00	200.000,00							200.000,00
Fornecedores, c/c	221C	536.867,21	47.008,44	583.875,65	-1.666,20						582.209,45
Fornecedores, facturas em conferência	228	460.826,33	0,00	460.826,33							460.826,33
Fornecedores - Títulos a pagar	222	0,00	0,00	0,00							0,00

BALANÇO

BALANÇO	Rubricas	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações recíprocas	Anul. Equival ência Patrim onial	Anulação Participa ções Financeir as	Transferência Interesses Minoritários	Registos 2008	Transferência Resultados	Total Consolidado
Empresas do grupo	252C	0,00	0,00	0,00							0,00
Empresas associadas	253C	0,00	0,00	0,00							0,00
Empresas participadas e participantes	254C	0,00	0,00	0,00							0,00
Outros accionistas (sócios)	255C	0,00	0,00	0,00							0,00
Fornecedores de imobilizado, c/c	2611C	25.696,82	0,00	25.696,82							25.696,82
Adiantamentos de clientes	219	0,00	6.500,00	6.500,00							6.500,00
Estado e outros entes públicos	24C	116.278,80	2.227,21	118.506,01							118.506,01
Administração Autárquica	264	0,00	0,00	0,00							0,00
Outros credores	268C	350.479,96	265.703,01	616.182,97	-	227.625,09					388.557,88
<i>Acréscimos e diferimentos:</i>		1.690.149,12	321.438,66	2.011.587,78	229.291,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.782.296,49
Acréscimos de custos	273	398.964,84	0,00	398.964,84							398.964,84
Proveitos diferidos	274	8.634.719,04	0,00	8.634.719,04							8.634.719,04
Ajustos em contratos furturos	275	0,00	0,00	0,00							0,00
Passivos por impostos diferidos	2762	0,00	0,00	0,00							0,00
		9.033.683,88	0,00	9.033.683,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.033.683,88
Diferenças de Conversão Passivas	4770	0,00	0,00	0,00							0,00
Contrapartida de Eliminações		0,00	0,00	0,00							0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

BALANÇO

BALANÇO	Rubricas	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações recíprocas	Anul. Equival ência Patrim onial	Anulação Participa ções Financeir as	Transferência Interesses Minoritários	Registos 2008	Transferência Resultados	Total Consolidado
Total do PASSIVO:											
		19.651.482,79	798.533,12	20.450.015,91	524.791,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.925.224,39
Total do CAPITAL PRÓPRIO e PASSIVO:											
		46.960.810,33	723.049,66	47.683.859,99	420.560,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.278.153,25
	0,00		0,00	0,00	-14.853,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MOVIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO - Eliminações recíprocas e diferenças encontradas

Notas

1	anulação da participação social na AGRO	0,00	abate	41	0,00
				51	0,00
2	Dívidas da CM à AGRO	1.666,20	abate	22	1.666,20
		2.487,45		21	2.487,45
				7112	821,25
3	Dívidas da AGRO à CM (bens e serviços)	122.543,75	abate	21	122.543,75
				59	122.543,75
4	Dívidas da AGRO à CM (Rendas)	82.872,42	abate	268	82.872,42
		227.625,09		268	227.625,09
		19.218,80		62	19.219,80
		125.532,87		59	125.532,87
4	Emprestimo da CM a AGRO (suprimentos)	295.500,23	abate	28	194.258,47
				25	295.500,23
				59	101.241,76
5	Devedores por acréscimo de resultados	3.544,65	abate	27	3.544,65
				7	3.544,65

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADA

CUSTOS E PERDAS	31-Dez-15	31-Dez-14	PROVEITOS E GANHOS	31-Dez-15	31-Dez-14
	(1)	(2)		(1)	(2)
Impostos sobre o rendimento do exercício	101,36	0,00			
	(G) 8.425.785,06	8.947.477,07			
Resultado Líquido atribuível Interesses Minoritários	52,78	(61,89)			
Resultado Líquido atribuível Accionistas	(1.936.127,0	(2.476.260,2			
	9)	7)			
	<u>6.489.710,75</u>	<u>6.471.154,91</u>			
	(F)	6.489.710,75	6.471.154,91		
Resultados Operacionais	(2.231.343,8	(2.684.689,7	Resultados Operacionais	(B)-(A)	3)
Resultados Financeiros	(104.155,28)	(165.718,00)	Resultados Financeiros	(D-B)-(C-A)	4)
Resultados Correntes	(2.335.499,1	(2.850.407,7	Resultados Correntes	(D)-(C)	5)
Resultados Antes de Impostos	(1.935.972,9	(2.476.322,1	Resultados Antes de Impostos	(F)-(E)	6)
Resultado líquido do Exercício antes IM	(1.936.074,3	(2.476.322,1	Resultado líquido do Exercício antes IM	(F)-(G)	7)
Resultado líquido do Exercício	(1.936.127,0	(2.476.260,2	Resultado líquido do Exercício	9)	7)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Rubricas	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações recíprocas	Anul. Eq. Patrimonial	Trf IM Rliq	Amortização Goodwill	Total Consolidado
CUSTOS E PROVEITOS									
CMVMC - Mercadorias	612	0,00	0,00	0,00					0,00
CMVMC - MP, Subs. e de Consumo	616	144.135,55	36.675,71	180.811,26					180.811,26
Fornecimentos Serviços Externos	62	1.452.241,69	113.160,99	1.565.402,68	-19.219,80				1.546.182,88
Remuneracoes	641	2.014.140,30	128.453,42	2.142.593,72					2.142.593,72
Encargos Sociais - Pensões	643	572.062,02	0,00	572.062,02					572.062,02
Encargos Sociais - Outros	645	0,00	0,00	0,00					0,00
Amortizacoes do Exercício	662+663	3.293.909,04	6.905,68	3.300.814,72					3.300.814,72
Ajustamentos do Exercício	666+667	0,00	0,00	0,00					0,00
Provisões do Exercício	67	0,00	0,00	0,00					0,00
Transf. e subsíd. Concedidos	63	331.394,34	0,00	331.394,34					331.394,34
Out. Cust. Perdas Operacionais	65	39.345,30	14.955,82	54.301,12					54.301,12
TOTAL CUSTOS OPERACIONAIS	TCO	7.847.228,24	300.151,62	8.147.379,86	-19.219,80	0,00	0,00	0,00	8.128.160,06
Perdas Emp. Grupo e Associadas	682	0,00	0,00	0,00					0,00
Amort. e Ajust. Apl. e Inv. Fin	683	0,00	0,00	0,00					0,00
Juros e custos similares	68	236.040,31	7.418,92	243.459,23					243.459,23
Juros/Cust. Simil. Outros	6812	0,00	0,00	0,00					0,00
Custos/Perdas Extraordinarios	69	54.064,41	0,00	54.064,41					54.064,41
Reserva de Conversao	106A	0,00	0,00	0,00					0,00
Imposto s/ Rendimento Exercício	86	0,00	101,36	101,36					101,36
Interesses Minoritários	120M	0,00	52,78	52,78					52,78
Resultado Exercício	88	-1.991.526,01	40.545,02	-1.950.980,99	0,00				-1.936.127,09

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Rubricas	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações recíprocas	Anul. Eq. Patrimonial	Trf IM Rliq	Amortização Goodwill	Total Consolidado
TOT. CUSTOS/PERDAS +/- RESULT.		6.145.806,95	348.269,70	6.494.076,65	-19.219,80	0,00	0,00	0,00	6.489.710,75
PROVEITOS E GANHOS									
Venda de Mercadorias	711	6.947,19	0,00	6.947,19					6.947,19
Venda Prod. Acab. Intermedios	7112	2.484,15	202.347,16	204.831,31	-4.365,90				200.465,41
Prestacao de Servicos	712	338.320,13	0,00	338.320,13	0,00				338.320,13
Impostos e Taxas	72	1.038.526,78	0,00	1.038.526,78					1.038.526,78
Variacao da Producao	70	0,00	37.216,33	37.216,33					37.216,33
Trabalhos p/ Propria Empresa	75	14.547,10	0,00	14.547,10					14.547,10
Proveitos Suplementares	73	244.301,15	0,00	244.301,15					244.301,15
Subsidios a Exploracao	74	3.907.785,92	12.662,23	3.920.448,15					3.920.448,15
Outros Prov. e Ganhos Operac.	76	0,00	96.043,98	96.043,98					96.043,98
Reversões de amortizações e ajustamentos	77	0,00	0,00	0,00					0,00
TOTAL PROVEITOS OPERACIONAIS	TPO	5.552.912,42	348.269,70	5.901.182,12	-4.365,90	0,00	0,00	0,00	5.896.816,22
Ganhos Emp. Grupo e Associadas	782	0,00	0,00	0,00					0,00
Rend. Participacoes Capital	784	0,00	0,00	0,00					0,00
Rend. Tit. Neg. Out. Apl. Tes. Grupo	78121	0,00	0,00	0,00					0,00
Rend. Tit. Neg. Out. Apl. Tes. Outros	78122	0,00	0,00	0,00					0,00
Out. Jur. e Prov. Simil. Grupo	78111	0,00	0,00	0,00					0,00
Out. Jur. e Prov. Simil. Outros	78112	139.303,95	0,00	139.303,95					139.303,95
Proveitos e Ganhos Extraord.	79	453.590,58	0,00	453.590,58					453.590,58
Desvio Conversao - Resultados	666V	0,00	0,00	0,00					0,00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Rubricas	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações recíprocas	Anul. Eq. Patrimonial	Trf IM Rliq	Amortização Goodwill	Total Consolidado
	TPG	6.145.806,95	348.269,70	6.494.076,65	-4.365,90	0,00	0,00	0,00	6.489.710,75
TOTAL PROVEITOS E GANHOS									

0,00 0,00 0,00 -14.853,90 0,00 0,00 0,00 0,00

MOVIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO - Eliminações recíprocas e diferenças encontradas

1	Dividas da CM à AGRO		4.365,90	abate	7112	4.365,90
2	Dividas da AGRO à CM (bens e serviços)		-98.252,64	abate	59	-98.252,64
3	Rendas de terrenos da CM à AGRO - Custos da AGRO		19.219,80	abate	62	19.219,80

FLUXOS DE CAIXA

Recebimentos	Município de alpiarça		Agroalpiarça		Total agregado		Eliminação reciprocas	Total consolidado	
Saldo da gerência anterior									
Execução orçamental	1.647,79	102.989,93	19.537,58	19.537,58	21.185,37	122.527,51		21.185,37	122.527,51
Operações de tesouraria	101.342,14		0,00	0,00	101.342,14			101.342,14	
Total das receitas orçamentais		6.018.221,01		280.362,88		6.298.583,89			6.292.313,94
Receitas correntes									
Receitas de capital		5.476.634,14		278.176,19		5.754.810,33	6.269,95		5.748.540,38
Receitas outras		540.520,49		2.186,69		542.707,18			542.707,18
Operações de tesouraria		1.066,38		0,00		1.066,38			1.066,38
Total ---		499.621,39		0,00		499.621,39			499.621,39
Pagamentos		6.620.832,33		299.900,46		6.920.732,79			6.914.462,84
Total das despesas orçamentais		5.566.905,37				5.858.503,27			5.852.233,32
Despesas correntes									
Despesas de capital		4.451.801,48		260.871,78		4.712.673,26	6.269,95		4.706.403,31
Operações de tesouraria		1.115.103,89		30.726,12		1.145.830,01			1.145.830,01
Total ---		513.391,64		0,00		513.391,64			513.391,64
Saldo para gerência seguinte		540.535,32		8.302,56		548.837,88			548.837,88
Execução orçamental	452.963,43		8.302,56		461.265,99			461.265,99	
Operações de tesouraria	87.571,89		0,00		87.571,89			87.571,89	
Total ---									

Notas:

MOVIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO - Eliminações recíprocas e diferenças encontradas

	Município de Alpiarça		Agroalpiarça		Faturação paga pela AGRO à CM	Faturação paga pela CM à AGRO
Receitas Correntes	5.476.634,14	2.484,15	5.474.149,99			
Despesas correntes				260.871,78	258.387,63	
Despesas correntes	4.451.801,48	3.785,80	4.448.015,68			
Receitas Correntes				278.176,19	3.785,80	274.390,39

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DE ALPIARÇA

I – Informação referente às entidades que entram no perímetro de consolidação

Nota 1– Entidades incluídas na consolidação

De acordo com o estabelecido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades. A existência ou presunção de controlo afere-se relativamente às entidades de natureza empresarial, pela sua classificação como empresas locais e relativamente a entidades de outra natureza, pela sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado. Ponderados todos estes fatores, concluiu-se que o perímetro de consolidação engloba o Município de Alpiarça e a Agroalpiarça, CIPRL cujo capital é detido a 99,87% pela CMA.

Entidade	Sede Social	% de Capital Detido	Principal Atividade	Método de Consolidação
Agroalpiarça, CIPRL	Alpiarça	99,87 %	Cooperativa – Produção de vinhos	Integral

Atendendo ao estipulado no nº 5.3 da portaria nº 474/2010 de 01 de julho a Agroalpiarça, CIPRL foi considerada no perímetro de consolidação por o Município de Alpiarça deter 99,87% do capital social.

Nota 2 – Entidades excluídas da consolidação

De acordo com o artigo mencionado na nota anterior, as empresas que não foram incluídas no perímetro de consolidação, são as que constam do seguinte quadro:

Entidade	Sede Social	% de Capital Detido	Principal Atividade
APMCH	Lamego	0.52	Promoção, reabilitação e revitalização dos centros históricos;
Tagusgás, SA	Cartaxo	0.01	Exploração da rede de distribuição de gás natural;
ANPC	Coimbra	0,28	Defesa, promoção e dignificação do poder local;
AMPV	Cartaxo	1.30	Afirmação da identidade histórico-cultural, patrimonial, económica e social dos municípios portugueses e dos territórios ligados à produção de vinhos de qualidade;
CIMLT	Santarém	5.80	Artigo 2º dos Estatutos da CIMLT publicados no diário da Republica, 2ª série-n.º 6 – 9 de janeiro de 2014;
RESIURB	Almeirim	9,91	Recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos;

Estas entidades foram excluídas do perímetro de consolidação, por não ter sido considerado conveniente pelo Município de Alpiarça nos termos do artigo 7º da Lei nº 50 de 2012 de 31 de agosto.

De ressaltar que por indicação dos ROC as entidades CIMLT e RESIURB foram excluídas das entidades Associadas contabilizadas pelo método da Equivalência Patrimonial par

a participação do Município de Alpiarça ser uma contribuição sob a forma de cotização.

Nota 3 – Entidades Associadas contabilizadas pelo método da Equivalência Patrimonial

Entidade	Sede Social	% de Capital Detido	Principal Atividade
AR Águas do Ribatejo	Salvaterra de Magos	5,40%	Exploração e gestão dos sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo público e saneamento dos Municípios participantes no seu capital social
LT- Sociedade de Reabilitação Urbana	Santarém	5,39%	Promover a Reabilitação Urbana

Nota 4 – Entidades Associadas não contabilizadas pelo método da Equivalência Patrimonial

Não aplicável.

Nota 5 – Entidades objeto de consolidação proporcional

Não aplicável.

Nota 6 – Outras participações não consolidadas e não incluídas nas notas 1 a 4I

Não aplicável.

Nota 7 – Número médio de colaboradores ao serviço

O número total médio de colaboradores ao serviço do Grupo Município de ALPIARÇA durante o exercício de 2015, foi de 157 assim distribuído:

Entidade	Ano	Nº de Colaboradores
Município de Alpiarça (balanço social)	2015	152
Agroalpiarça, CIPRL (efectivos)	2015	5

II – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

Nota 8 – Insuficiência das normas de consolidação para uma imagem verdadeira e apropriada

Como até à presente data ainda não foram publicadas as normas de consolidação de contas em POCAL previstas nos planos sectoriais nem uma norma única de consolidação de contas aplicável a todas as administrações públicas que compõem o sector público administrativo foram observados os princípios de consolidação de contas estipulados no artigo 5º da Portaria nº 474/2010 de 01 de julho, assim como normas e instruções definidas no SATAPOCAL.

Nota 9 – Afastamento das normas de consolidação para se obter uma imagem verdadeira e apropriada

Não aplicável.

III – Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Nota 10 – Diferenças de consolidação

Método de cálculo das diferenças de consolidação:

Considerando que o método de consolidação utilizado é o integral, adotou-se o previsto na norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 15 – Investimentos em

subsidiárias e consolidação, publicada no aviso n.º 15 655/2009, de 7 de Setembro, para aplicação do mesmo.

De referir que esta norma para efeitos de eliminações de investimentos financeiros e apuramento das diferenças de consolidação remete para a NCRF 14 - concentrações de atividades empresariais, devidamente adaptada ao sistema contabilístico vigente.

Nota 11 – Derrogação às regras gerais de preparação das demonstrações financeiras consolidadas

Não aplicável

Nota 12 – Eliminações não efetuadas por serem materialmente irrelevantes

Não aplicável.

Nota 13 – Demonstrações financeiras integradas na consolidação elaboradas em data diferente da da entidade-mãe e acontecimentos importantes ocorridos entre a data dos balanços das entidades incluídas na consolidação e o balanço consolidado

Não aplicável.

Nota 14 – Comparabilidade e alterações no perímetro de consolidação

Não aplicável.

Nota 15 – Utilização de critérios valorimétricos diferente dos utilizados nas demonstrações financeiras individuais

Não aplicável.

Nota 16 – Ajustamentos excecionais efetuados com fins fiscais

Não aplicável.

Nota 17 – Amortizações das diferenças de consolidação para além de cinco anos

Não aplicável.

Nota 18 – Contabilização das participações em associadas

As participações financeiras em entidades associadas estão mensuradas ao valor de aquisição.

Nota 19 – Discriminação das diferenças de aquisição pelo método de equivalência patrimonial quando não refletidas no balanço consolidado

Não aplicável.

Nota 20 – Critérios valorimétricos das associadas diferentes dos utilizados na consolidação

Não aplicável.

IV – Informações relativas a compromissos

Nota 23 – Critérios de valorimetria

Os critérios valorimétricos aplicados foram os seguintes:

Imobilizado

Com a entrada em vigor do Decreto-lei 54-A/99 de 22 de Dezembro, O Município procedeu à identificação e valorização dos seus ativos e passivos elaborando o balanço inicial e apurando o seu património inicial. Determina o ponto 4.1.4 e 4.1.5 dos Critérios Valorimétricos do POCAL que, aos bens do domínio público que não foi atribuído qualquer valor, assumem o valor zero até que sejam objeto de uma grande reparação assumindo, a partir dessa data, o montante desta, ou até que seja feita a sua avaliação por uma comissão de avaliação, nomeada, que a faça mediante regras e critérios valorimétricos pré - estabelecidos. No Município de Alpiarça no ano de 2010 procedeu-se à avaliação de grande parte do imobilizado Municipal, nomeadamente arruamentos, sistemas de águas e saneamento.

Assim, os Bens de Domínio Público que não foram objeto de uma grande reparação ou de avaliação, por comissão de avaliação previamente nomeada, até 31 de Dezembro de 2015, não integram o património do Município.

Os Ativos Imobilizados, incluindo os Investimentos adicionais ou complementares, são valorizados ao custo de aquisição.

As amortizações foram calculadas pelo método das quotas constantes, tendo-se aplicado as taxas previstas Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), sendo totalmente amortizados no ano de aquisição os bens sujeitos a depreciação, em mais de um ano económico, cujos valores unitários não ultrapassam 80% do índice 100 da escala salarial das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, reportado ao ano de aquisição.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição (preço de compra + impostos de compra não reembolsáveis + custo necessário para colocação em funcionamento – descontos e abatimentos), deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis. Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de “ativos fixos tangíveis” e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não são depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico

que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registradas na demonstração dos resultados nos itens “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate demais ou menos valias, respetivamente.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição (preço de compra + impostos de compra não reembolsáveis + custo necessário para colocação em funcionamento – descontos e abatimentos), deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das cotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos.

Investimentos Financeiros

As participações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição.

Os investimentos em imóveis respeitam a edifícios registados na rubrica de propriedades de investimento nas contas individuais da Câmara Municipal de Alpiarça.

Existências

As existências de mercadorias e matérias-primas são valorizadas ao custo de aquisição através do sistema de inventário permanente, utilizando o custo médio ponderado como método de custeio das saídas. O custo de aquisição inclui também as despesas incorridas até ao armazenamento.

Dívidas de e a Terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, sendo que até ao exercício de 2015 as provisões para devedores duvidosos raramente foram aplicadas uma vez que se pressupõe o seu recebimento/pagamento.

Quanto às dívidas de Terceiros, cuja cobrança seja duvidosa e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, são constituídas provisões segundo o

estabelecido no ponto 2.7.1 do POCAL. O montante anual acumulado de provisão é determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- 100% para aquelas que se encontram em mora há mais de 12 meses.

Estes percentuais são somente na óptica do Município de Alpiarça pois no que se refere à Agroalpiarça a constituição das provisões é feita com base no artigo 36º do CIRC.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos bancários são expressos pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados de médio e longo prazo quando têm maturidade superior a doze meses e de curto prazo quando a sua maturidade é inferior a este prazo.

Especialização de exercícios

As entidades incluídas no perímetro de consolidação, registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

Na rubrica de acréscimos e diferimentos do passivo encontra-se reconhecida a corresponde à estimativa dos encargos com férias e mês de férias, baseados nos valores do correspondente exercício e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais no final de 2015, perante os funcionários pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar em 2016, bem como todos os custos do exercício de 2015 que só em 2016 serão regularizadas.

Nota 24 – Cotações para conversão em moeda nacional das dívidas a pagar em moeda estrangeira

Não aplicável.

VI – Informações relativas a determinadas rubricas

Nota 25 – Despesas de instalação, investigação e de desenvolvimento

O valor registado na rubrica “Despesas de Instalação” refere-se ao custo dos diferentes projetos de obras, de engenharia, executados pela Autarquia.

Nota 26 – Amortizações de “trespasses” para além de cinco ano

Não aplicável.

Nota 27 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado

Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado

Ativo circulante	Ativo bruto	AP	Ativo liquido
Bens dominio público	32.862.541,91	15.933.306,89	16.929.235,02
Imobilizações incorpóreas	107.420,25	686,44	106.733,81
Imobilizações corpóreas	31.583.662,03	7.100.850,88	24.482.811,15
Investimentos financeiros	3.294.988,56	0,00	3.294.988,56
Total do ativo imobilizado	67.848.612,75	23.034.844,21	44.813.768,54

Nota 28 – Custos financeiros capitalizados no exercício

Não aplicável.

Nota 29 – Amortizações e ajustamentos extraordinários feitos exclusivamente para fins fiscais

Não aplicável.

Nota 30 – Diferenças entre os custos dos elementos do ativo circulante e respectivos preços de mercado

Não aplicável.

Nota 31 – Atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado

Não aplicável.

Nota 32 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo circulante

Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo circulante

Ativo circulante	Ativo bruto	AP	Ativo liquido
Existências	359.970,05		359.970,05
Dívidas de curto prazo	603.611,89	9.006,02	594.605,87
Depósitos em inst. financeiras e caixa	548.837,88		548.837,88
Total do ativo circulante	1.512.419,82	9.006,02	1.503.413,80

Os movimentos ocorridos durante o exercício de 2015, nas rubricas do ativo circulante são os constantes do balanço consolidado.

Nota 33 – Dívidas a terceiros vencíveis a mais de cinco anos

Não aplicável.

Nota 34 – Dívidas a terceiros cobertas por garantias reais

Não aplicável.

Nota 35 – Diferenças entre as importâncias das dívidas a pagar e correspondentes quantias arrecadadas

Não aplicável.

Nota 36 - Vendas e prestações de serviços por atividade e mercados geográficos

A Agroalpiarça, CIPRL tem como atividade principal a Agricultura e comércio de vinhos.

Nota 37 – Efeitos no resultado consolidado de critérios valorimétricos utilizados com vista a obter vantagens fiscais

Não aplicável.

Nota 38 – Situações que afetem significativamente os impostos futuros

Não aplicável.

Nota 39 – Remunerações atribuídas aos órgãos sociais da entidade-mãe

As remunerações certas e permanentes dos membros de órgãos autárquicos do Município de Alpiarça e órgãos sociais da Agroalpiarça, CIPRL totalizaram, no ano de 2015, o valor de 84.787,32 €.

Entidade	Valor
Município de Alpiarça	84.787,32
AgroAlpiarça, CIPRL	0,00

Nota 40 – Adiantamentos e empréstimos concedidos aos membros dos órgãos sociais da entidade-mãe

Não aplicável.

Nota 41 – Diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros

Não aplicável.

Nota 42 – Reavaliações

Não aplicável.

Nota 43 – Comparabilidade dos exercícios

Não aplicável.

Nota 44 – Demonstração Consolidada dos Resultados Financeiros

Demonstração Consolidada de Resultados Financeiros

Código das contas	Custos e perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		2015	2014			2015	2014
68	Financeiros	243.459,23	305.220,67	78	Financeiros	139.303,95	139.502,67

Resultados - 104.155,28

Nota 45 – Demonstração Consolidada de Resultados Extraordinários

Demonstração Consolidada de Resultados Extraordinários

Código das contas	Custos e perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		2015	2014			2015	2014
69	Extraordinários	54.064,41	221.534,74	79	Extraordinários	453.590,58	595.620,31

Resultados 399.526,17

Nota 46 – Desdobramento da Conta de Provisões e Movimentos do Exercício

Desdobramento da Conta de Provisões e Movimentos do Exercício

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
291	9.006,02	0,00	0,00	9.006,02

Nota 47 – Bens utilizados em regime de locação financeira – valores contabilísticos

Não aplicável

Nota 48 – Dívidas tituladas não evidenciadas no balanço consolidado

Não aplicável

VII – Informações diversas

Nota 49 – Outras informações exigidas por diplomas legais

Código/designação das contas a)	Endividamento consolidado de médio e longo prazo					Eliminação movimentos recíprocos	Grupo público consolidado
	Dívidas a terceiros de médio/longo prazo				Total		
	Município de Alpiarça	Serviço Municipalizado	Empresa Municipal	Agroalpiarça			
1	2	3	4	5	6=2+3+4+5	7	8=6-7
2312	8.927.649,79	0,00	0,00	477.094,46	9.404.744,25	295.500,23	9.109.244,02
					0,00	0,00	0,00
Total	8.927.649,79	0,00	0,00	477.094,46	9.404.744,25	295.500,23	9.109.244,02

Notas:

295.500,23 = 194.258,47 referente ao empréstimo concedido à Agroalpiarça (Suprimentos) e 101.241,76 referente a prestação de serviços e venda de bens contabilizados pela agroalpiarça como empréstimos obtidos

Saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo autárquico

Tipo de fluxos	Município de Alpiarça / Agroalpiarça									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6 = (2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11 = (7+8)-(9+10)
Transferências					0,00					0,00
Subsídios					0,00					0,00
Empréstimos					0,00	194.258,47				194.258,47
Relações comerciais	1.454,85	1.666,20		3.785,80	-664,75	205.416,17			2.484,15	202.932,02
Participações do capital - numerário					0,00	149.258,47				149.258,47
Participações do capital - espécie					0,00					0,00
Outros					0,00					0,00
Total	1.454,85	1.666,20	0,00	3.785,80	-664,75	548.933,11	0,00	0,00	2.484,15	546.448,96

VIII – Outras informações

O balanço consolidado evidencia a posição financeira do Grupo constituído pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, permitindo conhecer a natureza e valor dos bens e direitos que constituem o respectivo Ativo, bem como o montante das obrigações existentes à data de 31 de Dezembro de 2015 e que constituem o Passivo do Grupo. A diferença entre aqueles dois agregados representa os Fundos Próprios do Grupo naquela data.

A demonstração de resultados pretende evidenciar a decomposição do resultado líquido do período, isto é, da respectiva análise podemos obter informação sobre a importância assumida por cada um dos componentes do resultado líquido na formação do mesmo.

O resultado líquido consolidado do Grupo, em 2015, traduz-se num valor negativo de € 1.936.127,09 o qual é decisivamente influenciado pelo montante das amortizações contabilizadas no exercício de 3.300.814,72. Efectivamente, se as mesmas não fossem contabilizadas como custos, o resultado seria positivo.

Importa referir que as amortizações não correspondem a saídas de fundos durante o exercício. Trata-se duma técnica contabilística que pretende medir a perda de valor ocorrida em cada período por parte dos bens e equipamentos de duração plurianual, devido ao respectivo uso, fruição e funcionamento no âmbito da função que lhes está atribuída nas actividades desenvolvidas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação. Acresce ainda que a referida técnica contabilística de imputação a cada período da perda de valor dos bens e equipamentos se baseia na utilização de estimativas, nomeadamente quanto ao número de anos durante os quais cada item é susceptível de utilização.

A informação financeira da Agroalpiarça, CIPRL foi elaborada, com base no Sistema de normalização contabilística (SNC) e respectivas Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

Na elaboração da consolidação as contas SNC ao POCAL foram ajustadas.

Todavia, não poderemos deixar de aqui realçar a importância da avaliação integrada do conjunto das actividades desenvolvidas aliada à necessidade de objetividade e transparência da informação a fornecer relativamente à situação financeira do “grupo municipal” – Município e Agroalpiarça, CIPRL. Por esta razão, a apresentação de contas consolidadas apresenta-se como uma importante ferramenta de gestão, permitindo uma análise e avaliação integrada das políticas públicas locais.

Por último, importará referir que a descrição das actividades mais relevantes do exercício económico de 2015, bem como, o enquadramento dessa mesma actividade, encontra-se pormenorizada nos relatórios de gestão do Município de Alpiarça e da Agroalpiarça, CIPRL, os quais, por inutilidade de repetição, se dão aqui por integralmente reproduzidos.

Relatório de Gestão e Contas - 2015



2015

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS



Março de 2016

Índice

Introdução.....	5
Apresentação da Empresa.....	7
Dados Económico-Financeiros.....	8
Indicadores Económico-Financeiros	10
Dados de Atividade.....	11
Órgãos Sociais.....	13
Missão	15
Objetivos Estratégicos	15
Atividade em 2015	16
Produção de Água e Tratamento de Águas Residuais.....	16
Aspetos Gerais	16
Produção de Água.....	17
Tratamento de águas Residuais	18
Consumos energéticos	20
Manutenção	25
Manutenção Abastecimento	27
Manutenção Saneamento	28
Manutenção preventiva.....	29
Telegestão.....	29
Qualidade.....	30
Aspetos gerais.....	30
Qualidade da Água de Consumo Humano	30
Qualidade de Águas Residuais.....	35
Plano de Segurança da Água - PSA.....	37
Gestão da Qualidade.....	38
Gestão Ambiental	38
Comercial	42
Atendimento Comercial.....	42
Call Center	43
Clientes – Reclamações	46

Clientes – Caracterização	47
Consumos e Faturação	51
Água não faturada	54
Formas de Pagamento.....	55
Comunicação e Imagem	57
Sítio Institucional	58
Publicação do boletim informativo “Entre Águas”	60
Sensibilização / Educação ambiental.....	61
Participação em feiras e eventos	62
Planeamento e Obras	64
Estudos e Projetos.....	66
Acompanhamento e fiscalização de obras	66
Sistema de Informação Geográfica.....	79
Gestão de Redes.....	81
Exploração das Redes de Abastecimento	81
Exploração das Redes de Saneamento.....	89
Administrativa e Financeira	94
Aprovisionamento.....	94
Segurança e Saúde no Trabalho.....	97
Recursos Humanos.....	98
Investimento	104
Situação Económica e Financeira	106
Factos Supervenientes a 31 de Dezembro.....	108
Proposta de Aplicação de Resultados	108
Considerações Finais.....	109
Anexo ao Relatório	111
Demonstrações financeiras individuais.....	112
Balanço Individual.....	113
Demonstração dos resultados individuais	114
Demonstração dos fluxos de caixa individuais	115
Demonstração das alterações no capital próprio individuais	116
Anexo às demonstrações financeiras individuais	118
I. Nota introdutória.....	119

2.	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	120
3.	Principais políticas contabilísticas.....	122
4.	Ativos fixos tangíveis	129
5.	Ativos Intangíveis	131
6.	Participações financeiras	132
7.	Ativos e passivos por impostos diferidos	132
8.	Inventários.....	134
9.	Clientes	134
10.	Estado e outros entes públicos	136
11.	Outras contas a receber	137
12.	Diferimentos	137
13.	Caixa e depósitos bancários.....	138
14.	Capital realizado.....	138
15.	Reserva legal.....	139
16.	Resultados transitados.....	139
17.	Outras variações no capital próprio	140
18.	Provisões.....	140
19.	Financiamentos obtidos	141
20.	Locações	142
21.	Outras contas a pagar.....	143
22.	Fornecedores.....	144
23.	Vendas e prestações de serviços	145
24.	Subsídios e outros apoios do Governo.....	145
25.	Custo das vendas	145
26.	Fornecimentos e serviços externos	146
27.	Gastos com o pessoal.....	146
28.	Outros rendimentos e ganhos.....	147
29.	Outros gastos e perdas	148
30.	Resultados financeiros	148
31.	Partes relacionadas.....	149
32.	Eventos subsequentes.....	149
33.	Informações exigidas por diplomas legais	150
34.	Outras informações.....	151

Introdução

O ano de 2015 foi um ano muito relevante para a Águas do Ribatejo. De facto, este foi o ano em que os grandes projetos de infraestruturação a realizar pela empresa, designadamente os referentes às Operações apoiadas pelo POVT, foram concluídos, traduzindo-se na entrada em funcionamento de diversas novas infraestruturas, fundamentais para assegurar a prestação de um serviço de qualidade à população.

O final de 2015 representa, assim, um ponto de viragem para a empresa. Apesar de existir ainda um conjunto importante de intervenções na área do saneamento para realizar, especialmente no Concelho de Torres Novas, o foco passará agora a estar (muito) mais centrado nos aspetos relacionados com a eficiência, designadamente no que se refere à redução das perdas de água.

A lógica subjacente ao novo quadro plurianual de apoios comunitários implica igualmente uma mudança de paradigma pois, por um lado, as Operações englobando vastos programas de investimentos são agora substituídas por Operações Individuais, referentes a uma intervenção específica e, por outro lado, as disponibilidades financeiras são agora muito menores do que no passado.

Isso levará, naturalmente, a um aumento das dificuldades para conseguir captar recursos financeiros a fundo perdido, por via de uma maior "competição" para atingir esse objetivo. Sem prejuízo dessas dificuldades, a AR continuou a envidar esforços para poder dar continuidade ao trabalho que vem realizando, tendo apresentado no ano de 2015 cinco candidaturas no âmbito de Avisos do POSEUR, quatro das quais foram já aprovadas (duas ainda em 2015 e duas no início de 2016).

Para além da questão dos grandes investimentos, importa salientar que ao longo do ano de 2015 foram levadas a cabo diversas iniciativas importantes com vista a melhorar o desempenho da empresa, a diversos níveis:

- está em curso o processo de criação de Zonas de Medição e Controlo (ZMC), essencial para a redução de perdas;
- continua o processo de implementação dos Planos de Segurança da Água, com vista à sua replicação nos diversos subsistemas;

- entrou em funcionamento a nova Unidade de Atendimento Comercial (UAC) em Torres Novas, completando um ciclo que se traduziu na criação de novos espaços de atendimento para os clientes da AR em todos os Municípios;
- as ações e medidas implementadas contribuíram para melhorar ainda mais os níveis de qualidade da água, cujo indicador "Água Segura" se situou, em 2015, nos 99,62%;
- a continuação do trabalho de validação e atualização de cadastro das infraestruturas geridas pela empresa, com vista a manter um Sistema de Informação Geográfica (SIG) atualizado, constituindo uma ferramenta de apoio transversal à atividade prosseguida no dia-a-dia;

Tendo em consideração o acima exposto, podemos afirmar que o trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2015 representou mais um passo no sentido de prosseguir aquele que é o objetivo primordial da empresa: servir a população, através da prestação de um serviço de qualidade, de forma sustentável ambiental e financeiramente.

Neste Relatório será apresentada com detalhe informação relativa às atividades desenvolvidas no âmbito das várias vertentes da empresa, bem como todos os elementos e demonstrações financeiras que traduzem a realidade da empresa, com referência a 31 de Dezembro de 2015.

Apresentação da Empresa

Identificação:

AR – Águas do Ribatejo, EM, S.A.

Sede Social:

Rua Gaspar Costa Ramalho, n.º 38, 2120-098 Salvaterra de Magos

Pessoa Coletiva:

508 345 464

Capital Social e Prestações Suplementares:

Capital Social: € 6.871.681

Inscrita na Conservatória do Registo Comercial de Santarém sob o n.º

508 345 464

Estrutura Acionista:

Município de Almeirim	15,45%
Município de Alpiarça	5,40%
Município de Benavente	16,44%
Município de Chamusca	8,15%
Município de Coruche	15,03%
Município de Salvaterra de Magos.....	14,19%
Município de Torres Novas.....	25,34%

Dados Económico-Financeiros

	DEZEMBRO 2015	DEZEMBRO 2014	Var. %
Ativo Líquido	98.628.219	99.457.022	-0,83%
Passivo Remunerado	21.843.121	22.029.120	-0,84%
Capitais Próprios	55.340.194	53.907.191	2,66%
Capital Social	6.871.681	6.871.681	0,00%

Valores em euros

Os dados económico-financeiros acima apresentados refletem uma evolução positiva no desempenho da AR.

O Ativo Líquido registou em 2015 uma ligeira diminuição, em virtude do aumento significativo das amortizações, por força da conclusão e entrada em funcionamento de novas infraestruturas que, apesar do investimento realizado, determinou esta variação.

Apesar da continuidade no esforço de investimento realizado, deve destacar-se a diminuição do Passivo Remunerado. Isto significa que, apesar da empresa continuar a investir, o financiamento bancário de médio e longo prazo, registou uma descida, por via das amortizações de capital realizadas.

O aumento dos Capitais Próprios deve-se à contabilização dos subsídios referentes aos investimentos realizados, que serão especializados anualmente, ao longo da vida útil desses mesmos investimentos.

	DEZEMBRO 2015	DEZEMBRO 2014	Var. %
Volume de Negócios (1)	15.312.486	14.269.516	7,31%
EBITDA (2)	9.166.245	7.017.202	30,63%
Res. Antes Impostos	2.055.934	1.025.209	100,54%
Resultado Líquido	1.534.051	762.474	101,19%

Valores em euros

(1) Vendas + Prestação de Serviços

(2) Resultado Operacional + Amortizações + Provisões

O volume de negócios no ano de 2015 registou um crescimento face ao ano anterior. Esta subida ficou a dever-se, essencialmente, ao maior volume de água faturado, fruto de um ano hidrológico mais seco que 2014 (com baixos níveis de precipitação).

O EBITDA (correspondente ao lucro antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos) aumentou consideravelmente, em comparação com o período homólogo. Este crescimento deve-se, por um lado, ao aumento do volume de negócios e, por outro lado, ao aumento do valor dos subsídios especializados no período. O crescimento simultâneo destas duas rubricas não foi acompanhado por um aumento dos custos, que registaram uma ligeira diminuição, tendo portanto resultado neste crescimento significativo do EBITDA.

O Resultado Antes de Impostos registou igualmente um aumento expressivo, apesar do crescimento significativo do valor das amortizações, em virtude do já mencionado aumento do EBITDA e também de uma diminuição dos encargos financeiros.

Com base na evolução das rubricas mencionadas, o Resultado Líquido do Exercício registou igualmente um aumento expressivo, quando comparado com o período homólogo.

Indicadores Económico-Financeiros

	DEZEMBRO 2015	DEZEMBRO 2014	Var. %
Dívida Líquida Financeira (1)	39,55%	40,72%	-2,87%
Rendibilidade Operacional (2)	59,86%	49,18%	21,73%
Autonomia Financeira (3)	56,11%	54,20%	3,52%
Solvabilidade (4)	127,84%	118,35%	8,02%

(1) Passivo M/L prazo / (Passivo M/L prazo + Capital Próprio)

(2) EBITDA / Vendas e Serv. Prestados

(3) Capital Próprio / Ativo

(4) Capital Próprio / Passivo

Da análise dos dados apresentados no quadro *supra*, podemos concluir que, para todos os indicadores, se registou uma evolução positiva.

É possível constatar que a Dívida Líquida Financeira continua a ter uma trajetória de diminuição face ao registado anteriormente.

A Rendibilidade Operacional também melhorou, em comparação com o ano de 2014, refletindo o aumento do EBITDA.

Os níveis de Autonomia Financeira e de Solvabilidade continuam igualmente a melhorar, significando que a capacidade da empresa para fazer face aos seus compromissos é hoje maior do que no passado.

Dados de Atividade

	DEZEMBRO 2015	DEZEMBRO 2014	Var. %
Recursos Humanos	170	168	1,19%
Volume de Água entrada no sistema (m³)	12.990.465	12.456.059	4,29%
Volume de Água faturada (m³)	8.551.217	8.170.877	4,65%
Número de Clientes - Água	74.866	74.884	-0,02%
Volume de Água Residual tratada (m³)	7.290.888	9.065.800	-19,58%
Volume de Água Residual faturada (m³)	5.516.080	5.301.438	4,05%
Número de Clientes - Águas Residuais	56.019	54.051	3,64%
Capitação média mensal unit. (m³) (1)	9,52	9,09	4,68%

(1) M3 de Água vendidos/Nº Clientes/12

Tendo presentes os dados acima apresentados, importa salientar alguns aspetos.

O primeiro, relacionado com o aumento do volume de água produzida, que ficou a dever-se essencialmente ao facto do ano hidrológico de 2015 ter sido um ano com baixa precipitação, bastante abaixo da registada em 2014. Esta situação teve igualmente reflexos no volume de água faturada mas, e este é o aspeto a salientar, com um aumento maior do que do volume de água produzida. Ora, isto na prática significa que houve uma maior eficiência na faturação, traduzindo uma diminuição do valor das perdas de água, o que é um facto bastante positivo.

O segundo aspeto a destacar, prende-se com a tendência que se vem registando ao longo dos últimos anos de diminuição do número de clientes no serviço de abastecimento de água ainda que, comparando com os dados de 2014, essa diminuição tenha sido muito ligeira.

Em sentido oposto, merece destaque a evolução positiva do número de clientes no serviço de saneamento, que registou uma subida face ao ano anterior, em virtude das novas ligações efetuadas na sequência dos investimentos que a AR tem vindo a realizar. Esta situação traduziu-se também num aumento do volume de água residual faturada, em comparação com o período homólogo.

Ainda no que se refere ao serviço de águas residuais, e atenta a redução significativa do volume de água residual tratada, quando comparado com o do ano anterior, importa clarificar que essa

redução se ficou a dever, em grande medida, às obras de reabilitação em dois grandes subsistemas de saneamento (Riachos e Torres Novas) e à significativa redução de afluências na ETAR de Almeirim/Alpiarça.

No que se refere ao efetivo de pessoal da empresa, este indicador apresenta um ligeiro aumento, devido à entrada em funcionamento de diversas novas infraestruturas, sem que isso tenha no entanto implicado um significativo aumento do número de colaboradores. Em termos práticos, isto significa que a eficiência é maior pois, com (praticamente) o mesmo número de colaboradores, as infraestruturas em exploração são agora consideravelmente mais do que eram no passado.

Órgãos Sociais

A composição dos Órgãos Sociais da AR – Águas do Ribatejo, EM, S.A. é a seguinte:

Mesa da Assembleia-Geral

Pedro Miguel César Ribeiro – Presidente

Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado – Secretário

Conselho de Administração

Francisco Silvestre de Oliveira – Presidente

Carlos António Pinto Coutinho – Vogal

Pedro Paulo ramos Ferreira – Vogal

Fiscal Único

Martins Pereira & Associados, SROC representada por:

João Antonio Carvalho Careca, ROC

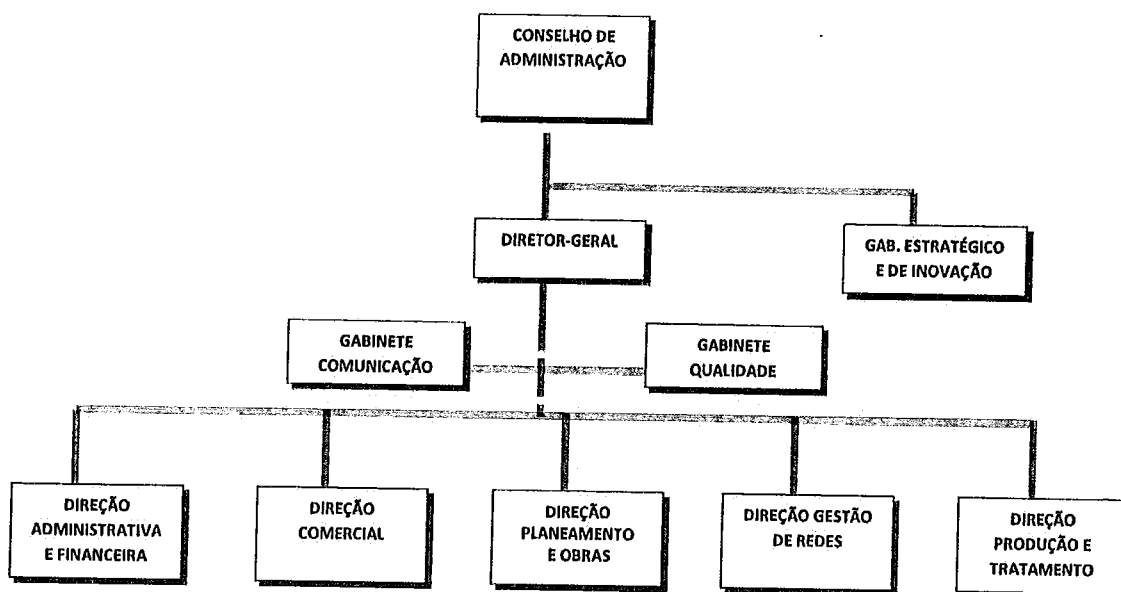
Como ROC suplente

Alec Antoine Edmond Beerten, ROC

Organograma

Direções Operacionais:

- DG – Direção Geral;
- DAF – Direção Administrativa e Financeira;
- DC – Direção Comercial;
- DPT – Direção de Produção e Tratamento;
- DGR – Direção de Gestão de Redes;
- DPO – Direção de Planeamento e Obras



Missão

A AR – Águas do Ribatejo, EM, S.A., é a empresa responsável pela exploração e gestão dos Sistemas de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais dos Municípios de Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos e Torres Novas.

A sua intervenção pauta-se por um elevado sentido de responsabilidade na proteção do ambiente e consequente sustentabilidade ambiental, tendo como **Missão** "assegurar um serviço de excelência que garanta o fornecimento contínuo de água com qualidade e a drenagem e tratamento de águas residuais dos 150 000 habitantes dos Municípios abrangidos".

Objetivos Estratégicos

Em termos de objetivos estratégicos da empresa, podem destacar-se os seguintes:

- Aumentar a taxa de cobertura da população servida por rede de drenagem e ETAR dos 68% verificados em 2008 para aproximadamente 80% em 2017;
- Assegurar uma capacidade de armazenamento de água para um período de 48 horas em todo o sistema até 2016, o que significa mais do que duplicar a capacidade existente em 2008;
- Reduzir as perdas de água dos cerca de 37% atuais para os 20%, a médio prazo;
- Aumentar os níveis de eficiência na gestão do recurso ÁGUA;
- Prestar um serviço de alta qualidade, assegurando o cumprimento da legislação nacional e comunitária.

Atividade em 2015

Produção de Água e Tratamento de Águas Residuais

Aspetos Gerais

Ao nível operacional no abastecimento de água destacam-se as seguintes atividades:

- 1- Entrada em funcionamento de seis novos sistemas adutores nos municípios de Almeirim, Chamusca, Coruche e Salvaterra de Magos;
- 2- Entrada em funcionamento de quatro novos hidropressores nos municípios de Coruche e Salvaterra de Magos;
- 3- Entrada em funcionamento de três novos reservatórios no município de Coruche;
- 4- Entrada em funcionamento de cinco novas captações nos municípios de Coruche, Torres Novas e Almeirim;
- 5- Entrada em funcionamento de duas novas Estações de Tratamento de Água (ETA): a ETA de Marinhais no subsistema de abastecimento de Marinhais/Glória/Granho e a ETA do Biscainho, no subsistema de abastecimento de Biscainho/Foros da Charneca;

Ao nível operacional no saneamento destacam-se:

1. Entrada em funcionamento de quatro ETAR após trabalhos de construção/reabilitação;
2. Entrada em funcionamento de duas novas estações elevatórias de águas residuais;
3. Arranques em pleno de todas as infraestruturas dos subsistemas de saneamento de Torres Novas e Riachos após as obras de reabilitação;

Foram também ainda realizados investimentos considerados necessários ao bom funcionamento e/ou otimização das infraestruturas de produção de água dos quais se destacam a instalação de Baterias de Condensadores e beneficiação de instalações elétricas, instalação de reservatórios de ar comprimido (RAC) e variadores de velocidade para otimização de sistemas pressurizados, instalação de vedações para proteção de captações de água e de medidores de caudal eletromagnéticos, a recuperação/encamisamento de uma captação, reabilitações em cinco ETAR ao nível de equipamento, Impermeabilizações e pinturas e a aquisição de um Separador de Hidrocarbonetos portátil para atuação em caso de emergência de descarga ilegal de óleos nos sistemas públicos de saneamento.

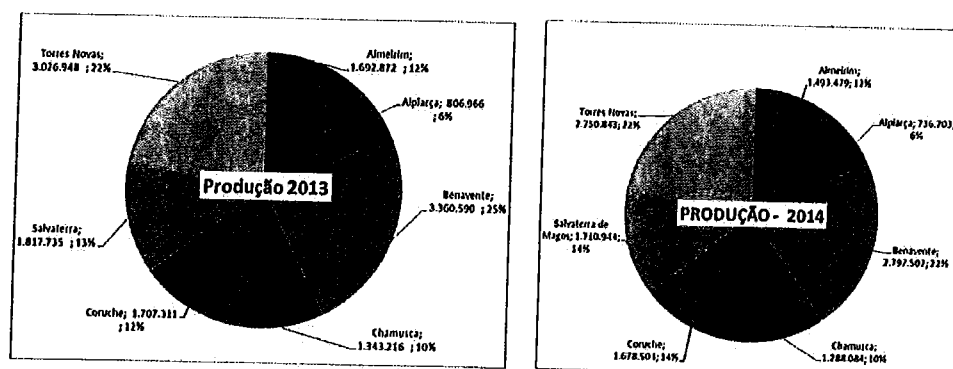
Além dos investimentos realizados foram ainda levadas a cabo, além de outras, as seguintes atividades necessárias ao bom funcionamento dos sistemas: serviços de responsabilidade técnica de exploração de instalações elétricas de 2ª Categoria que asseguram a segurança e bom funcionamento dos Postos de Transformação de Média Tensão associados às várias infraestruturas e serviços de Manutenção corretiva de não-conformidades detetadas; limpeza e higienização de reservatórios, limpeza de instalações industriais e sanitárias de infraestruturas em exploração, serviços de manutenção eletrónica e de automação, recolha, transporte e valorização de lamas e de resíduos de ETAR, limpeza de Poços de Bombagem e Transporte de Lama Espessada, serviços de manutenção de taludes de lagoas em ETAR de Lagunagem.

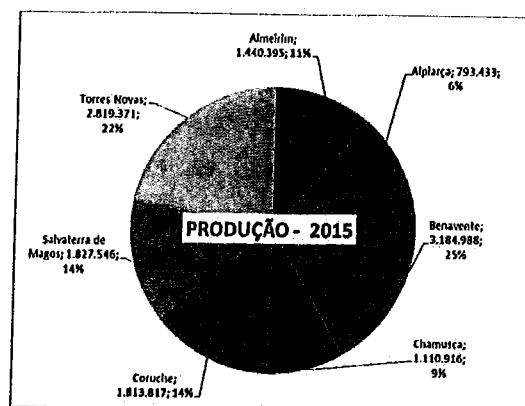
Durante 2015 foi ainda adjudicado o estudo de redefinição dos perímetros de proteção das captações da Águas do Ribatejo, na sequência da construção de novas captações e desativação de antigas.

Produção de Água

A produção de água é obtida através de captações próprias em todos os municípios e pela compra de água em alta à EPAL no município de Torres Novas e atingiu em 2015 o valor de **12.990.465 m³**, sendo 86% deste volume produzido em captações da Águas do Ribatejo e restantes 14% água comprada à EPAL. Deste modo, face ao ano anterior, verifica-se um aumento na produção de 4%, sendo que este aumento é de 5% na produção por captações próprias e de 1% na compra de água à EPAL.

Figura - Produção por Município (m³) nos últimos 3 anos



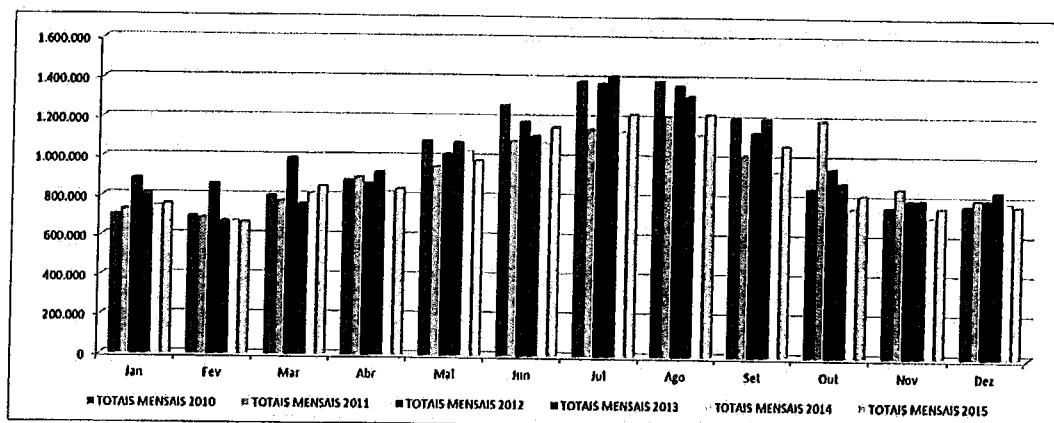


A produção total de água não tem manifestado alterações no que respeita à contribuição em cada um dos municípios, verificando-se claramente de 2013 para 2015 alguma estabilidade nos valores percentuais.

O aumento nos valores de produção, que se concentra nos meses de junho, julho, agosto e setembro, atribui-se ao aumento de consumo no período mais seco do ano, e verifica-se em todos os municípios exceto em Almeirim e na Chamusca.

O gráfico seguinte é demonstrativo do facto descrito vendo-se claramente o aumento de produção nos meses de verão e que esse mesmo aumento é mais significativo nos anos secos.

Figura – Volume captados em captações próprias, por mês (m³), nos últimos 5 anos

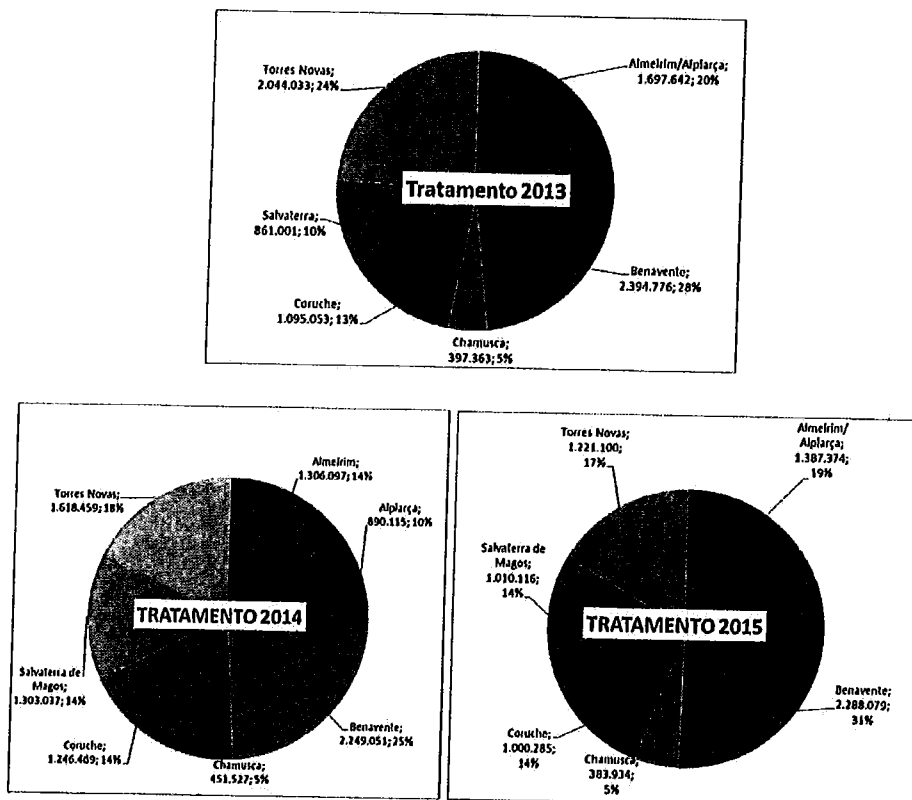


Tratamento de águas Residuais

O volume total de água residual tratada nas ETAR em 2015 foi de **7.290.888 m³**. Este valor representa uma redução de 20% face ao volume de água residual tratado nas ETAR da Águas do

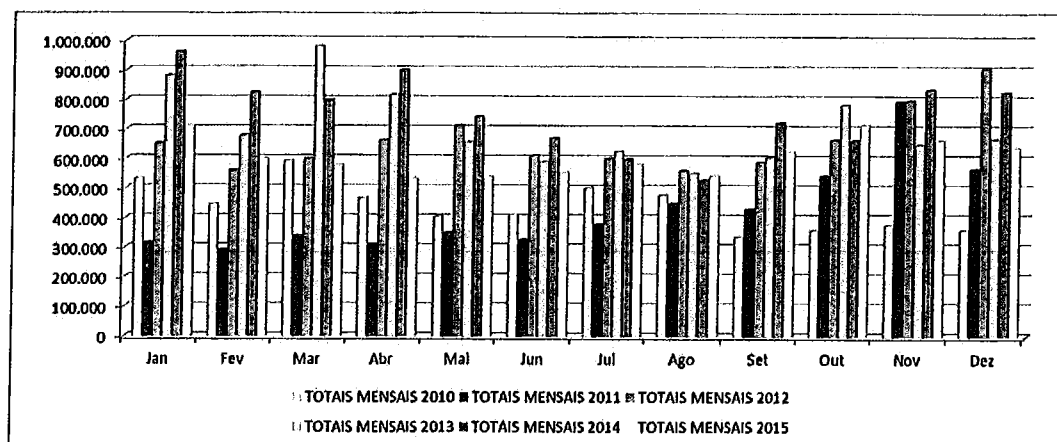
Ribatejo no ano anterior, em grande medida devido às obras de reabilitação em dois grandes subsistemas de saneamento (Riachos e Torres Novas) e à significativa redução de afluências na ETAR de Almeirim/Alparça.

Figura – Volume tratado em ETAR por município (m³):



Na figura seguinte, que traduz a variação mensal dos caudais tratados em ETAR desde 2010, pode constatar-se como variam os volumes afluentes às ETAR quando estamos na presença de anos com muita chuva e de anos secos.

Figura – Volumes Tratados em ETAR por mês (m³):



Consumos energéticos

Na análise dos dados a seguir apresentados, deve ter-se em conta que os valores apresentados para o mês de dezembro são estimados por não estarem ainda disponíveis os dados do fornecedor. Em 2015 para as atividades de produção de água e elevação e tratamento de águas residuais, consumiram-se os kWh apresentados no quadro seguinte, que, relativamente ao ano anterior apresentaram uma variação mínima.

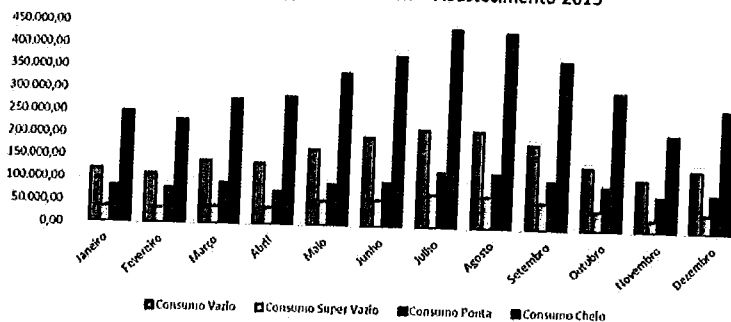
	kWh Produção de Água	kWh Elevação e Tratamento Resíduos	kWh total
2015	7 382 388,81	4 849 073,80	12 231 462,61
2014	7 345 776,58	4 846 507,74	12 192 284,32
Variação	+0,5 %	+0,05 %	+0,3 %

No que respeita aos custos associados a estes consumos os valores são apresentados no quadro em baixo:

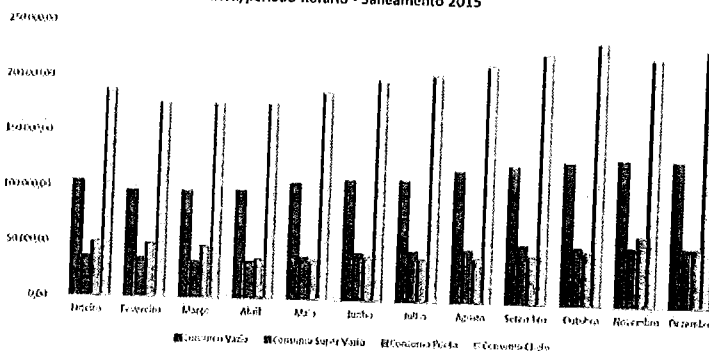
	€ Produção de Água	€ Elevação e Tratamento Resíduos	€ total
2015	1 049 524,25 €	696 005,86 €	1 745 530,11 €
2014	1 009 122,82 €	664 359,94 €	1 673 482,76 €
Variação	+0,4 %	+4,7 %	+4,3 %

As figuras seguintes traduzem os consumos e os custos energéticos nos vários períodos horários no total das atividades de abastecimento de água e de saneamento ao longo de 2015.

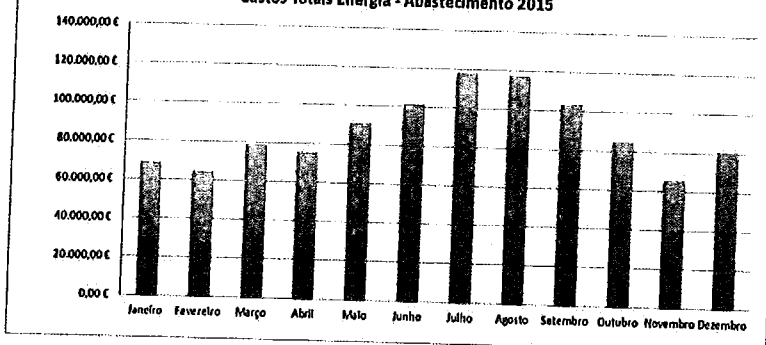
Consumo kWh/período horário - Abastecimento 2015

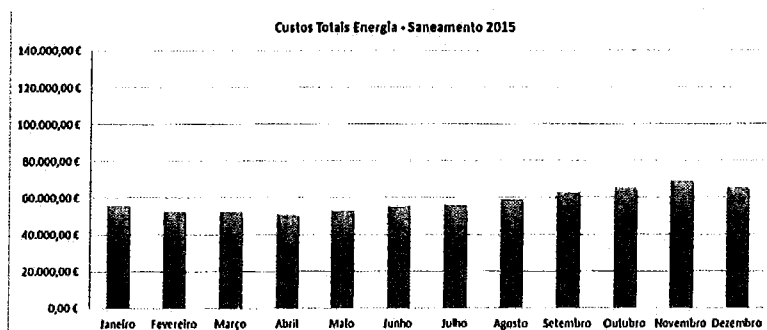


kWh/período horário - Saneamento 2015



Custos Totais Energia - Abastecimento 2015





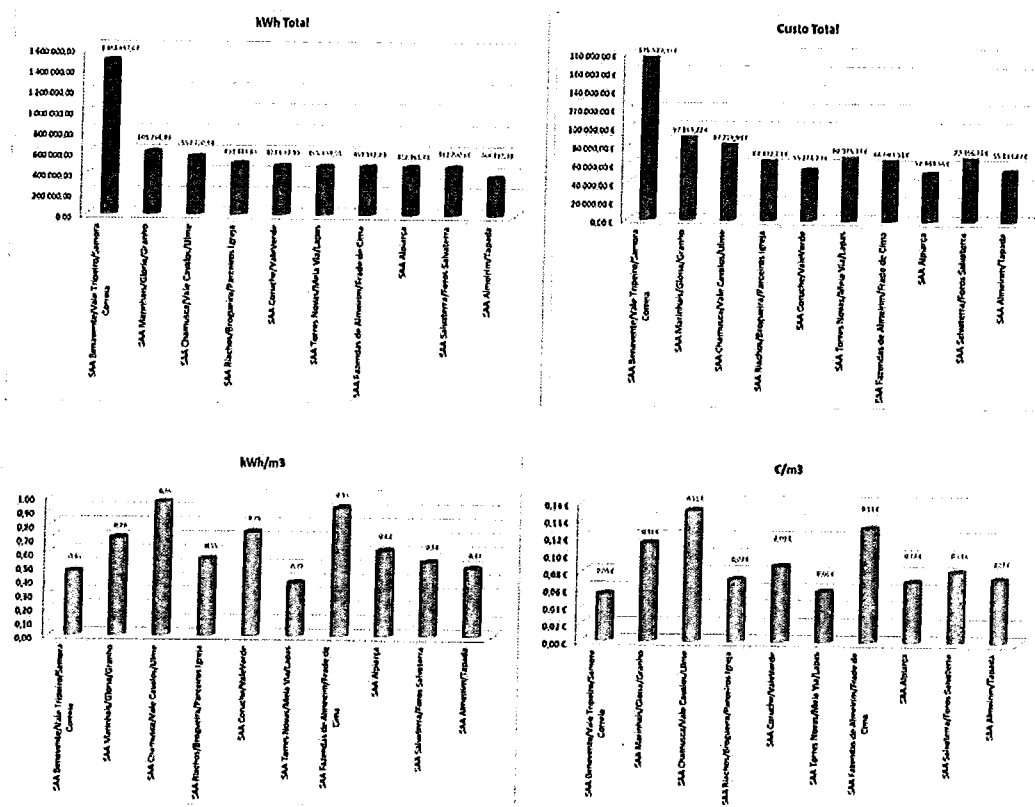
Os gráficos acima, relativamente ao abastecimento de água, acompanham a variação verificada na produção de caudais de abastecimento, sendo notório o aumento no consumo de energia, e custos associados, verificado nos meses de junho a setembro, nomeadamente nas horas de cheia onde este aumento chega a atingir os 80% face ao valor médio dos restantes meses do ano. Verifica-se ainda um aumento generalizado de consumos energéticos nos períodos horários diurnos, e uma diminuição dos consumos noturnos, conforme dados da tabela em baixo, reveladores do aumento das solicitações diurnas de água nos meses de verão. No entanto, apesar do aumento generalizado do consumo de energia, a quantidade de energia consumida para cada m3 de água captado/bombeado diminuiu, quando comparado com 2014.

ABASTECIMENTO	kWh Ponta	kWh Cheia	kWh Vazio	kW Super Vazio
2015	1 109 946,68	3 828 331,40	1 881 489,72	562 621,00
2014	1 080 027,53	3 765 767,99	1 908 006,71	591 974,35
Variação	+2,77 %	+1,66 %	-1,39 %	-4,96 %

ABASTECIMENTO	kWh/m3	€/kWh	€/m3
2015	0,568	0,142	0,081
2014	0,589	0,137	0,081
2013	0,526	0,136	0,072
2012	0,503	0,142	0,067

Para melhor caracterizar o universo do consumo energético na atividade de abastecimento de água foram analisados os 10 subsistemas que mais consomem energia. Os gráficos a seguir

mostram os consumos energéticos absolutos de cada um destes subsistemas, assim como os custos totais de energia, e ainda os índices associados a estes valores totais.



Dos 44 subsistemas de abastecimento sob gestão da AR, os 10 subsistemas apresentados representam cerca de 80% do total do consumo de energia e custos associados na atividade de abastecimento de água, e podemos ver que se em termos absolutos o subsistema de Benavente/Samora/Vale Tripeiro é o maior consumidor, é também um dos que tem melhor eficiência energética (0,46 kWh/m³) e o que apresenta o menor custo unitário (0,05 €/m³) evidenciando que neste subsistema em particular a atenção para a redução de consumos de energia deverá ser focada na redução de perdas de água.

Analisando a variação dos consumos destes subsistemas face ao ano anterior, verifica-se que os subsistemas que passaram a incluir uma estação de tratamento de água foram os que mais contribuíram para o aumento do consumo de energia, quando comparamos com os consumos de 2014.

Realça-se a excelente prestação do subsistema de Almeirim/Tapada após a empreitada de reabilitação e a adequação dos meios de bombagem a que foi sujeito, e a redução também

verificada em Alpiarça após a obra de seccionamento da rede de distribuição em diferentes patamares de pressão.

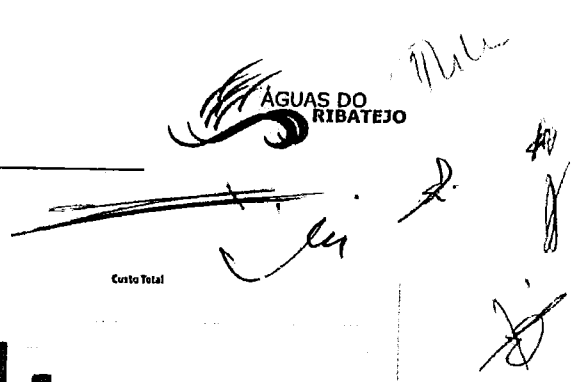
No que respeita à atividade de elevação e tratamento de águas residuais os consumos estão relacionados com as afluências às infraestruturas sendo que estas são mais importantes nas horas de ponta e cheia, não havendo, neste caso capacidade de retenção para elevar e/ou tratar preferencialmente nas horas de vazio. As figuras apresentadas revelam ainda o aumento de consumo de energia a acompanhar o aumento de precipitação devido à elevada afluência de águas pluviais às redes de saneamento que obrigam a um maior número de horas de bombagem nas estações elevatórias.

SANEAMENTO	kWh Ponta	kWh Cheia	kWh Vazio	kWh Super Vazio
2015	532 779,95	2 452 304,43	1 351 228,15	512 761,27
2014	558 919,12	2 467 312,33	1 318 560,32	502 207,35
Variação	- 4,7 %	- 0,6 %	+ 2,5 %	+ 2,1 %

SANEAMENTO	kWh/m3	€/kWh	€/m3
2015	0,665	0,144	0,095
2014	0,534	0,137	0,073
2013	0,446	0,148	0,066
2012	0,478	0,135	0,065

A tabela anterior demonstra que, apesar da mínima variação no consumo de energia na atividade de saneamento, os índices energéticos apresentam um aumento significativo. Tal deve-se em grande medida à exploração de ETAR e de sistemas elevatórios com caudal significativamente abaixo dos valores de dimensionamento, como o da Carregueira/Pinheiro Grande, e ainda à ativação de novas estações elevatórias e de novas ETAR dotadas de mais equipamento eletromecânico nos subsistemas de saneamento de Torres Novas e de Riachos.

Analisando os 10 subsistemas com maior consumo temos os gráficos em baixo.



Inserido na Direção de Produção e Tratamento os serviços de Manutenção tem a seu cargo a manutenção das infraestruturas de produção de água e de tratamento de águas residuais e sistema de telegestão.

A resposta da Manutenção às solicitações dos serviços de operação deu prioridade a situações que apresentassem manifestamente risco de segurança para pessoas, falhas no abastecimento de água e descargas de águas residuais não tratadas nas linhas de água, por esta ordem.

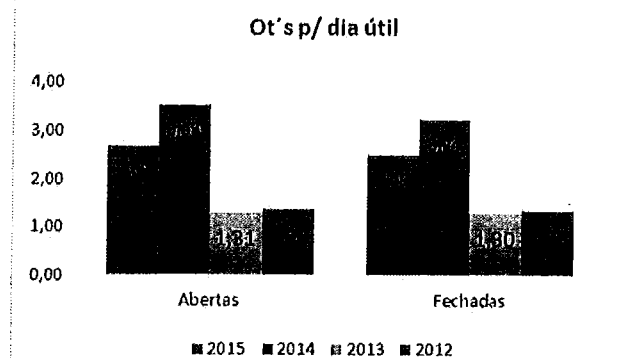
O quadro seguinte resulta dos indicadores de gestão da manutenção.

Área	OT Abertas				OT Fechadas				% Resolução			
	2015	2014	2013	2012	2015	2014	2013	2012	2015	2014	2013	2012
Operacional												
Abastecimento	273	438	106	114	258	418	106	112	95%	95%	100,00%	98,20%
Saneamento	413	455	228	236	378	401	225	231	91,53%	88,13%	98,70%	97,90%
Total AR	686	893	334	350	636	819	331	343	92,71%	91,71%	99,10%	98,00%

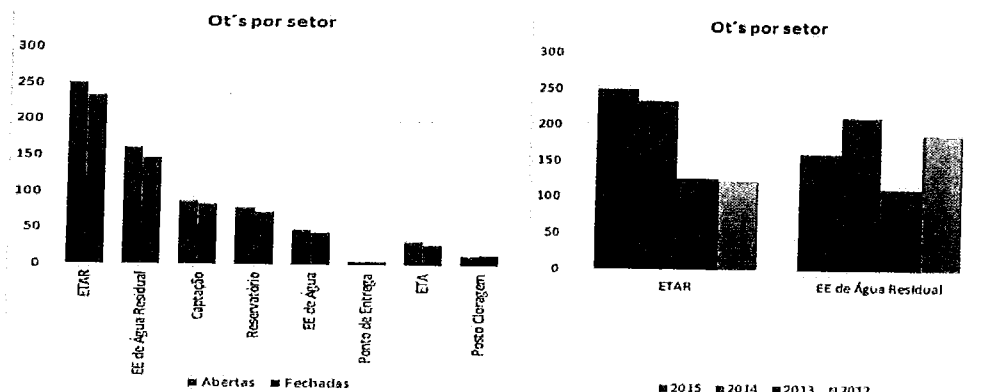
Pelo quadro anterior podemos ver que o serviço de manutenção registou durante 2015, 686 Ordens de Trabalho (OT), o que significa um decréscimo de 23% em comparação ao ano de 2014. Foram concluídas/fechadas 636 Ordens de Trabalho, o que representa uma taxa de execução de 92,71%, valor um pouco superior à taxa de execução no período de 2014 que foi de 91,71%. Esta taxa de resolução reflete a diminuição do número de OT, também devido às melhorias introduzidas nas instalações, após conclusões das respetivas empreitadas.

Reportadas à manutenção através de Pedidos de Intervenção e abertura direta sem referência a pedidos, foram registados no *software*, uma média de 2,69 intervenções por cada dia útil, tendo sido resolvidas 2,49 das intervenções solicitadas por cada dia útil, revelando uma excelente capacidade de resposta.

Para além dos trabalhos realizados na Direção de Produção e Tratamento, os serviços de manutenção realizaram ações para outras áreas da empresa, como a Direção Comercial, a Direção de Gestão de Redes e a Direção Administrativa e Financeira.



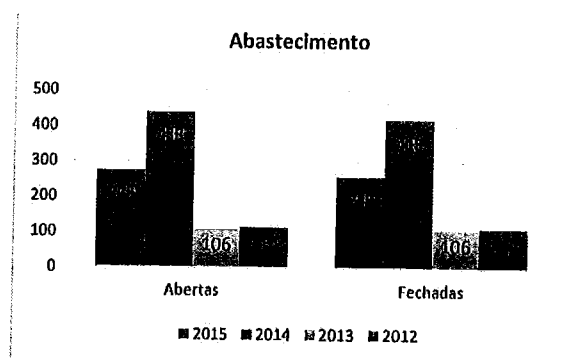
Num universo de 9.589 ativos em exploração, registaram-se as intervenções abaixo tipificadas por setores.



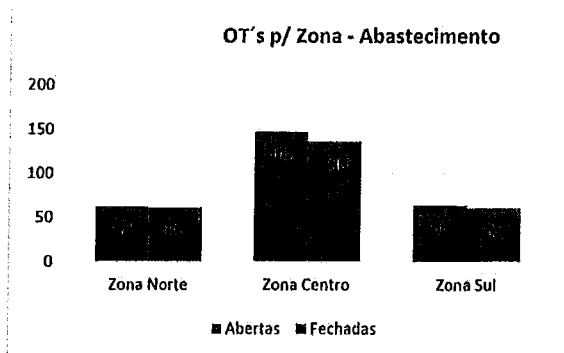
É no saneamento que tendencialmente se encontra a maior percentagem de avarias, o que está diretamente relacionado com o meio agressivo em que os equipamentos são obrigados a trabalhar. Também é de realçar o elevado número de avarias nas captações. Foram efetuadas 87 intervenções em captações, destas, 8 estão relacionadas com grupos eletrobombas que foram substituídas. Neste caso específico em comparação ao ano de 2014 houve uma redução de 60%.

Manutenção Abastecimento

No abastecimento foram registadas 273 ordens de trabalho, comparando com o ano de 2014, representa uma redução de 38%.

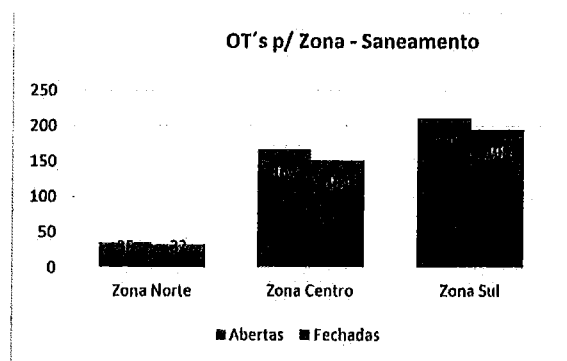
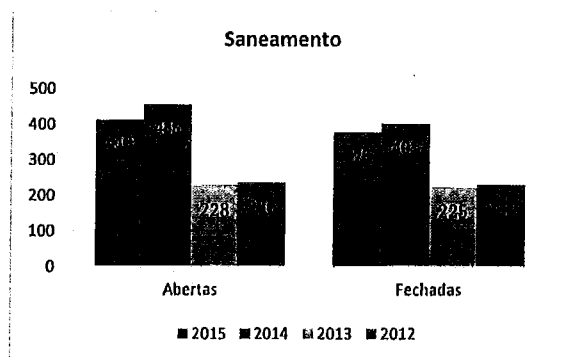


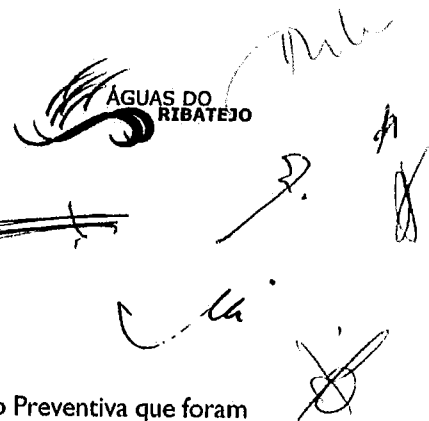
Das Ordens de trabalho solicitadas, estão distribuídas pelas Zonas Operacionais da seguinte forma:



Manutenção Saneamento

No saneamento foram registadas 413 OTs que representa uma redução de 9% em relação ao ano de 2014, distribuídas pelas respetivas zonas.





Manutenção preventiva

Durante ano de 2015 foram concluídas 150 OT no âmbito da Manutenção Preventiva que foram levadas a cabo por prestadores de serviços contratados, distribuídas do seguinte modo:

	2015
Manutenção de Postos de Transformação de Média Tensão e Geradores de Emergência	114
Manutenção de Comunicações e Telegestão	36
Manutenção Eletrónica e de Automação	a)

a) Este procedimento foi efetuado durante o ano de 2015, mas, não foi possível fazer um registo do número de intervenções, porque os serviços em algumas situações, foram realizados em simultâneo com os da Manutenção de Comunicações e Telegestão.

Os serviços de manutenção interna têm a seu cargo as manutenções eletromecânicas corretivas.

Em 2015 foi ainda contratada a prestação de serviços de segurança de equipamentos sob pressão – RACs, que inclui o levantamento, cadastro e certificação destes equipamentos.

Telegestão

O sistema de Telegestão, instrumento fundamental na gestão e manutenção dos subsistemas de abastecimento de água, está implementado em 10 subsistemas de abastecimento, que representam cerca de 60% da produção de água, permitindo o controlo/visualização remota de parâmetros de operação de 23 captações, 4 estações de tratamento de água, 31 reservatórios e 24 estações elevatórias.

A Telegestão tem vindo a ser implementada por fases, sempre na perspetiva de integração de novas e importantes infraestruturas, estando prevista a integração de mais estações remotas e ainda o seu alargamento à atividade de saneamento.

	Instalações (nº)	Captações (nº)	ETAs (nº)	Reservatórios (nº)	Volumes Reserva (m³)
Telegestão	82	23	4	31	27.800
Total	234	103	11	103	50.030
% Integração	35%	22%	36%	30%	56%

Qualidade

Aspetos gerais

Sobre o Gabinete de Qualidade recai a responsabilidade pela verificação da qualidade nos sistemas de abastecimento e de saneamento de água residuais da Águas do Ribatejo. Aplicando-se a lógica de que a responsabilidade pelo controlo da qualidade deve ser independente das atividades de produção, tratamento e exploração dos sistemas de abastecimento e saneamento, compete ao Gabinete de Qualidade a conceção, implementação e gestão dos programas de monitorização e controlo de qualidade.

As ações de monitorização e verificação da qualidade centram-se nos requisitos legais obrigatórios, sendo sempre complementadas com ações operacionais periódicas, focadas no controlo de todas as componentes dos subsistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais. Impende assim, sobre o Gabinete de Qualidade, a responsabilidade pela gestão do Laboratório Interno de Processo, equipamento central para as ações de monitorização operacional realizadas.

Durante o ano 2015 foram efetuadas cerca de 35.000 análises a parâmetros de qualidade de águas de consumo humano.

No que concerne à monitorização de água residuais, foram realizadas cerca de 13.000 análises.

Acessoriamente, estão também atribuídas ao Gabinete de Qualidade as responsabilidades pela coordenação e implementação das ações relativas ao sistema de garantia de qualidade do serviço prestado, especificamente nas vertentes qualidade, ambiente e segurança da água.

Qualidade da Água de Consumo Humano

Plano de Controlo de Qualidade

O Plano de Controlo de Qualidade das águas destinadas ao consumo humano é anualmente aprovado pelo Conselho de Administração da empresa. A gestão da qualidade das águas destinadas ao consumo humano é efetuada nas seguintes vertentes:

- Programa de Autocontrolo de Captações
- Programa de Controlo de Qualidade da Água

- Programa de Controlo Operacional dos Subsistemas de Abastecimento de Água

Programa de Autocontrolo de Captações (PAC Cap)

O programa, que é efetuado para cumprimento das disposições legais em matéria de proteção das origens de águas, permite mapear o comportamento das águas brutas captadas e, assim, antecipar possíveis situações anómalas ou necessidades de alteração dos processos de tratamento a jusante. A determinação do número e tipo de análises é feita em cumprimento das especificações patentes das licenças de captação de água. A avaliação da conformidade das amostras toma como referencial o Decreto-lei n.º 236/98.

Os dados relativos à implementação do Programa de Autocontrolo de Captações são os seguintes:

	N.º de subsistemas controlados	N.º de pontos de amostragem	Nº de amostras	Nº de análises
Programa de Autocontrolo de Captações	43	79	156	5224

A avaliação qualitativa dos dados demonstra conformidade com os valores máximos admissíveis estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 236/98, para a classe A1, em 97% das análises.

Programa de Controlo de Qualidade da Água (PCQA 2015)

Tendo por base o Plano de Controlo de Qualidade da Água aprovado pela ERSAR a Águas do Ribatejo efetuou, durante o ano 2015, **8725 análises** na torneira do consumidor. O número de análises para verificação da qualidade na torneira do consumidor tem vindo a reduzir em virtude da otimização do sistema de abastecimento, com decréscimo do número total de zonas de abastecimento exploradas, como é visível na tabela abaixo.

Ano	N.º de Zonas de Abastecimento	Nº análises realizadas na torneira do consumidor
2015	50	8725
2014	55	8857
2013	56	8936
2012	66	10366

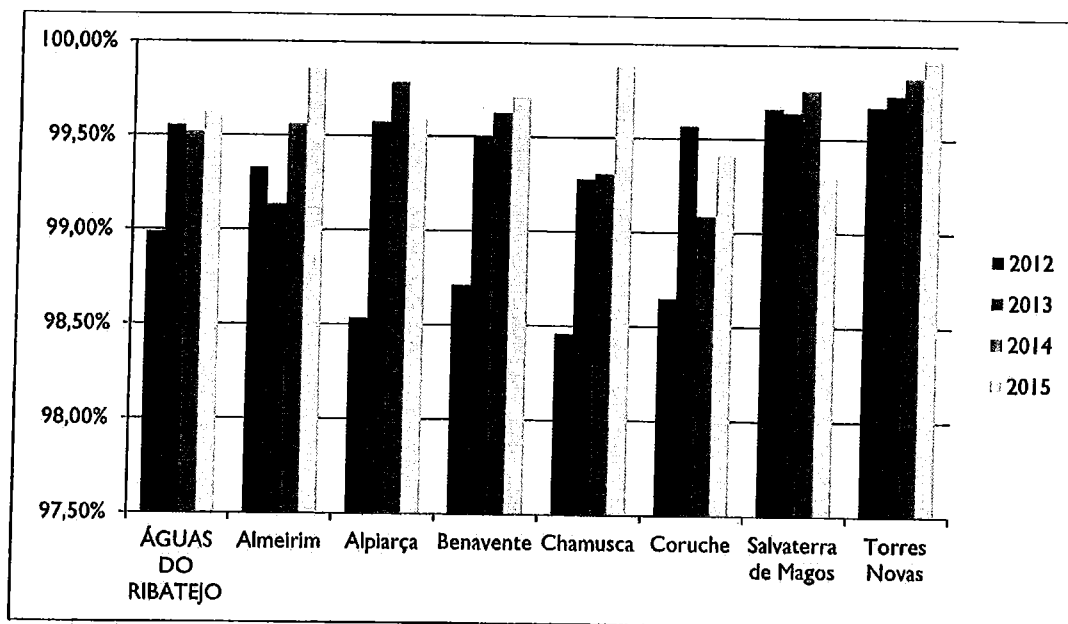
O cálculo do indicador Água Segura deve contabilizar não só as análises efetuadas na torneira do consumidor, mas também o número de análises efetuadas aos parâmetros conservativos pela entidade gestora em alta, nos pontos de entrega, pelo que os dados a considerar são os seguintes:

	N.º de Zonas de Abastecimento	Nº análises realizadas	Nº análises realizadas com VP	Nº incumprimentos ao VP	% Água Segura
ÁGUAS DO RIBATEJO	50	8875	6757	26	99,62%

Na análise por município, os índices de cumprimento dos critérios de qualidade são os observados no quadro infra. Refira-se que a soma não traduz o índice geral uma vez que estão refletidas as análises realizadas nas zonas de abastecimento na área de influência dos municípios e parte destas zonas abrangem mais do que um município.

Município	N.º de Zonas Abastecimento	Nº análises realizadas	Nº análises realizadas com VP	Nº incumprimentos ao VP	% Água Segura
Almeirim	4	924	700	1	99,86%
Alpiarça	2	631	485	2	99,59%
Benavente	8	1842	1398	4	99,71%
Chamusca	7	1066	816	1	99,88%
Coruche	20	2460	1853	11	99,41%
Salvaterra de Magos	6	1108	844	6	99,29%
Torres Novas	7	1732	1337	1	99,93%

A evolução do cumprimento dos valores paramétricos ao longo do tempo reflete-se na figura seguinte.



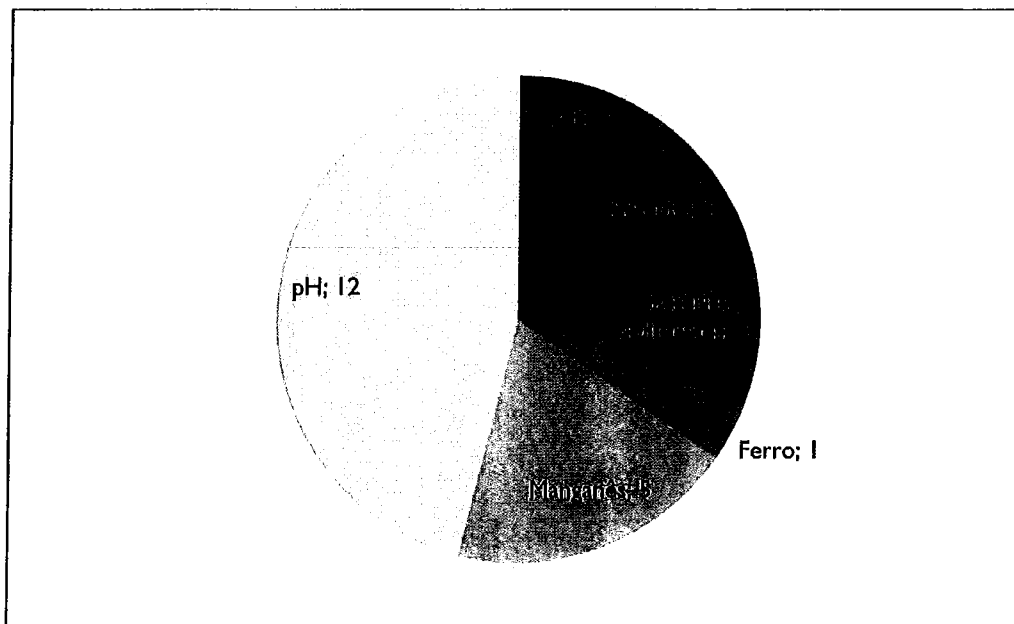
Da análise da figura tem-se, face a 2014, uma evolução positiva do indicador no universo de exploração da Águas do Ribatejo.

a) Tratamento de incumprimentos

Todos os resultados em incumprimento do valor paramétrico são alvo de investigação para qualificação das ocorrências em termos de causas e medidas necessárias à respetiva correção.

Todas as ocorrências registadas são imediatamente comunicadas às Autoridades de Saúde e à ERSAR, bem como os resultados e conclusões dos processos de investigação.

Das 26 ocorrências registadas em 2015 tem-se que os incumprimentos em pH continuam a representar perto de metade das situações, conforme distribuição abaixo.



As investigações sobre as ocorrências devolveram os seguintes resultados:

- pH – 9 dos incumprimentos derivam da qualidade hidrogeológica das águas brutas captadas; 3 dos incumprimentos deveram-se a situações pontuais de incorreto funcionamento dos sistemas de tratamento implementados, estando associados às dosagens de reagentes ou a avarias de equipamentos eletromecânicos.
- Manganês – os incumprimentos ao deveram-se, na sua maioria, a acumulações de precipitados na rede de distribuição. Ainda que algumas das investigações tenham sido inconclusivas, foram implementadas campanhas de descarga de limpeza da rede.
- Bactérias coliformes e E. coli – as averiguações de uma das situações de incumprimento associaram-no à verificação de baixa barreira sanitária, tendo a mesma sido retificada. Em qualquer dos casos as análises posteriores não confirmaram a persistência dos incumprimentos, tendo os mesmos sido considerados pontuais.
- Arsénio – 2 dos incumprimentos registados estão associados à qualidade das origens de água que se traduzem em alterações da qualidade da água bruta captada. Um dos casos foi de imediato encerrado, visto as análises posteriores não confirmarem a persistência do incumprimento. A segunda situação deriva da exploração de captação de reserva enquanto se esperava a recuperação estrutural da captação do sistema. A terceira situação de incumprimento deveu-se a uma falha dos equipamentos de tratamento instalados, tendo a mesma sido imediatamente resolvida.

- Ferro – o incumprimento registado deveu-se a falha de equipamento no processo de tratamento, tendo a mesma sido imediatamente resolvida.

Programa de Controlo Operacional do Subsistemas de Abastecimento de Água (PCOSAA)

Elaborado para o período do ano civil, o programa prevê a avaliação da eficiência de tratamento e, também, suprir as necessidades de monitorização e evidência sobre a situação de abastecimento. Dado o referido âmbito, o programa é elaborado de modo a abranger todas as componentes de cada subsistema de abastecimento, desde a captação até à distribuição na torneira do consumidor.

Os dados relativos à implementação do PCO SAA são os seguintes:

	N.º de subsistemas controlados	N.º de pontos de amostragem	Nº de amostras	Nº de análises
Programa Controlo Operacional de Subsistemas de Abastecimento de Água	44	410	3070	21088

Qualidade de Águas Residuais

Plano de Controlo de Qualidade

O Plano de Controlo de Qualidade de águas residuais é anualmente aprovado pelo Conselho de Administração da empresa. A gestão da qualidade das águas residuais, carregada de elevado carácter ambiental, é efetuada nas seguintes vertentes:

- Programa de Controlo de Qualidade de Águas Residuais
- Programa de Controlo Operacional dos Subsistemas de Saneamento de Águas Residuais

Programa de Controlo de Qualidade das Águas Residuais (PCQAR)

O cumprimento das imposições legais relativas à descarga de águas residuais tratadas nas linhas de água dos concelhos de Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos e Torres Novas é uma preocupação constante da Águas do Ribatejo.

A avaliação da conformidade destas descargas faz-se face ao cumprimento das Licenças de Descarga de Águas Residuais Tratadas no Meio Hídrico, tituladas pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Neste contexto, durante o ano de 2015 e em cumprimento das determinações das licenças, foram recolhidas para análise **1520 amostras**, com vista ao cumprimento do programa de Autocontrolo de ETAR, tendo sido realizadas **8087 análises**.

De acordo com os critérios de avaliação da conformidade, a Entidade Reguladora – ERSAR - estabeleceu um indicador de desempenho para eficiências de ETAR com pelo menos 1 ano de exploração, medido face à percentagem do equivalente de população que é servido por instalações de tratamento que asseguram o cumprimento da licença de descarga.

Das 49 ETAR sob gestão da Águas do Ribatejo, 43 ETAR apresentam pelo menos 1 ano de exploração em 2015, pelo que o indicador do cumprimento dos parâmetros de descarga se traduz num valor de **96,34 %**. Face a 2014, o indicador apresenta uma evolução positiva de cerca de meio ponto percentual.

Numa análise individual, tem-se:

- ETAR com qualidade de serviço boa e mediana: 36
- ETAR com qualidade de serviço insatisfatória: 7

Das 7 instalações com tratamento insatisfatório verifica-se que 3 delas se encontram muito próximo dos critérios para desempenho satisfatório, com taxas de conformidade acima dos 90%. As restantes instalações apresentam os seguintes quadros:

- As ETAR Raposa e ETAR Compacta Santo Estêvão apresentam uma taxa de conformidade inferior por apresentarem problemas funcionais relacionados com o excesso de carga afluyente face à população servida.
- A ETAR Muge apresentou constrangimentos ao nível do tratamento biológico devido a avaria do sistema de arejamento.

- A ETAR Rexaldia apresenta constrangimentos ao nível da tecnologia de depuração instalada (lagoas), estando prevista a conversão do sistema de tratamento, investimento considerado para efeito da próxima candidatura a fundos comunitários.

Programa de Controlo Operacional dos Subsistemas de Saneamento de Águas Residuais (PCO SAR)

Elaborado para o período do ano civil, o programa prevê a avaliação da eficiência de tratamento de depuração de águas residuais e, também, suprir as necessidades de monitorização e evidência sobre afluências indevidas à rede de drenagem.

A implementação do PCO SAR resume-se do seguinte modo:

	N.º de subsistemas controlados	N.º de pontos de amostragem	N.º de amostras	N.º de análises
Programa Controlo Operacional de Subsistemas de Saneamento de Águas Residuais	50	141	1490	5151

Plano de Segurança da Água - PSA

O plano de segurança da água (PSA), é uma ferramenta prática que ajuda a entidade a identificar, avaliar e gerir o risco no seu sistema de abastecimento de água, incorporando no seu dia-a-dia uma abordagem integrada e preventiva, que permitirá dar uma resposta atempada e adequada a situações de rotina e excecionais. O objetivo fundamental é assegurar a distribuição contínua e consistente de uma água segura para todos os utilizadores.

O PSA está a ser implementado no subsistema de abastecimento Benavente/ Samora Correia/ Vale Tripeiro, no município de Benavente.

A data encontram-se a decorrer as seguintes ações do PSA:

- Acompanhamento do Plano de Ações de Melhoria
- Desenvolvimento do Plano de Monitorização das Medidas de Controlo
- Desenvolvimento dos procedimentos de gestão.

Gestão da Qualidade

A par do desenvolvimento dos planos de PSA e PSS a AR – Águas do Ribatejo, EM, SA continua também os esforços para implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade do serviço, de acordo com o referencial da norma NP EN ISO 9001:2008 – Sistemas de Gestão da Qualidade, Requisitos.

Refira-se que o Sistema de Gestão da Qualidade tem como fim primordial assegurar processos e procedimentos que conduzam à melhor prestação possível do serviço, isto é, ir ao encontro dos requisitos do cliente, da organização e/ou dos requisitos legais aplicáveis ao produto.

Neste momento a Águas do Ribatejo encontra-se em fase de discussão dos processos de operação e desenvolvimento do serviço, para assim determinar os demais requisitos.

Gestão Ambiental

Monitorização Do Meio Recetor das Descargas de Águas Residuais Tratadas

Com a intenção de monitorizar o efeito que as descargas de águas residuais tratadas têm no meio ambiente, é implementado o Programa de Monitorização de Meios Recetores de Descargas, em parte para cumprimento das disposições legais aplicáveis aos meios recetores.

A avaliação dos efeitos no meio recetores é feita de forma qualitativa das amostras recolhidas a jusante dos pontos de descarga face às amostras recolhidas a montante.

Devido a dificuldades logísticas relacionadas com o acesso às linhas de água, devido ao seu estado de conservação, o programa é elaborado com vista à monitorização do efeito das descargas no final da época húmida (maio/junho) e no final da época seca (setembro/outubro). Os locais de colheita devem situar-se a cerca de 50 metros a montante e jusante dos pontos de descarga de águas residuais tratadas em instalações geridas pela Águas do Ribatejo.

Os dados de execução do programa são os que constam da tabela.

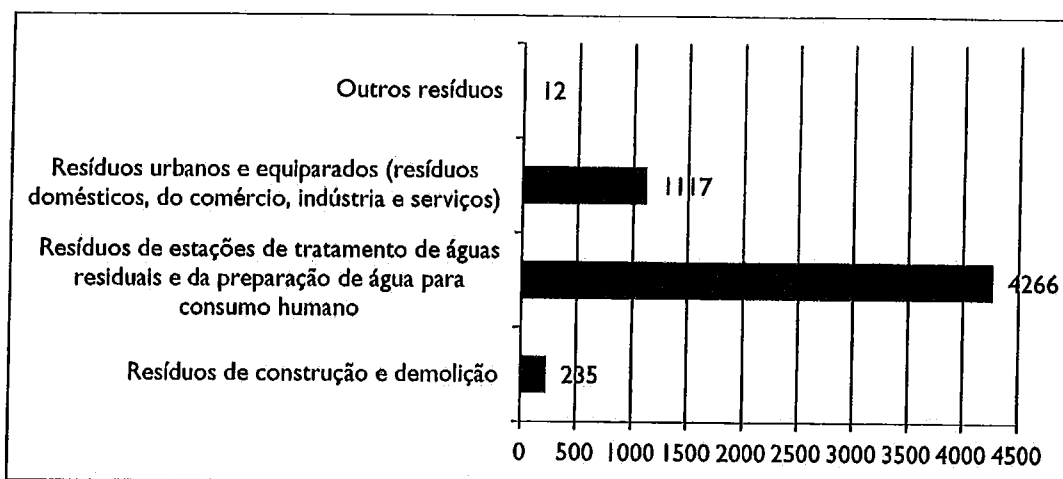
	N.º de subsistemas controlados	N.º de pontos de amostragem	Nº de amostras	Nº de análises
Programa Monitorização do Meio Recetor de Descargas	48	48	113	384

Os resultados dos pontos de amostragem monitorizados mostram que, genericamente e no final da época húmida, são cumpridos os objetivos ambientais de qualidade mínimos estabelecidos para as massas de água superficiais.

Gestão de resíduos

Parte de uma gestão sustentável dos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais passa por uma gestão responsável de resíduos gerados no âmbito das atividades de exploração.

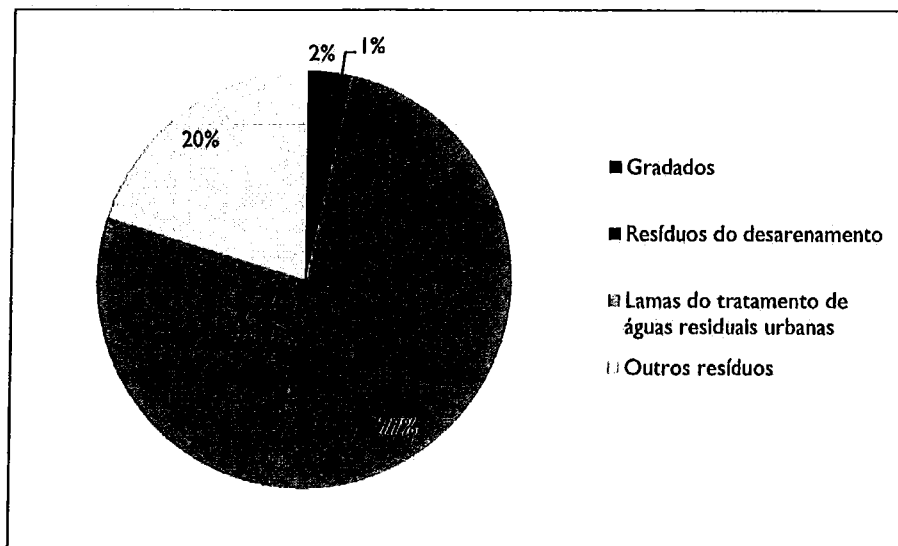
No ano 2015, foram produzidas 5629 toneladas de resíduos, distribuídos pelas seguintes frações:



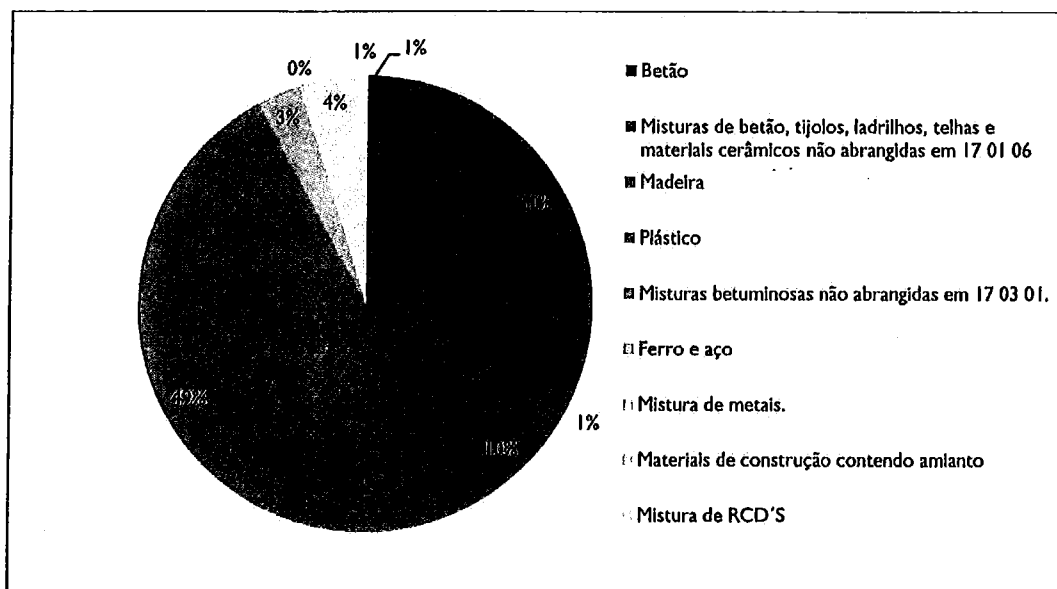
Pretendendo-se uma gestão sustentável dos resíduos gerados na atividade, as opções de gestão de resíduos preferenciais passam pelas operações de recuperação e/ou reciclagem dos resíduos. No entanto, e atendendo à sua tipologia, são pontualmente efetuadas operações de eliminação dos resíduos.

Numa análise aprofundada das frações de resíduos, obtêm-se os seguintes dados de resíduos produzidos por tipo, por fração:

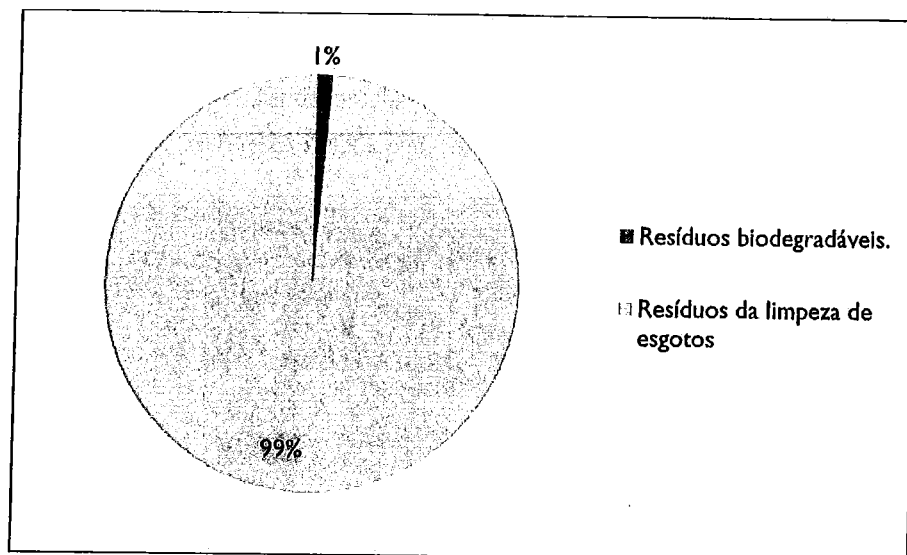
a) Resíduos de estações de tratamento de águas residuais e da preparação de água para consumo humano (em toneladas)



b) Resíduos de construção e demolição



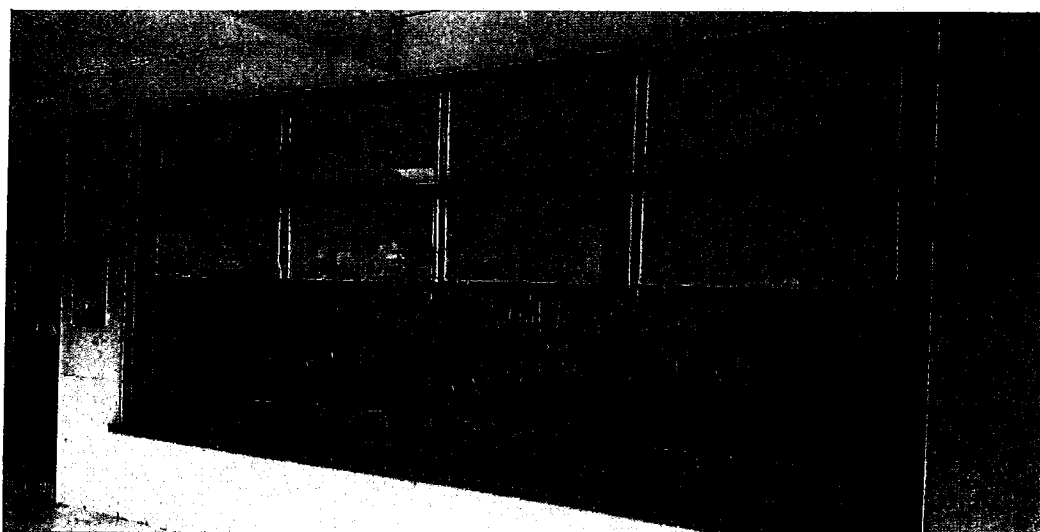
c) Resíduos urbanos e equiparados (resíduos domésticos, do comércio, indústria e serviços)



Comercial

Atendimento Comercial

No final do ano em análise inaugurou-se a nova Unidade de Atendimento Comercial em Torres Novas finalizando-se assim o processo de criação de unidades comerciais autónomas.



Em 2014 realizou-se também a realocização da Unidade de Benavente, tendo já sido aplicada a nova imagem da Águas do Ribatejo, sendo esta imagem simples, uniforme e que permitirá também uma maior durabilidade ao longo da vida útil da mesma

Passa assim a AR a dispor de Unidades Comerciais autónomas em todos os seus Municípios, oferecendo um atendimento mais uniformizado, eficiente e confortável para o utente.



Unidade de Atendimento Comercial	Nº de atendimentos	Média diária
Almeirim	27.547	108
Alpiarça	6.231	24
Benavente	12.513	49
Samora	18.481	72
Chamusca	4.179	16
Coruche	14.694	58
Salvaterra de Magos	12.042	47
Torres Novas	18.545	73
Total	114.232	448

Podemos através das várias estatísticas recolhidas nas oito UAC que dispõem de sistema de senhas, observar a disponibilidade do serviço prestado, em que o atendimento em média chega a atingir os 108 clientes por dia.

Observou-se um aumento de 12%, em relação à média diária anterior, de 96 clientes por dia. No decorrer do ano 2015 foram celebrados 4.081 contratos ou alterações de titularidade, e foram realizadas 2.266 rescisões contratuais.

Call Center

Os clientes da Águas do Ribatejo continuam a utilizar como meio preferencial para comunicar com a empresa o atendimento telefónico, podendo o cliente obter e fornecer o mais diversificado tipo de informações, relacionados com o contrato, bem como outro tipo de informações relacionadas com falhas no abastecimento, ramais, roturas, entre outras.

O número médio de chamadas atendidas diariamente neste ano foi de 168, relativamente ao ano anterior em que a média foi de 162 chamadas.

Verificou-se um aumento de 3,6 % relativamente aos valores obtidos em 2014. Este valor confirma a tendência de estabilização em relação ao número de chamadas.

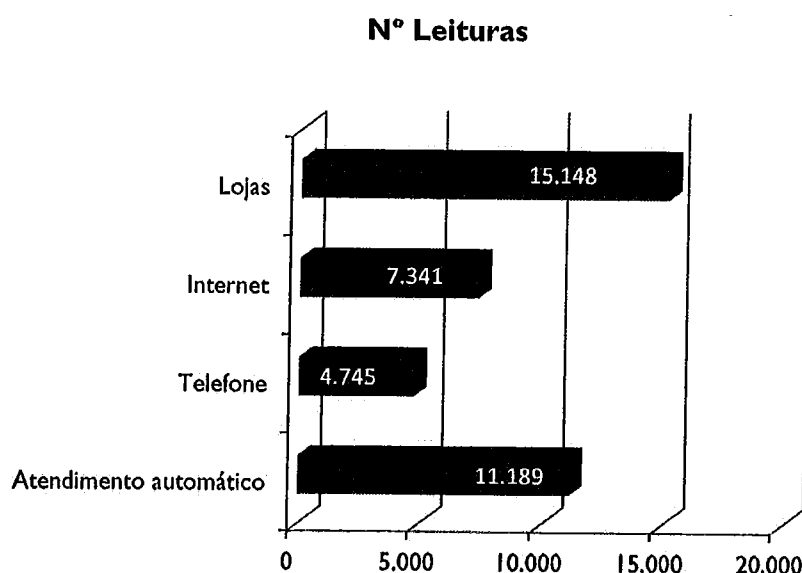
Observando a atividade do "Call Center" externo durante o ano, em que se registaram 3.882 contactos telefónicos, verificamos que foram atendidas diariamente, em período não laboral, uma média de 10 chamadas, que comparando com o ano anterior cuja média havia sido de 14

chamadas podemos verificar um decréscimo, dado que em 2014, haviam sido processados 5.208 atendimentos.

A equipa do “Call Center” externo processou 1.445 avarias, resultando numa média diária de 3,95 avarias. Existiram menos 209 avarias processadas do que no ano anterior, originando uma diminuição de 13%.

Podemos também observar durante este ano qual o meio preferencial, utilizado pelos clientes da AR para fornecimento de leituras:

- Em 1º lugar e com algum destaque, são as leituras fornecidas junto das lojas, estas englobam não só as leituras para faturação periódica, bem como as leituras de rescisão de contrato, ou alteração de titular;
- As leituras fornecidas através da central telefónica de modo automatizado evidenciam um maior interesse por parte dos clientes em ter uma faturação suportada em consumos reais;
- Por último e apresentando valores mais próximos, são as leituras fornecidas pela Internet (balcão digital) e pelo telefone;

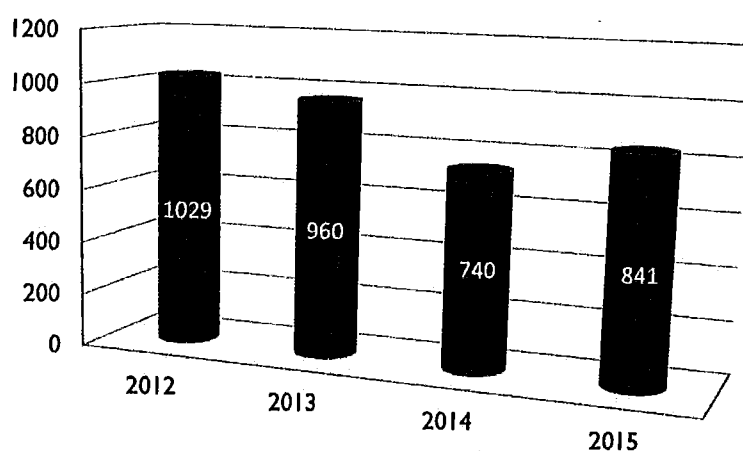


Durante o ano de 2015, foram registadas 488.174 leituras, pela equipa de leitores da AR.

O balcão digital onde o cliente pode observar e interagir sobre os diferentes aspetos do seu contrato começa a ganhar alguma dimensão, sendo este crescente interesse não só suportado

pela fatura eletrónica e pelo fornecimento de leituras, bem como, pela perceção dos consumos faturados, controlo das suas cobranças, bem como, validação dos dados contratuais do cliente.

Nº de adesões ao balcão eletrónico



Em 2015, aderiram ao balcão eletrónico 841 clientes. Atualmente existem 3.963 clientes a usufruir desta ferramenta.

A fatura eletrónica é enviada neste momento, para 1.517 clientes. Embora ligeira, a adesão ao envio eletrónico de fatura tem vindo a evoluir de uma forma positiva, representando assim 2% do universo de clientes.

Cientes – Reclamações

Ano	Nº reclamações	Prazo médio de resposta em dias úteis
2015	458	14
2014	572	13
2013	777	13
2012	656	14

O número de reclamações e a natureza dos mesmos constitui um dos indicadores de avaliação de qualidade. Nesse sentido a AR procedeu a uma análise das matérias reclamadas que, genericamente, irão traduzir-se em melhores soluções.

Foram registadas 458 reclamações escritas relativas às várias áreas de atividade da AR, durante o ano de 2015.

No ano de 2015 a taxa de cumprimento do prazo de resposta, fixado nos termos do D.L. 194/2009, de 20 de agosto, de 22 dias úteis, foi de 94% e o tempo médio de resposta de 14 dias.

Podemos constatar pela observação do quadro, que o número de reclamações tem vindo a diminuir, reflexo do esforço e ações desenvolvidas na melhoria dos sistemas de abastecimento de água e saneamento.

Clientes – Caracterização

Os clientes da AR encontram-se caracterizados a nível de tipo de utilização, da seguinte forma:

Tipo de Utilização	2015	2014	2013	2012
<i>Doméstico</i>	63.043	63.249	63.349	64.103
<i>Tarifário Social</i>	4.296	4.185	4.197	4.185
<i>Tarifário Familiar</i>	305	269	232	186
<i>Comércio e Indústria</i>	5.005	5.034	5.072	5.249
<i>Instituições</i>	597	581	555	537
<i>Estado</i>	125	125	119	120
<i>Autarquias</i>	1.276	1.199	1.209	1.181
<i>Consumos Temporários</i>	219	242	255	327
Total	74.866	74.884	74.988	75.888

O que perfaz um total de 74.866 clientes, ou seja, através do quadro anterior podemos observar a evolução dos clientes, bem como, a sua distribuição pelos vários tipos de consumo.

No quadro anterior podemos observar uma redução de 18 clientes, o que confirma a tendência que se tem vindo a verificar, de estabilização do número de clientes.

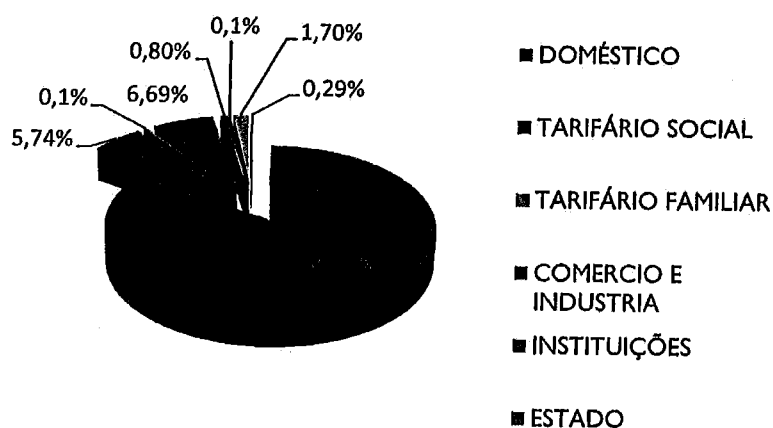
As classes de consumidor que sofreram redução de clientes foram a Doméstico, Comércio e Indústria e Consumos Temporários.

A tendência ainda que negativa, relativamente ao número de clientes, mantém-se de uma forma ténue e pode ser explicada principalmente por quatro fatores:

- A resolução de vários contratos de abastecimento por abandono do imóvel;
- A saída de população para outras áreas geográficas;
- O encerramento de atividades económicas;
- Devido a dificuldades financeiras, verifica-se a transferência de clientes domésticos para os tarifários sociais;

O tarifário social já representa 6,6% dos clientes e está coerente com os dados do ano anterior, enquanto o tarifário familiar, beneficiando agregados familiares numerosos vai crescendo gradualmente à medida que os clientes vão tomando conhecimento das suas vantagens e reúnem as condições necessárias para beneficiar do mesmo.

Distribuição de clientes por tipo de uso



A distribuição dos clientes por município e por tipo de uso é a seguinte:

MUNICÍPIO	DOMÉSTICO	TARIFÁRIO SOCIAL	TARIFÁRIO FAMILIAR	COMERCIO E INDUSTRIA	INSTITUIÇÕES	ESTADO	AUTARQUIAS	CONSUMOS TEMPORÁRIOS	TOTAL
ALMEIRIM	9.835	777	36	805	66	19	109	21	11.668
ALPIARÇA	2.930	392	15	221	15	9	76	5	3.663
BENAVENTE	11.833	633	118	1.179	82	15	270	32	14.162
CHAMUSCA	4.158	817	12	260	54	16	178	1	5.496
CORUCHE	9.122	587	12	519	102	15	173	37	10.567
SALVATERRA DE MAGOS	7.824	1.022	63	594	62	24	174	79	9.842
TORRES NOVAS	17.341	68	49	1.427	216	27	296	44	19.468
Ano de 2015	63.043	4.296	305	5.005	597	125	1.276	219	74.866
Ano de 2014	63.249	4.185	269	5.034	581	125	1.199	242	74.884
Ano de 2013	63.349	4.197	232	5.072	555	119	1.209	255	74.988
Ano de 2012	64.103	4.185	186	5.249	537	120	1.181	327	75.888
Evolução (2014 -> 2015)	-0,33%	2,65%	13,38%	-0,58%	2,75%	0,00%	6,42%	-9,50%	-0,02%

MUNICÍPIO	TOTAL DE CLIENTES	% DISTRIBUIÇÃO DOS CLIENTES
ALMEIRIM	11.668	16%
ALPIARÇA	3.663	5%
BENAVENTE	14.162	19%
CHAMUSCA	5.496	7%
CORUCHE	10.567	14%
SALVATERRA DE MAGOS	9.842	13%
TORRES NOVAS	19.468	26%
TOTAL	74.866	-

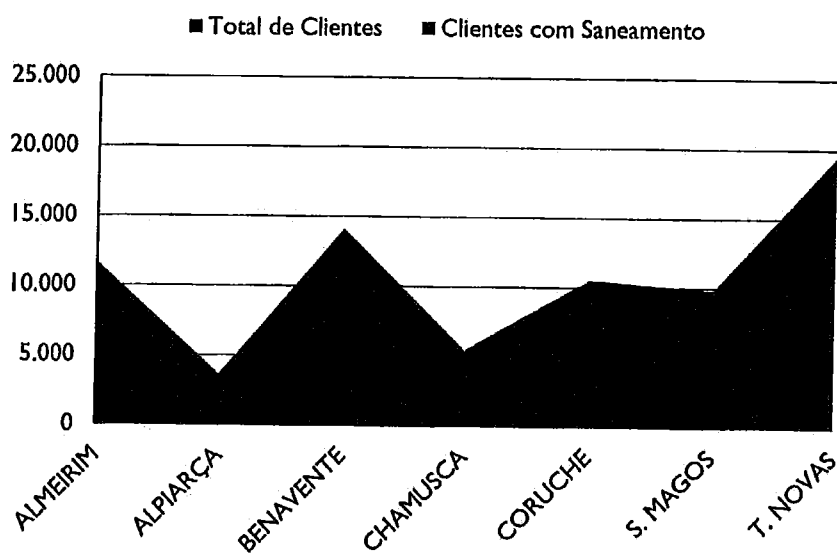
A distribuição dos clientes com tarifa de saneamento, por município e por tipo de uso é a seguinte:

MUNICÍPIO	DOMÉSTICO	TARIFÁRIO SOCIAL	TARIFÁRIO FAMILIAR	COMERCIO E INDUSTRIA	INSTITUIÇÕES	ESTADO	AUTARQUIAS	CONSUMOS TEMPORÁRIOS	TOTAL
ALMEIRIM	9.022	660	36	781	61	19	64	0	10.643
ALPIARÇA	2.816	378	13	214	13	8	31	0	3.473
BENAVENTE	10.848	570	114	1.028	71	15	70	0	12.716
CHAMUSCA	2.455	480	5	182	38	14	37	0	3.211
CORUCHE	6.260	373	7	420	74	15	76	2	7.227
SALVATERRA DE MAGOS	4.692	547	37	474	36	23	58	7	5.874
TORRES NOVAS	11.483	40	31	1.074	132	24	90	1	12.875
Ano de 2015	47.576	3.048	243	4.173	425	118	426	10	56.019
Ano de 2014	46.056	2.741	218	4.125	400	115	394	2	54.051
Ano de 2013	45.281	2.660	187	4.167	388	107	388	2	53.180
Ano de 2012	45.693	2.613	154	4.304	382	107	386	3	53.642
Evolução (2014 -> 2015)	5,07%	14,59%	29,95%	0,14%	9,54%	10,28%	9,79%	400,00%	5,34%

No seguinte quadro e gráfico, podemos observar a cobertura de saneamento faturado nos sete municípios:

MUNICÍPIO	Total de Clientes	Clientes com Saneamento	Cobertura da rede de Saneamento
ALMEIRIM	11.668	10.643	91%
ALPIARÇA	3.663	3.473	95%
BENAVENTE	14.162	12.716	90%
CHAMUSCA	5.496	3.211	58%
CORUCHE	10.567	7.227	68%
SALVATERRA DE MAGOS	9.842	5.874	60%
TORRES NOVAS	19.468	12.875	66%
Total	74.866	56.019	75%

Cobertura de Saneamento

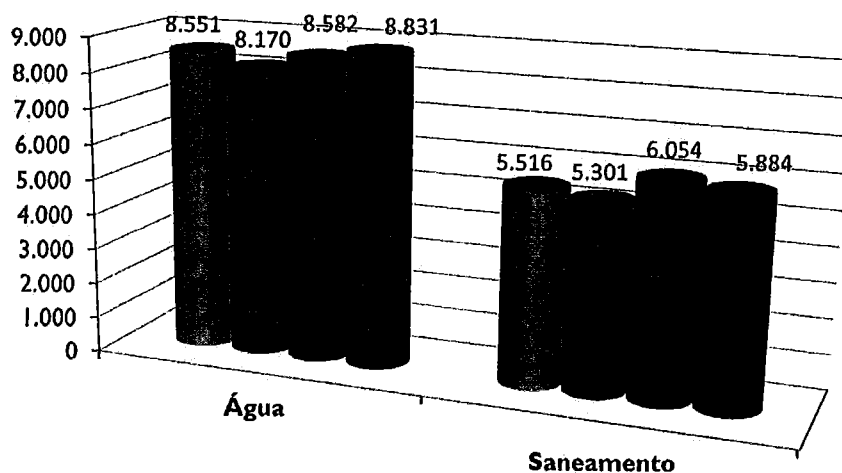


Consumos e Faturação

O volume de Água e Saneamento faturado no corrente ano em comparação com os anos anteriores foi o seguinte:

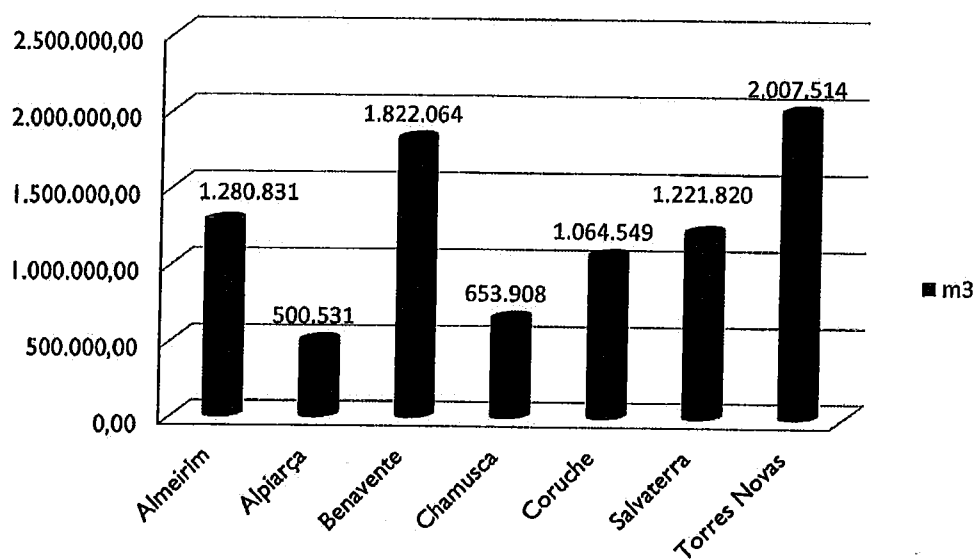
Volume Anual Faturado

■ 2015 ■ 2014 ■ 2013 ■ 2012



valores em milhares de m³

Volume Anual Faturado por Município



A AR remeteu de uma forma regular, uma média de 5.846 avisos de corte por mês, perfazendo no final de 2015, um total de 70.162 avisos.

No processo de recuperação de dívida, desenvolveram-se um conjunto de intervenções durante o corrente ano, que podem ser observadas no quadro seguinte

Ano	Ações de Fiscalização	Suspensão de Abastecimento	Restabelecimentos
2015	1.187	2.708	1.938
2014	1.742	2.841	2.390
2013	2.364	4.381	3.724
2012	1.446	3.394	1.672

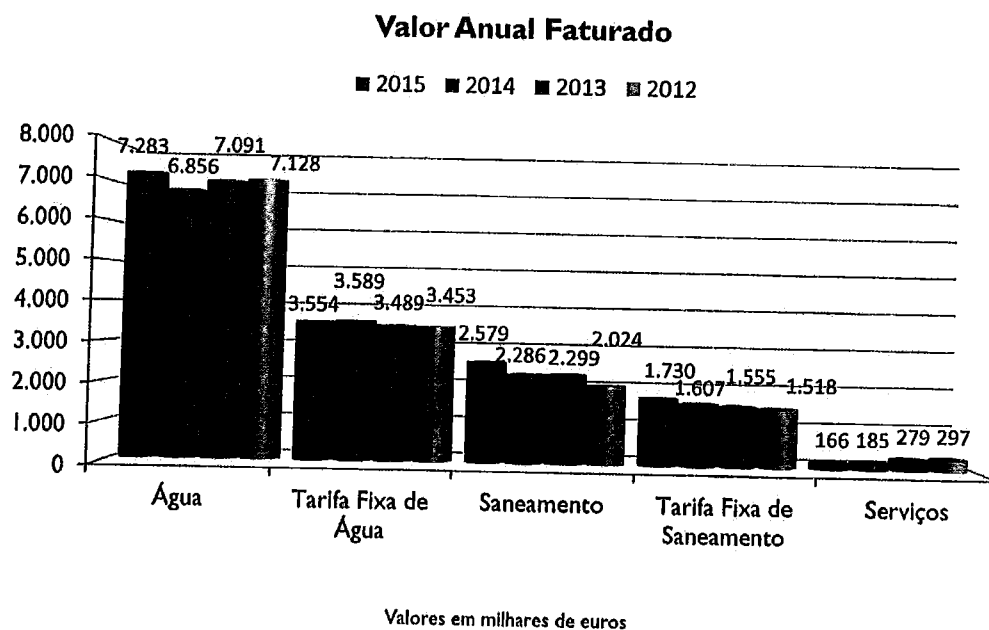
Através da observação do quadro acima, podemos constatar uma redução nas suspensões de abastecimento, que implicou uma redução nos serviços complementares de ações de fiscalização e reabertura.

Esta situação foi devida a vários fatores de ordem técnica e humana, nomeadamente:

- Falha no envio das cartas de corte, o que provoca um atraso no processo, obrigando mesmo à anulação dos serviços já emitidos;
- Mudança de prestador de serviços que realiza este tipo de serviços, que embora numa menor escala, também causou algum impacto;
- Resolução da situação de incumprimento do cliente, na qual este regularizou a sua dívida perante a AR sem se ter efetuado o corte;

No sentido de efetuar a recuperação de dívida, a AR tem realizado acordos de pagamento, nos casos em que se constata dificuldades nas famílias economicamente vulneráveis.

No gráfico seguinte estão expressos os valores faturados em Tarifa Variável de Água, Tarifa Fixa de Água, Tarifa Variável de Saneamento, Tarifa Fixa de Saneamento e Serviços referentes aos últimos 4 anos.

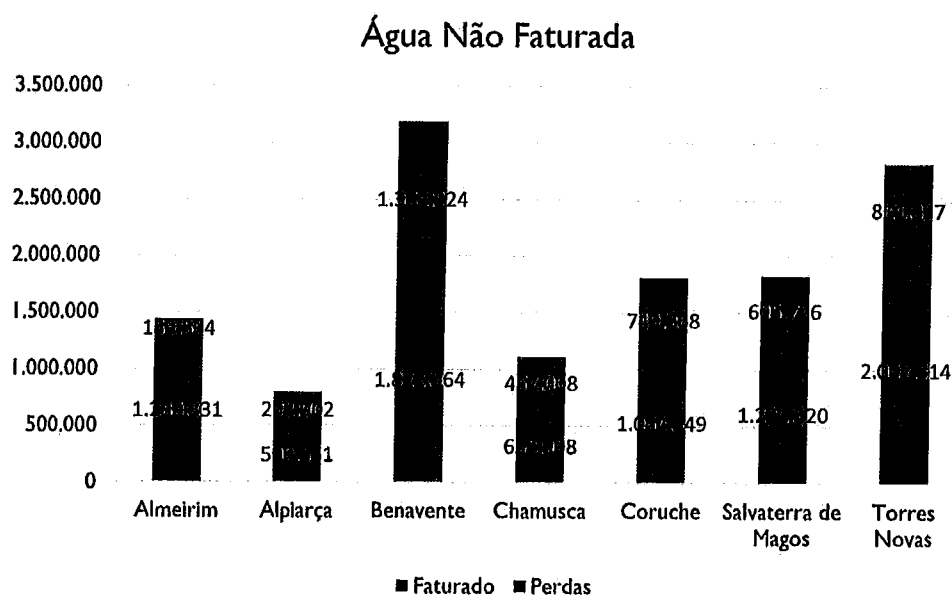


A faturação proveniente da componente "Água" (Tarifa Fixa e Variável de Água) ascende a 10.837 mil euros, continua a ser determinante na composição das receitas, representando cerca de 70,77% do total 15.312 mil euros. Em 2014 este valor era de 71,92%.

Registou-se um acréscimo de 5,43% em relação ao ano anterior, dado que no volume de m³ faturados também se verificou um aumento de 4,43% em relação a 2014.

Água não faturada

No quadro seguinte podemos observar a diferença entre o volume de água produzido e o volume de água faturado por município, podendo assim obter o cálculo da água não faturada.



Ano	2015				2014
Município	Produzido	Faturado	Perdas	% Perda	% Perda
Almeirim	1.440.395	1.280.831	159.564	11,08%	17,34%
Alpiarça	793.433	500.531	292.902	36,92%	35,28%
Benavente	3.184.988	1.822.064	1.362.924	42,79%	37,36%
Chamusca	1.110.916	653.908	457.008	41,14%	51,91%
Coruche	1.813.817	1.064.549	749.268	41,31%	38,80%
Salvaterra de Magos	1.827.546	1.221.820	605.726	33,14%	33,29%
Torres Novas	2.819.371	2.007.514	811.857	28,80%	30,23%
Total	12.990.466	8.551.217	4.439.249	34,17%	34,40%

Estas perdas poderão ser explicadas por roturas que geram desperdício de água não visível, descargas de água para limpeza de condutas e uso não autorizado da água para diversos fins.

Neste sentido e como forma de combater os consumos de água não contabilizados a AR procede a várias ações de fiscalização com intuito de identificar e solucionar as situações encontradas.

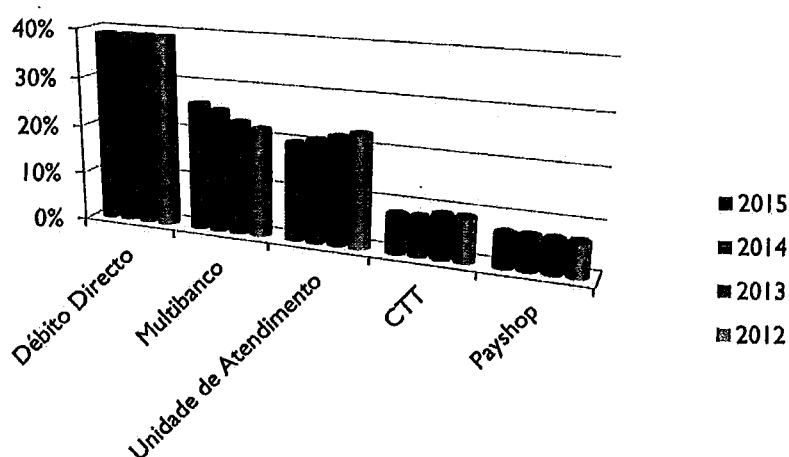
Neste âmbito, e durante o ano de 2015, foram também substituídos 5.157 contadores, contabilizando já um total de 42.788 substituições desde o início da atividade da AR, o que representa 57% do parque total de contadores instalados.

Formas de Pagamento

O pagamento através dos vários canais de cobrança disponibilizados pela AR apresenta uma distribuição idêntica no final do ano de 2015, à verificada durante o ano de 2014.

CANAL DE COBRANÇA	2015
Débito Direto	39%
Multibanco	26%
Unidade de Atendimento Comercial	20%
CTT	8%
Payshop	7%

Podemos ainda observar a evolução da distribuição dos vários canais de cobrança desde o ano de 2012, através do seguinte gráfico.



A análise da distribuição da utilização dos vários canais de cobrança existentes revela uma estabilização, no sentido em que não se verificou, neste período, uma variação significativa em

relação ao ano anterior. Contudo quando comparado com o ano de 2012 podemos observar um acréscimo contínuo de pagamento através das redes multibanco e uma redução nas unidades de atendimento.

Comunicação e Imagem

Qualidade foi a palavra-chave nas ações de divulgação e sensibilização levadas a cabo durante o ano de 2015. Concluída uma parte significativa dos investimentos em curso nas áreas do abastecimento e saneamento procurámos evidenciar a melhoria na qualidade dos serviços prestados aos 75 mil clientes e 150 mil consumidores.

Mantivemos uma comunicação de proximidade com as populações que servimos, com os autarcas dos sete Municípios e respetivas Freguesias e com todas as entidades que se relacionam com a AR.

As nossas mensagens passaram a dar ainda mais relevo à melhoria contínua dos serviços. Na área do Saneamento, apostámos na sensibilização dos clientes para a necessidade de se ligarem aos sistemas por serem mais seguros, mais económicos e mais amigos do ambiente.

No Abastecimento de Água foi feita a promoção das vantagens do consumo da água da rede pública por ser mais saudável, mais económica e mais amiga do ambiente, numa campanha onde se evidenciaram as consequências positivas dos investimentos realizados. Nestas campanhas contámos com a colaboração dos Municípios e Freguesias.

Em 2015, demos continuidade ao plano de promoção institucional da empresa fora de portas junto das entidades com a tutela e a regulação, dos decisores e dos vários públicos dos setores da água e do saneamento.

A AR esteve nos principais eventos do setor, com destaque para a participação no Encontro Nacional de Entidades Gestoras (ENEG), organizado pela APDA, que decorreu no Porto de 1 a 4 de dezembro. A empresa apresentou um stand institucional, com vista à promoção e divulgação das suas atividades, o qual foi visitado por membros do Governo, representantes das Instituições ligadas à tutela, regulador, administradores e técnicos de entidades gestoras e dezenas de outros congressistas.

O ENEG é o maior fórum nacional do setor, e a AR, mais uma vez, foi convidada a apresentar o seu modelo de gestão, com a participação do Presidente do Conselho de Administração num painel com representantes dos vários modelos existentes e perante uma plateia com dezenas de decisores.

Foi dada continuidade, à promoção dos investimentos realizados nos sete Municípios através duma dinâmica comunicacional que aproximou a empresa dos cidadãos, dos autarcas e das entidades locais. Promovemos encontros com os jornalistas, visitas de trabalho e estudo com eleitos, estudantes e comunicação social, seminários e sessões de esclarecimento a pedido das Autarquias e outras entidades.

Na área da sensibilização ambiental, o programa “Escolas Amigas da Água”, em parceria com a QUERCUS permitiu chegar a cerca de 1300 crianças e jovens, dezenas de professores e assistentes operacionais nas escolas dos sete concelhos onde intervimos.

O sítio internet da empresa revelou-se fundamental na comunicação com os clientes / utilizadores e com as entidades externas com uma média superior a 250 visitas/dia.

Na continuidade do programa de sensibilização ambiental, foram reforçadas as campanhas desenvolvidas nas rádios locais em parceria com a QUERCUS e a DECO.

As notícias, reportagens e entrevistas publicadas com frequência nos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, aproximaram o nosso público-alvo da informação e reforçaram a importância do serviço que a AR presta.

Realçamos as reportagens televisivas na RTP, SIC, TVI, CM TV, ECONÓMICO TV, REDE REGIONAL, MÉDIO TEJO NET e MIRANTE TV e mais de 50 notícias em órgãos de comunicação social de âmbito nacional que resultam da notoriedade que a marca AR consolidou.

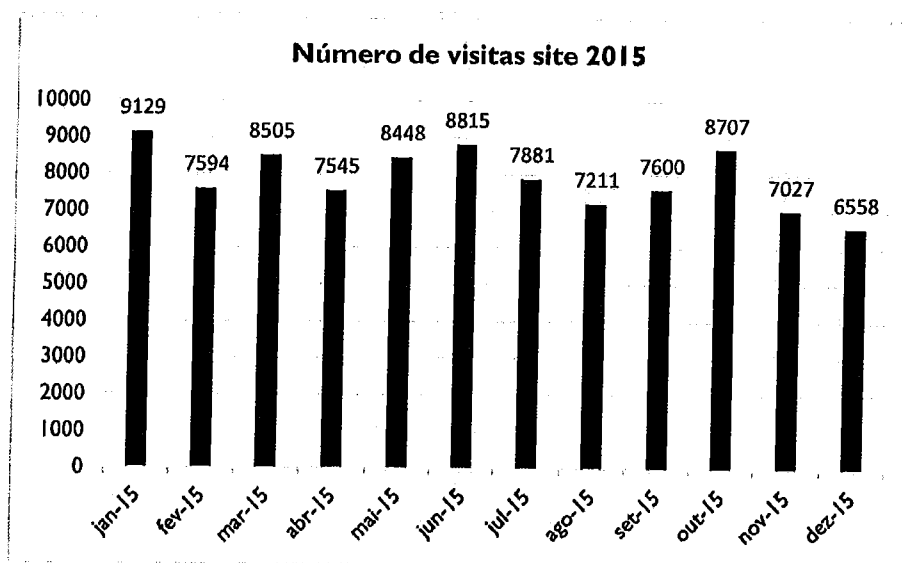
Sítio Institucional

O sítio internet da Águas do Ribatejo tem sido um meio de comunicação muito importante com o cliente, registando um total de 95.020 visitas no ano de 2015. A média mensal de entradas no sítio foi de 7918 e a média diária de 264 visitas.

Esta ferramenta permite aos clientes / utilizadores acompanhar a atividade da AR através das notícias na página principal, como também, serem alertados para situações imprevistas (roturas, avarias e outras situações que provoquem falhas ou constrangimentos no abastecimento), bem como intervenções programadas na rede de abastecimento e saneamento, além de outras informações de interesse.

Os espaços de informação no sítio foram renovados e alargados e mantivemos a atualização regular das notícias referentes à atividade da empresa.

No gráfico seguinte é apresentada a evolução do número de visitas ao sítio da AR ao longo dos meses:



Imprensa

Durante o ano de 2015 foram distribuídas à comunicação social 58 notas de imprensa e 112 comunicados (roturas e constrangimentos nas redes de abastecimento de água). Foi mantido e alargado um contacto regular com os jornalistas que trabalham na região no sentido de os manter ao corrente das várias iniciativas da empresa.

As publicações em jornais, rádios, televisões e portais locais, regionais e nacionais permitiram chegar com um formato credível junto da maioria dos 150 mil consumidores / utilizadores, mas também a outros públicos com quem nos relacionamos: entidades do setor, gestores, autarcas, regulador e fornecedores, entre outros.

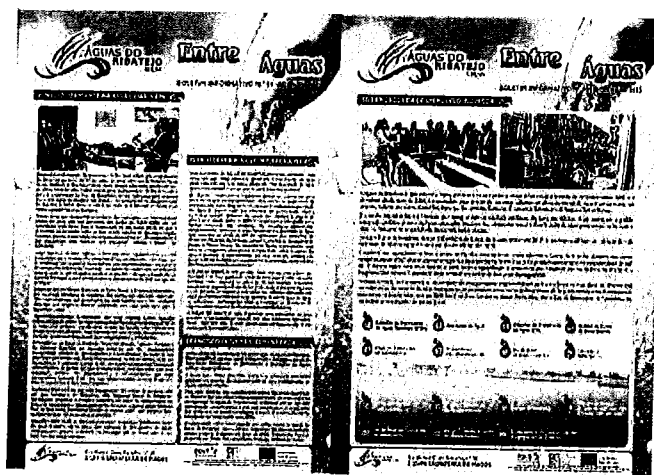
Registou-se um aumento significativo do número de publicações sobre a empresa reportando intervenções, investimentos e eventos realizados. A empresa reforçou a notoriedade da marca e continuou a despertar interesse junto de alguma imprensa especializada no sector.

A colaboração com as rádios: IRIS FM, MARINHAIS FM, RÁDIO VOZ DO SORRAIA e RÁDIO TORRES NOVAS FM permitiu a emissão de seis mil "spots" com informações úteis e de sensibilização nas quatro emissoras.

As emissoras locais, incluindo os respetivos sites e páginas nas redes sociais, revelaram-se uma forma rápida e eficaz de comunicar com as populações que servimos. As quatro estações garantem a cobertura total dos sete Municípios onde intervimos com grande proximidade com as comunidades locais.

Publicação do boletim informativo "Entre Águas"

A Águas do Ribatejo publicou o boletim informativo "Entre Águas" com uma periodicidade quadrimestral. Este boletim foi remetido aos clientes em Maio, Setembro e Dezembro com uma tiragem média de 76 mil exemplares.



Sensibilização / Educação ambiental

A sensibilização e a educação ambiental são fundamentais para garantirmos o equilíbrio dos sistemas e a sua sustentabilidade no futuro. Clientes / utentes mais esclarecidos serão parceiros fundamentais nos objetivos que nos propomos atingir no curto / médio prazo.

Para além das campanhas nas rádios, jornais e revistas, procurou-se cativar os alunos e professores através de uma relação de proximidade e da promoção conjunta de ações de sensibilização e visitas a equipamentos envolvendo as escolas e universidades.

Parcerias com a QUERCUS e DECO

A Águas do Ribatejo e a Associação Nacional para a Conservação da Natureza **QUERCUS** deram continuidade ao protocolo estabelecido.

No âmbito do protocolo continuou em curso o projeto "Escolas Amigas da Água", que em 2015 envolveu mais de 1300 alunos das escolas da nossa região em ações de sensibilização, concursos alusivos ao tema da água, exposições de trabalhos realizados pelos alunos e jogos alusivos ao ciclo da água.

De referir ainda que a empresa foi considerada parceira da **QUERCUS** nas atividades promovidas pela associação, relacionadas com as temáticas da água e tratamento de águas residuais.

A **DECO** participou em atividades promovida pela AR, no âmbito do Dia Mundial da Água e Dia Internacional da Poupança.

Visitas de estudo a equipamentos

Durante o ano de 2015, foram realizadas 18 visitas de estudo às Estações de Tratamento de Águas residuais (ETAR) de Almeirim/Alpiarça, Torres Novas, Riachos, ZIMB e Coruche.

Participação em feiras e eventos



A Águas do Ribatejo esteve presente no Encontro Nacional de Entidades Gestoras (ENEG), que reuniu as mais notáveis entidades de todo o país e convidados estrangeiros num universo de mais de 600 participantes.

A AR apresentou um stand institucional, onde promoveu a interação com centenas de visitantes e estabeleceu contactos institucionais com os parceiros do setor.

O Presidente do Conselho de Administração da AR, Francisco Oliveira, esteve igualmente na Conferência sobre a Reestruturação do Setor da Água promovida pela ANMP em Coimbra, no dia 16 de fevereiro com a participação de autarcas e gestores de todo o país, na qual efetuou uma apresentação do trabalho que vem sendo desenvolvido pela AR.

A AR esteve também no Encontro Nacional de Autarcas à Volta da Água que decorreu no dia 12 de março, em Almada, no qual o Vogal do Conselho de Administração, Carlos Coutinho, teve oportunidade de apresentar o modelo de gestão da AR recolhendo apreciação positiva de vários oradores e participantes.

Num reforço da aproximação aos clientes / utentes e às comunidades, e na continuidade da afirmação da marca **“ÁGUAS DO RIBATEJO”**, a empresa marcou presença em alguns dos eventos mais importantes dos sete Municípios com um *stand* ou, com a presença de suportes publicitários, destacando-se os seguintes: Feira Nacional da Agricultura / Feira do Ribatejo, FICOR Feira Internacional da Cortiça em Coruche, Semana da Ascensão na Chamusca, ALPIAGRA Feira Agrícola e Comercial de Alparça, Feira Nacional dos Frutos Secos em Torres Novas e nas Festas Tradicionais de Benavente, Samora Correia, Salvaterra de Magos, Marinhais, Glória do Ribatejo e Coruche.

O espaço interativo refletiu os investimentos em curso nos sete Municípios e promoveu a sensibilização ambiental para as boas práticas e consumo da água da torneira. A exposição foi complementada com a distribuição de "flyer's" e publicações alusivas ao abastecimento de água e saneamento.

Planeamento e Obras

A atividade da Direção teve como prioridade neste ano de 2015 a conclusão dos investimentos apoiados pelo POVT - Programa Operacional Valorização do Território (QREN 2007-2013).

Estando concluído um período de programação do Quadro Comunitário de Apoio, o qual foi determinante no financiamento dos investimentos levados a cabo pela AR, considera-se pertinente apresentar uma síntese das intervenções realizadas até 31 dezembro de 2015:

- Saneamento de águas residuais
 - 23 ETAR novas e 15 remodeladas
 - 31 EE novas e 14 remodeladas
 - 42 Km de intercetores novos e 8 remodelados
 - 234 Km de rede de saneamento nova e 12 remodelados - os km de coletores executados, entre intercetores e rede, representam cerca de 30% do total de coletores (que tem aproximadamente 1.000 Km)
- Abastecimento de água
 - 29 Captações novas e 12 remodeladas
 - 35 Reservatórios novos e 29 remodelados - acréscimo de volume de reserva de 23325 m³, o que representa quase 50% da reserva total instalada
 - 25 EE novas e 4 remodeladas
 - 17 ETA novas
 - 193 Km de sistema adutor novo e 1 remodelado, 9 Km de rede de abastecimento nova e 63 remodelados – os km de condutas executadas, entre sistema adutor e rede, representam cerca de 13% do total de condutas (aproximadamente 2.000 Km)

No âmbito do novo quadro comunitário para a execução de investimentos apoiados pelo POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (2014-2020), foram apresentadas 4 candidaturas para os Subsistemas de Saneamento de Almeirim/Alpiarça, Quinta do Papelão, Chancelaria/Pedrogão e Lapas/Ribeira, representando um montante global de investimento de cerca de 11.5 M€. Salienta-se que as candidaturas referentes a

Almeirim/Alpiarça e Quinta do Papelão, mereceram aprovação ainda no decorrer do ano de 2105.

Associado a esta atividade, foi dada continuidade às ações desenvolvidas para a aquisição dos terrenos e ónus de passagem necessários à concretização das obras de infraestruturas. Até final de 2015 atingiu-se um total de 443 parcelas constituídas, sendo 312 referentes apenas à passagem subterrânea de coletores, e as restantes 131 parcelas constituídas para a aquisição dos terrenos afetos às infraestruturas à superfície. Até agora no âmbito dos processos de expropriações e servidões administrativas, resultaram mais de 90% de autorizações de entrada e o pagamento das respetivas indemnizações em cerca de 293 das parcelas mencionadas, perfazendo um montante de cerca de 1.168.924,32€ de indemnizações pagas.

Estudos e Projetos

Dos projetos elaborados ou em elaboração no decorrer de 2015, destacam-se, entre outros, os seguintes:

- Subsistema de Abastecimento de Torres Novas
- Subsistema de Saneamento da Murteira
- Subsistema de Saneamento de Almeirim/Alpiarça
- Subsistema de Abastecimento de Almeirim
- Subsistema de Abastecimento de Benfica do Ribatejo
- Subsistema de Saneamento da Raposa
- Subsistema de Abastecimento de Riachos
- Subsistema de Saneamento da Quinta do Papelão

Os projetos acima referidos, tiveram os seus procedimentos de contratação abertos em anos anteriores ou no início do ano de 2015, sendo que o seu desenvolvimento se prolongou ou iniciou durante o ano.

Acompanhamento e fiscalização de obras

Relativamente ao ano de 2015, destacam-se as seguintes 29 empreitadas executadas ou em execução, num total de cerca de 23.7 M€ de investimento:

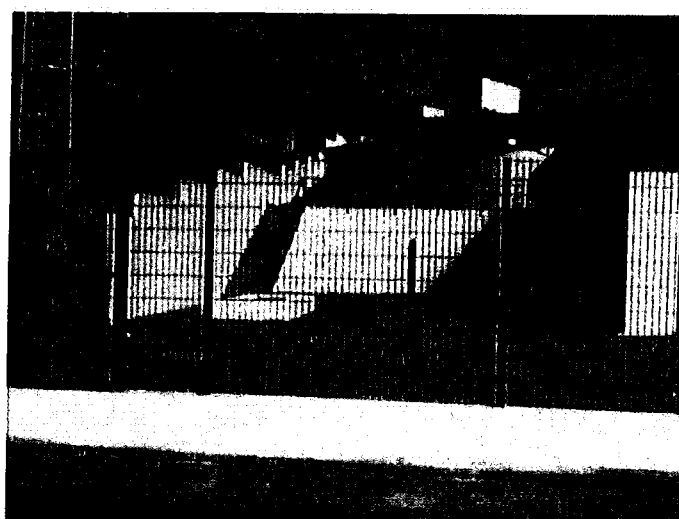
- o Empreitada de execução da rede de saneamento de Marinhais - 1.040.000,01 €



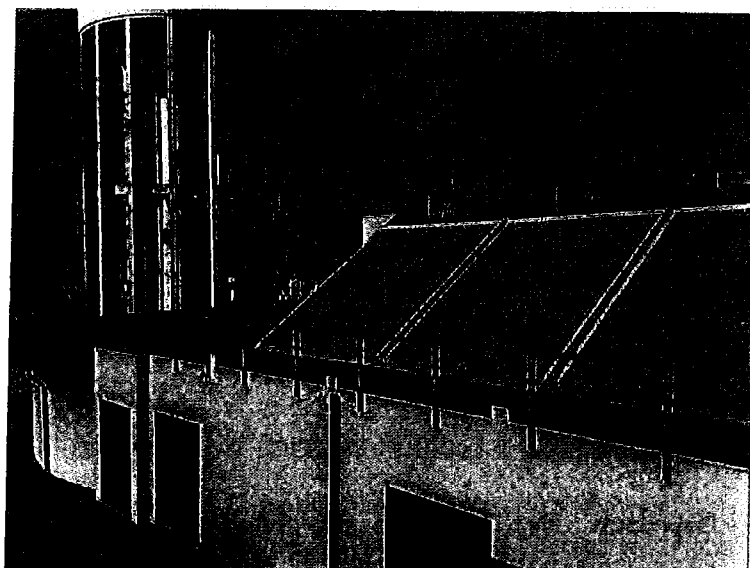
- o Empreitada de Execução de Infraestruturas de Abastecimento e Saneamento em Almeirim e Alparça - 2.167.702,09 €



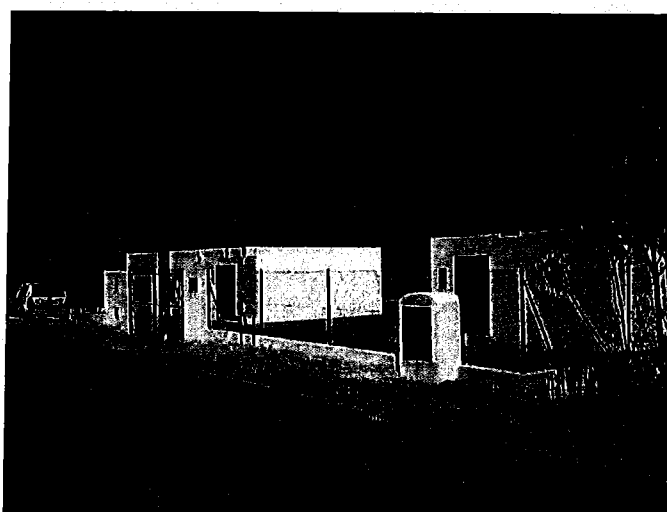
- o Empreitada de Execução do Subsistema de Abastecimento de Chamusca, Vale de Cavalos e Ulme - 1.986.985,08 €



- o Empreitada de Execução do Subsistema de Abastecimento de Glória do Ribatejo/Cocharro/Granho/Marinhas - 1.924.796,64 €

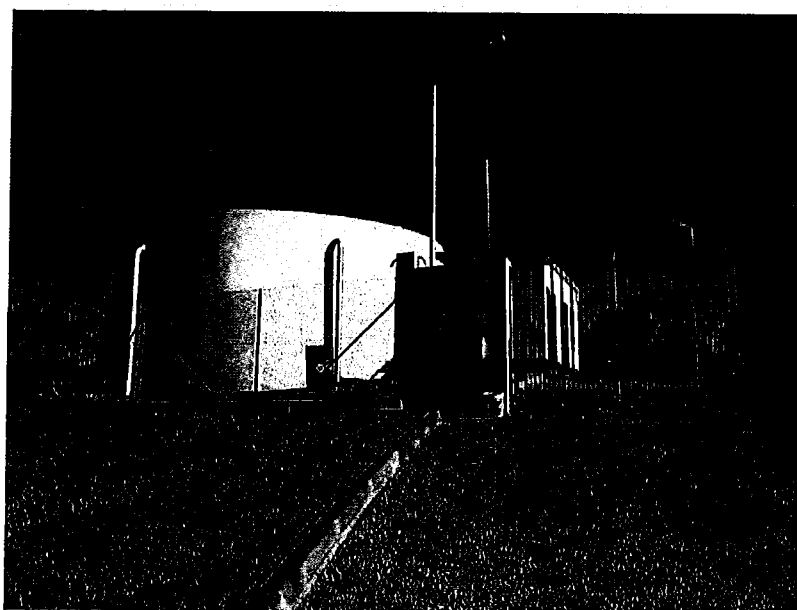


- o Empreitada de Execução dos Subsistema de Abastecimento de água de Lamarosa, Zebrinho, Ameixal, Frazão, Carapuções e Escusa - 1.147.631,17 €

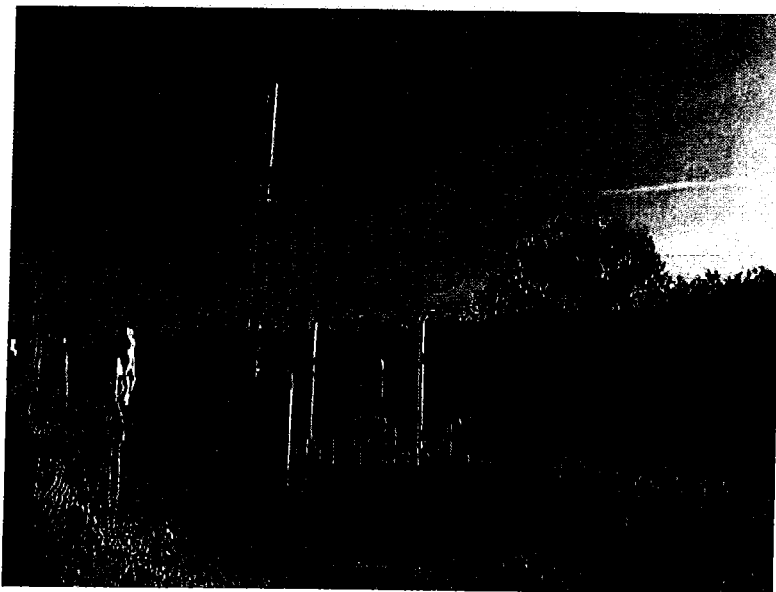




- o Empreitada de Execução do Subsistema de Abastecimento de Carregueira/Arriado - 840.000,01 €



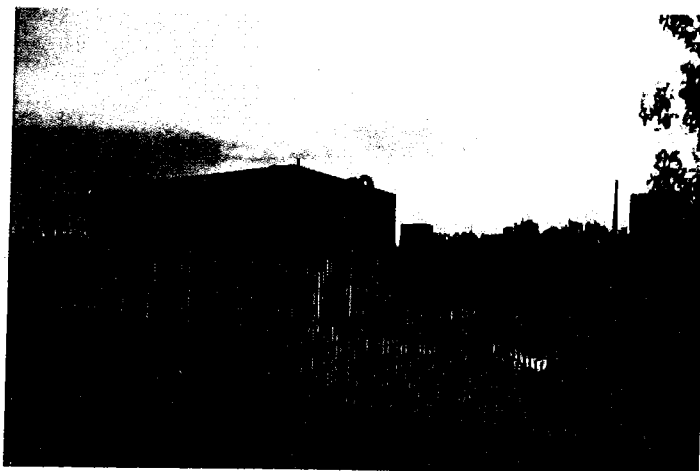
- o Empreitada para a execução da EE3 do subsistema de saneamento de Parreira/Salvador - 74.755,01 €



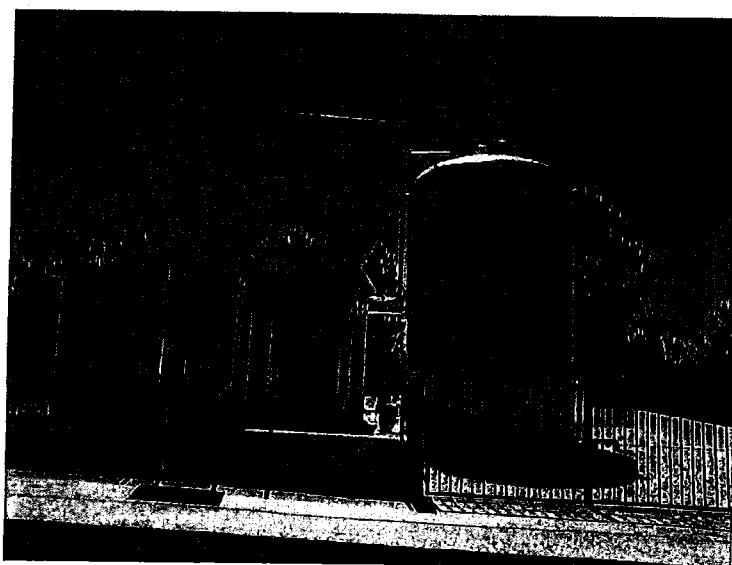
- Empreitada de Execução do Abastecimento de Vale da Serra e Casal João Dias e do Saneamento de Vale da Serra - 1.060.332,97 €



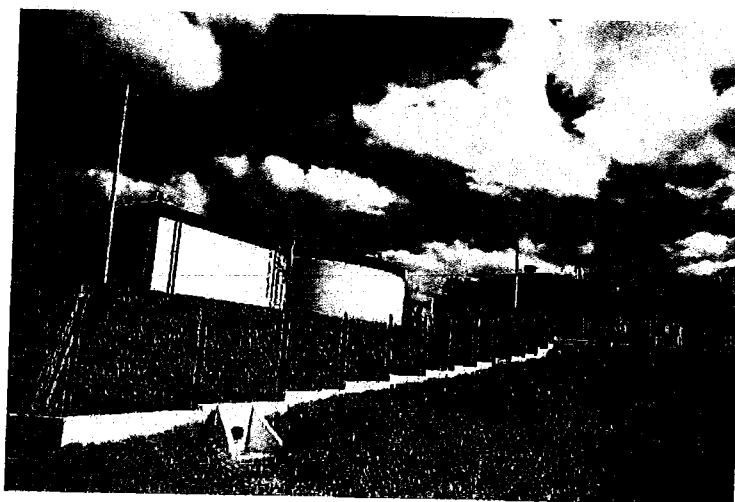
- Empreitada de Execução do Subsistema de Saneamento de Riachos - 1.698.338,53 €



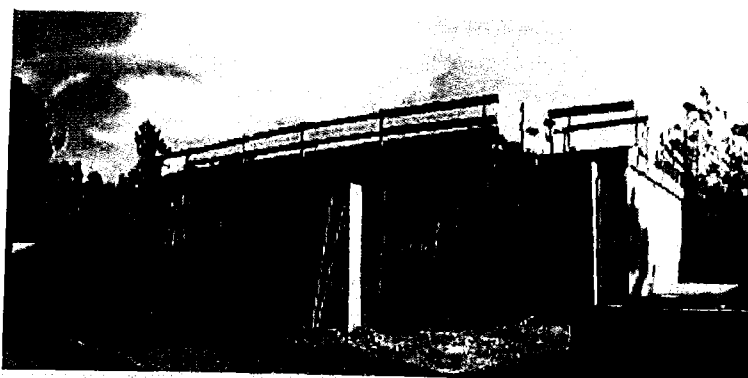
- o Empreitada de Execução dos Subsistemas de Abastecimento de Água de Arriça, Malhada Alta, Volta do Vale, Feixe e Semideiro - 499.544,22 €



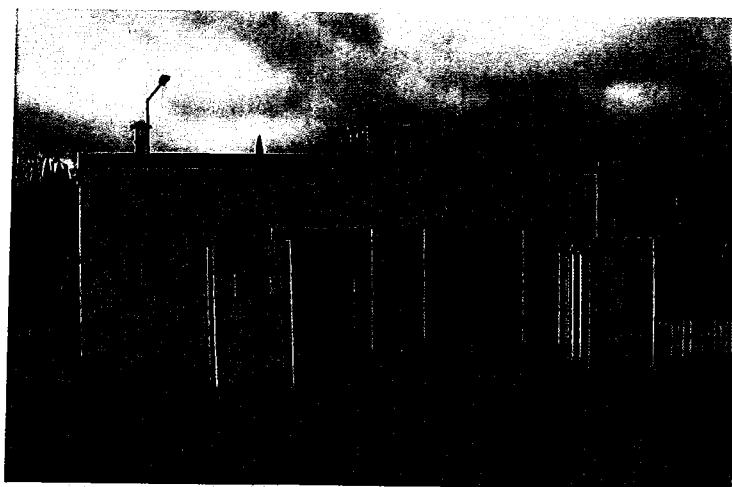
- o Empreitada de Execução do Subsistema de Abastecimento de Riachos - 1.351.177,27 €



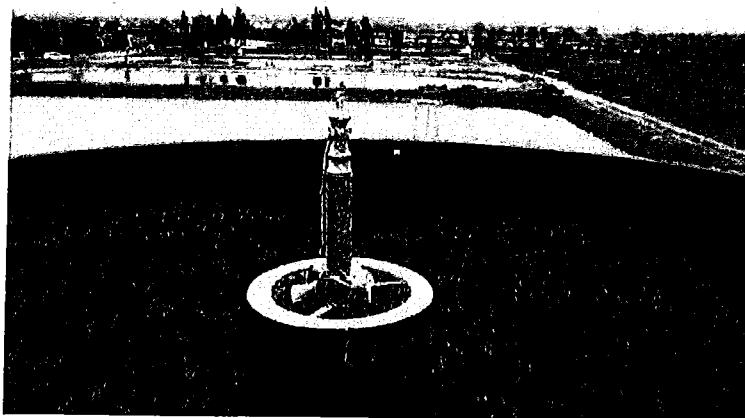
- o Empreitada de Execução do Subsistema de Abastecimento de Pedrógão/Vale da Serra/Casal João Dias - 676.373,98 €



- o Empreitada de Execução da Estação Elevatória de Águas Residuais de Matadouro em Torres Novas - 450.025,00 €



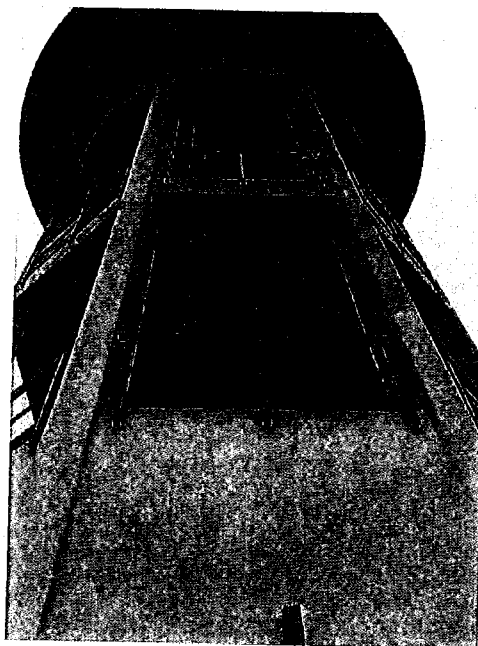
- Empreitada de Execução de Furos de Captação pelo método de circulação inversa - 498.701,50 €
- Empreitada de Reabilitação da ETAR de Riachos - 1.890.000,01 €



- Empreitada de Execução de Redes de Saneamento no Município de Benavente - 1.690.057,90 €
- Empreitada de Execução do Subsistema de Abastecimento de Benavente/Samora Correia/Vale Tripeiro - Vertente em Baixa - 2.ª fase - 600.000,01 €
- Empreitada de Execução dos Furos de Captação de Almeirim e de Benfica do Ribatejo pelo Método de Circulação Inversa - 120.000,01 €

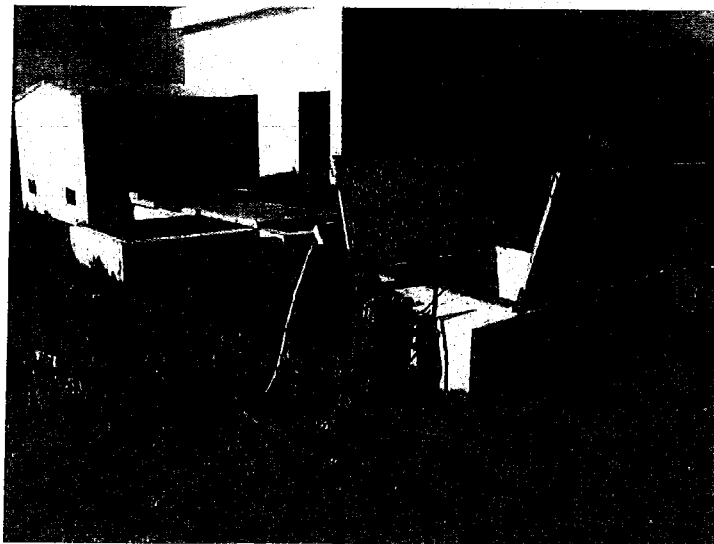


- o Empreitada de Execução dos Subsistemas de Abastecimento de água de Coruche / Valverde / Fajarda / Montinhos / Z.I. de Monte da Barca - 793.768,33 €

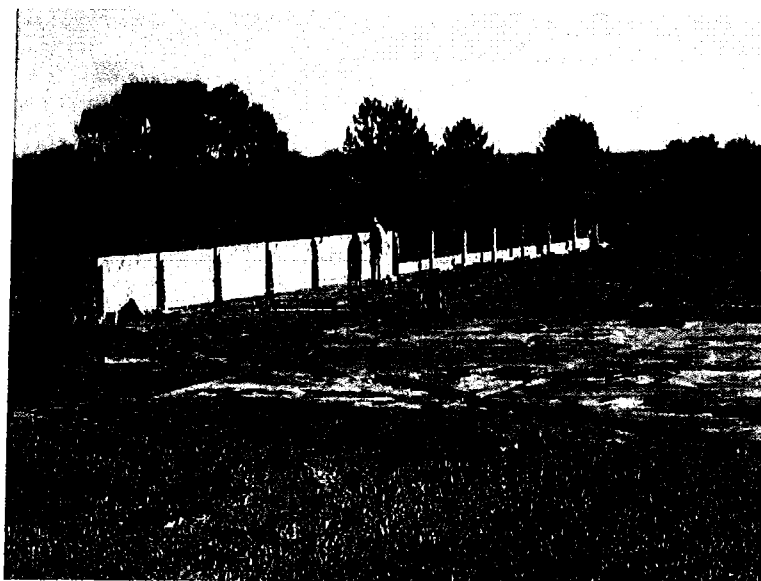


- o Empreitada de Execução da Rede de Abastecimento de Água em Pé-de-Cão - 222.000,01 €

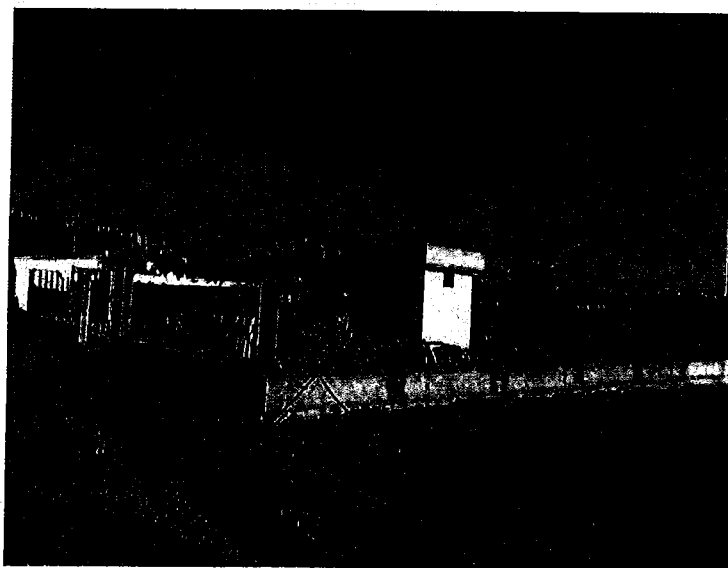
- o Empreitada de execução da conduta de abastecimento para Granho - 240.000,01 €



- o Empreitada de Execução dos Subsistemas de Abastecimento de Benavente/Samora Correia/Vale Tripeiro – Vertente em Baixa - Conclusão da 2.ª fase - 226.562,43 €
- o Empreitada de Execução do Equipamento das Captações e Tratamento do Subsistema de Abastecimento de Chamusca/Vale de Cavalos e Ulme - 281.688,45 €
- o Empreitada de execução da conduta de abastecimento para a Raposa - 228.000,01 €
- o Empreitada de execução da Remodelação e Ampliação do Saneamento de Salvaterra de Magos - 840.000,01 €



- o Empreitada de Execução para Equipamento das captações e tratamento no Gaviãozinho – 195.938,81 €



- o Empreitada de Execução da Conduto de Abastecimento para a Zibreira – 525.000,01 €
- o Empreitada de Execução do Projeto do Equipamento e Tratamento das Novas Captações de Frazão e Carapuções – 105.000,01 €
- o Empreitada de Execução para o Tratamento e Equipamento das novas captações de Parreira, Riachos, Almeirim e Benfica do Ribatejo – 274.145,73 €

Além das já descritas, há que referir que está em análise de propostas o procedimento de contratação, cujo valor base ascende é de 2.5 M€, para a seguinte empreitada:

- o Empreitada de Execução do Subsistema de Saneamento da Lamarosa, Torres Novas – 2.500.000,00 €

De referir ainda que para a fiscalização e coordenação de segurança e acompanhamento arqueológico em empreitadas, encontravam-se em execução no ano de 2015 os seguintes contratos, num montante global de cerca de 400 m€:

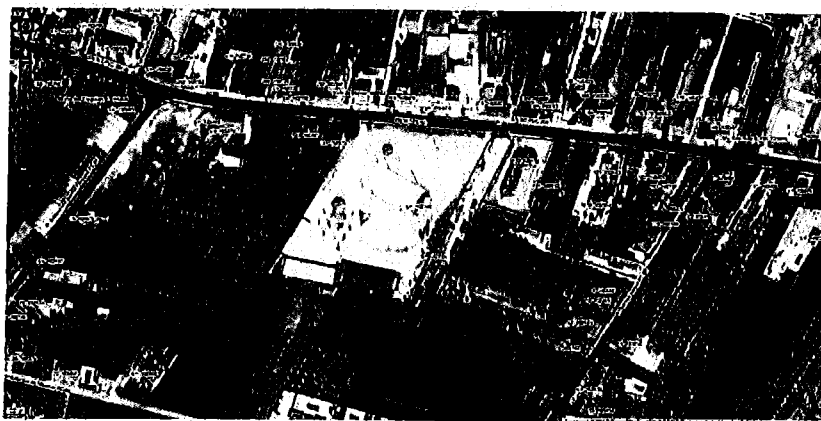
- Prestação de Serviços para o Acompanhamento Arqueológico de Empreitadas
- Prestação de Serviços de Fiscalização e CSO em Empreitadas de Abastecimento e Saneamento da Águas do Ribatejo
- Prestação de Serviços de Fiscalização e CSO para a conclusão de diversas Empreitadas
- Prestação de Serviços de Arqueologia em Empreitadas
- Prestação de Serviços de Fiscalização e CSO para a conclusão de 5 Empreitadas

Sistema de Informação Geográfica



Durante o ano de 2015 foi dada continuidade ao projeto de Sistema de Informação Geográfico, desenvolvendo um conjunto de atividades, nomeadamente:

- Validação do cadastro existente nos vários municípios;
Esta tarefa é uma operação recorrente em curso que permite manter o cadastro atualizado.
- Levantamento e validação dos locais de abastecimento.



A realização desta tarefa permitiu disponibilizar todos os locais existentes nos municípios, com exceção de Torres Novas, na ferramenta SIG. Neste momento está a ser realizada a validação dos mesmos, com interligação com o Aquamatrix, no município de Salvaterra de Magos.

- O município de Torres Novas foi durante o ano de 2015 introduzido e caracterizado no SIG, estando a ser migrado para ser disponibilizado em Websig;

Gestão de Redes

Exploração das Redes de Abastecimento

No exercício dos serviços de exploração das redes de abastecimento, execução de ramais domiciliários e instalação de contadores, destacam-se as seguintes ações realizadas no ano de 2015.

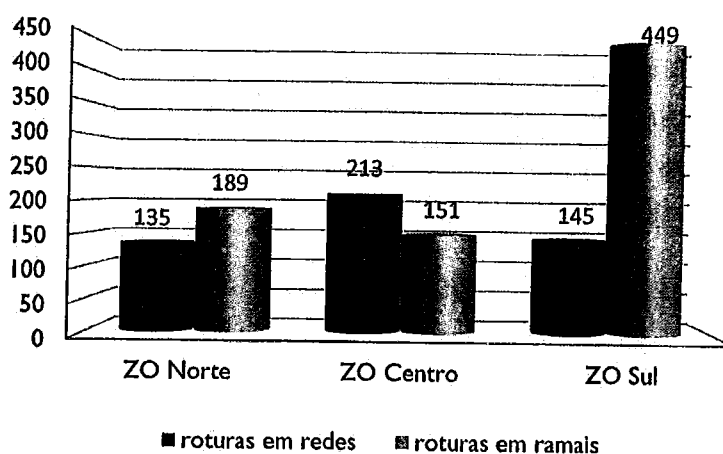
Manutenção de redes - reparação de roturas

A AR procedeu a 1282 intervenções de reparação de roturas nos sistemas de abastecimento de água, num total de 2096,4 Km de rede. Face aos registos de ocorrências, foram assim executadas 493 reparações em condutas e 789 reparações em ramais de água.

Comparativamente ao ano de 2014, observa-se em 2015 uma diminuição significativa de roturas em redes e um maior número de ocorrências em ramais.

No global, a média de ocorrências neste período foi em 3,51 roturas/dia, valor ligeiramente superior ao observado em 2014, que foi 3.34 roturas/dia.

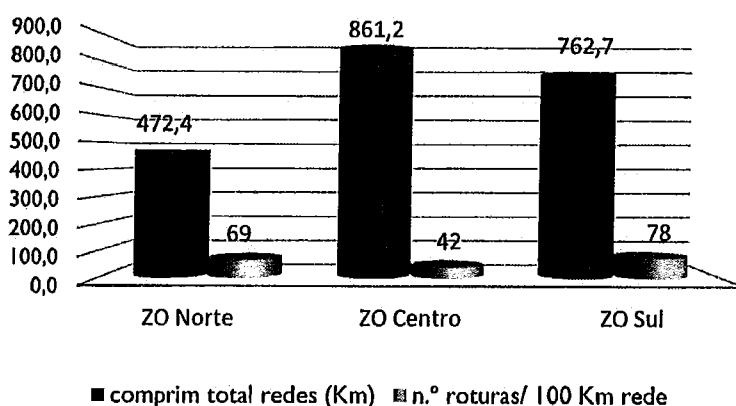
**TOTAL DE ROTURAS EM REDES DE ABASTECIMENTO
ANO DE 2015**



A ocorrência de roturas deveu-se maioritariamente ao desgaste dos materiais e/ou ao mau estado das condutas e ramais. A diminuição de ocorrências em condutas está relacionada com

o abrandamento das obras de construção e remodelação das redes de saneamento e abastecimento durante neste período, bem como com a renovação da rede que vem sendo efetuada desde os últimos anos.

**TOTAL DE ROTURAS por cada 100 Km de REDE
ANO DE 2015**



Analisados aos registos de roturas em função da extensão de rede nas três zonas operacionais, observa-se uma maior incidência nas zonas operacionais Norte e Sul, num total de 69 e 78 ocorrências por cada 100 quilómetros de rede, respetivamente.

No Município de Torres Novas observa-se um maior número de roturas nos sistemas de abastecimento de Riachos/Brogueira e Torres Novas/Meia Via. O desgaste do material das tubagens em fibrocimento é a principal causa das ocorrências de roturas. Procedeu-se à substituição da conduta e ramais de abastecimento na Rua 5 de Outubro e Rua dos Sobreiros na Meia Via e Av. Dr. João Martins de Azevedo em Torres Novas, numa extensão de 790 metros.

Na zona de abastecimento de Riachos/Brogueira, as roturas registadas ocorreram maioritariamente no âmbito da obra de abastecimento e saneamento dos Riachos.

Em Vale Cavalos observa-se o registo de 22 roturas em condutas. A maioria ocorreu na conduta adutora da Chamusca, na Estrada do Campo, conduta a desativar com a entrada em serviço do novo sistema de abastecimento da Chamusca /Vale Cavalos/ Ulme.

Em Alparça ocorreram 17 roturas em condutas e 13 em ramais. Observam-se maioritariamente nas zonas de cota mais baixa na rede de abastecimento da Zona Alta de Alparça, designadamente

na Rua Joaquim Nunes Ferreira, Rua Queiroz Vaz Guedes, entre outras. Ocorreram no período seguinte à separação das redes da zona alta e zona baixa de Alpiarça, efetuada neste primeiro semestre, encontrando-se atualmente a situação normalizada.

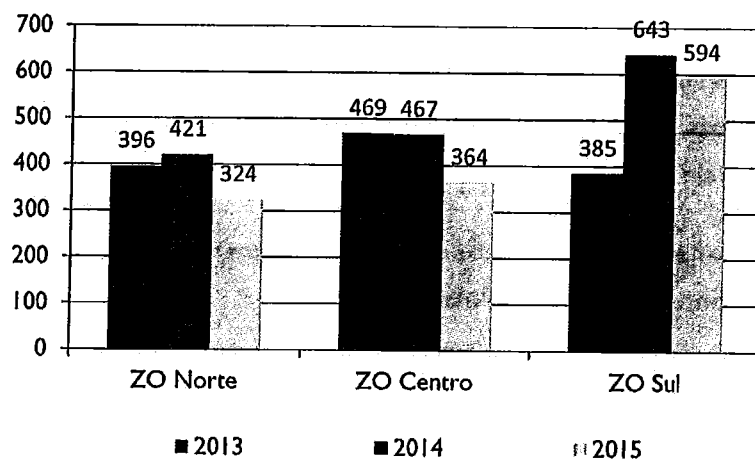
Na zona de abastecimento associada ao reservatório de Fazendas de Almeirim ocorreram 33 roturas em condutas, na sua maioria na Rua do Moinho de Vento e na Rua Manuel Pé-leve, em Paço dos Negros, em condutas em fibrocimento.

No sistema de abastecimento de Salvaterra de Magos observa-se maior incidência de roturas em ramais, em Salvaterra de Magos e Foros de Salvaterra.

No sistema Marinhais/Glória/Granho ocorreram roturas maioritariamente em ramais em Marinhais e Glória do Ribatejo, e em condutas em FC em Marinhais, designadamente na Estrada do Escaroupim, conduita em FC DN60.

No sistema de Coruche/ Valverde observa-se um elevado número de roturas em ramais, com maior incidência nos Foros de Coruche. Trata-se de ramais antigos, de grande comprimento e em material já degradado, situação relativamente à qual está em elaboração plano de substituição de ramais e alteração dos locais dos contadores para os limites das propriedades. Situação idêntica verifica-se nos sistemas do Couço e Branca/ Fazendas das Figueiras, dada a incidência de roturas em ramais.

No sistema de Benavente/ Vale Tripelro/ Samora Correia de Benavente regista-se um maior número de ocorrências nas redes associadas aos reservatórios da Murteira, Estaleiro e Piscinas. Estas roturas foram causadas na maioria dos casos pelo estado de degradação das condutas e pelas obras de abastecimento e saneamento em curso no 1.º trimestre de 2015. Observa-se no entanto uma diminuição de roturas em condutas na sequência da remodelação da rede na zona do centro histórico de Benavente.

**TOTAL DE ROTURAS - ABASTECIMENTO
ANOS 2013-2014-2015**


No global, comparativamente com o ano anterior, observa-se uma diminuição de roturas. No quadro abaixo observa-se incidirem principalmente em ramais.

**ROTURAS EM REDES E RAMAIS - ABASTECIMENTO
ANOS 2012-2013-2014**

Zona Operacional	2013		2014		2015	
	redes	ramais	redes	ramais	redes	ramais
ZO Norte	181	215	191	230	135	189
ZO Centro	382	87	328	139	213	151
ZO Sul	130	255	189	454	145	449
totais	693	557	708	823	493	789
	1250		1531		1282	

Na ZO Norte, comparativamente aos anos anteriores, observa-se em 2015 uma diminuição de roturas tanto em redes como em ramais.

Na ZO Centro houve uma diminuição de roturas em condutas quando comparadas com os anos anteriores, observando-se um ligeiro acréscimo de ocorrências em ramais.

Na ZO Sul, em comparação com 2014, verifica-se também uma diminuição de roturas tanto em redes como em ramais.

Falhas no abastecimento

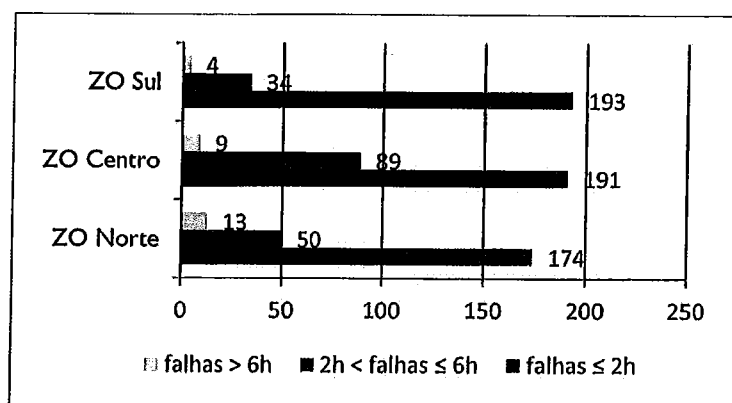
As falhas no abastecimento, no âmbito da gestão de redes, ocorrem na sua grande maioria na sequência de ocorrências de roturas nas redes, procedendo os serviços à suspensão do abastecimento público para a reparação das condutas e restabelecimento da qualidade da água. Efetuou-se ainda a suspensão do abastecimento devido a intervenções programadas de construção e reabilitação de redes, sendo, nestes casos, emitidos avisos aos moradores nas zonas afetadas.

Durante o ano houve um total de 757 situações de suspensão do abastecimento, sendo na grande maioria devidas a falhas não programadas. Observa-se uma redução de 40% de casos de falhas face a 2014, em que tinham ocorrido um total de 1266 situações.

Suspensões de abastecimento	Programadas	Não programadas
Zona Operacional Norte	12 falhas	225 falhas
Zona Operacional Centro	39 falhas	250 falhas
Zona Operacional Sul	22 falhas	209 falhas

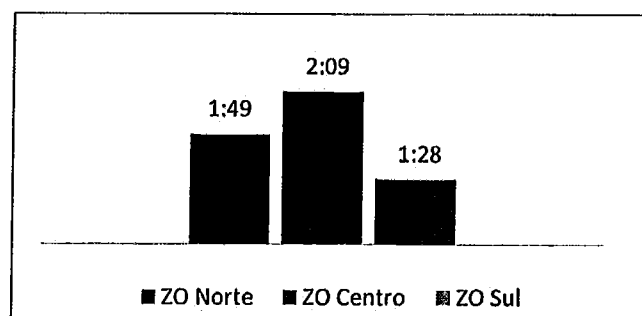
Nos gráficos seguintes reporta-se a duração das falhas ocorridas nas várias zonas operacionais, tendo por base os intervalos de tempo definidos. Observa-se ter havido um menor número de casos em que as suspensões do abastecimento decorreram em períodos mais longos. Foram, na maioria, casos de intervenções programadas, de maior complexidade, no âmbito da reabilitação das infraestruturas. Verifica-se que, pelo contrário, o maior número de casos de falhas ocorre em curtos períodos de tempo.

NÚMERO DE FALHAS E DURAÇÃO NO DECURSO DAS OPERAÇÕES



DURAÇÃO MÉDIA (EM HORAS) DAS FALHAS DO ABASTECIMENTO

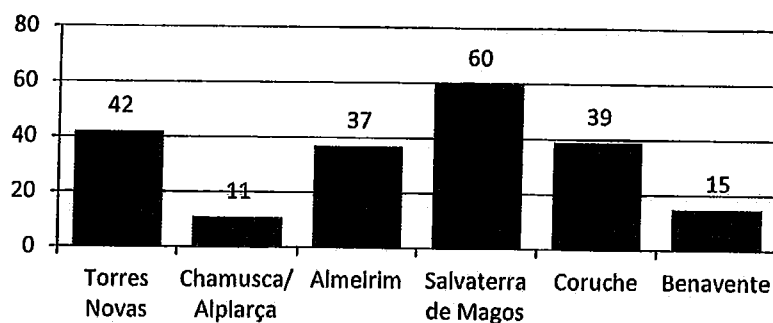
Ano de 2015



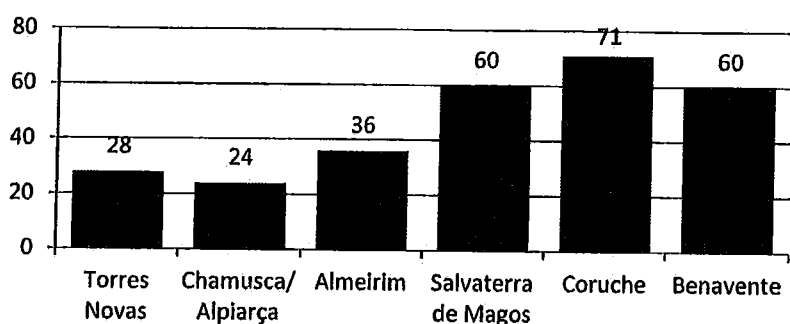
Orçamentação e execução de ramais domiciliários

No ano de 2015 foram orçamentados pelos serviços de exploração 224 ramais de abastecimento de água, uma média de 17 ramais por mês, cerca de 83% do valor de 2014. Observou-se uma maior incidência de pedidos no Município de Salvaterra de Magos.

ORÇAMENTAÇÃO DE RAMAIS DE ABASTECIMENTO



CONSTRUÇÃO / ALTERAÇÃO DE RAMAIS DE ABASTECIMENTO



Comparativamente a 2014, verifica-se um acréscimo significativo de ramais executados, contrariando a tendência dos anos anteriores. Observa-se um maior número de ligações às redes de abastecimento nos Municípios de Coruche, Salvaterra de Magos e Benavente.

EXECUÇÃO E ALTERAÇÃO DE RAMAIS – ANOS 2013, 2014 e 2015

Município	2013	2014	2015
Torres Novas	25	20	28
Chamusca/ Alpiarça	9	15	24
Almelrim	11	25	36
Salvaterra de Magos	13	54	60
Coruche	12	36	71
Benavente	7	48	60
Totais	77	198	279

Substituição e prolongamentos de redes

Em 2015 foram efetuados os seguintes prolongamentos de redes, com vista à disponibilização do serviço de abastecimento a novos locais, num total de 2.902 metros.

Procedeu-se ainda à substituição de condutas de abastecimento de água num total de 2.744 metros.

Implementação de zona de medição e controlo

Na sequência da estratégia de redução de perdas de água adotada pela Águas do Ribatejo, EM, SA, ocorreram as seguintes atividades:

- Início da empreitada para a construção de câmaras de medidores de caudal no subsistema de Benavente/ Vale Tripeiro/ Samora Correia e subsistema da EPAL, que inclui a criação de condições para instalação de equipamento de medição em 14 pontos;
- Abertura do procedimento para aquisição de equipamento a instalar nos 14 pontos de medição referidos no ponto anterior;
- Aquisição de 16 "dataloggers" e 9 caudalímetros flangeados ultrassónicos para recolha de dados de caudal e pressão;
- Início do projeto piloto Stopperdas, que inclui o estudo do subsistema Coruche/ Valverde com vista à redução de perdas, desde a correta delimitação de zonas de medição e definição dos locais de medição ao respetivo projeto de execução;
- Análise periódica de dados de caudal de 23 pontos de medição com base em indicadores.

Gestão Patrimonial de Infraestruturas

A Águas do Ribatejo, EM, SA, está em fase de implementação do Plano de Gestão Patrimonial de Infraestruturas estando a decorrer designadamente as seguintes tarefas:

- Remodelação das redes de abastecimento de água com roturas frequentes;
- Instalação de medidores de caudal e pressão e sectorização da rede (ZMC);
- Análise de dados de consumos e pressão na rede;
- Substituição de contadores;
- Melhoria do cadastro e implementação de procedimentos de atualização;
- Empreendimento de ações de combate aos consumos ilícitos;
- Elaboração de modelos hidráulicos.

AGUAS DO
RIBATEJO

[Handwritten signatures and initials]

Exploração das Redes de Saneamento

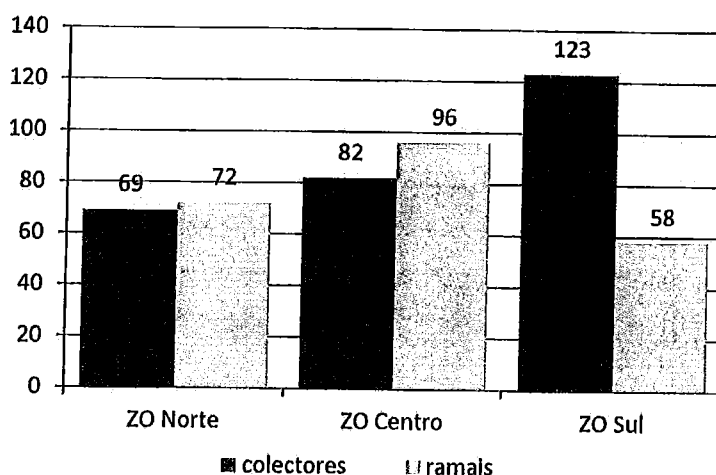
No âmbito dos serviços de exploração de redes de saneamento destacam-se as seguintes ações realizadas no ano de 2015.

Desobstrução de coletores

As equipas de exploração da AR procederam no decorrer do ano de 2015 a 498 intervenções de desobstrução de coletores.

Foram, assim, executadas nas várias redes de saneamento 272 serviços de desobstrução de coletores e 226 desobstruções de ramais de ligação domiciliária de esgotos.

**DESOBSTRUÇÕES EM REDES DE SANEAMENTO
ANO DE 2015**



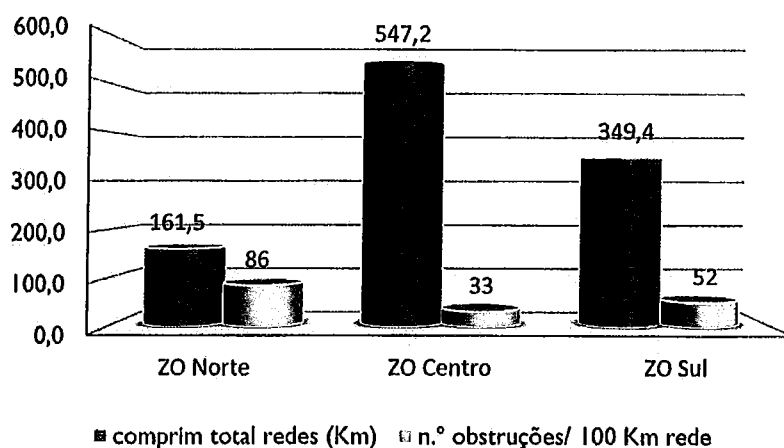
Na ZO Norte verifica-se uma maior incidência de obstruções nas redes dos sistemas de saneamento de Torres Novas e Riachos, superior a 80% das ocorrências no município de Torres Novas.

Na ZO Centro observa-se uma maior incidência de obstruções em coletores e ramais nos sistemas de Almeirim/Alpiarça, Salvaterra de Magos, Marinhais e Chamusca.

Na ZO Sul as obstruções ocorreram maioritariamente nos sistemas de saneamento de Quinta dos Gatos, Esteveira, Cerrado das Águas e Coruche.

DESOBSTRUÇÃO EM REDES DE SANEAMENTO

Zona Operacional	2013		2014		2015	
	coletores	ramais	coletores	ramais	coletores	ramais
ZO Norte	129	81	87	109	67	72
ZO Centro	299	116	143	140	82	96
ZO Sul	111	76	74	82	123	58
Totais	539	273	304	331	272	226
	812		635		498	

**TOTAL DE OBSTRUÇÕES/ 100 KM DE REDE
ANO 2015**

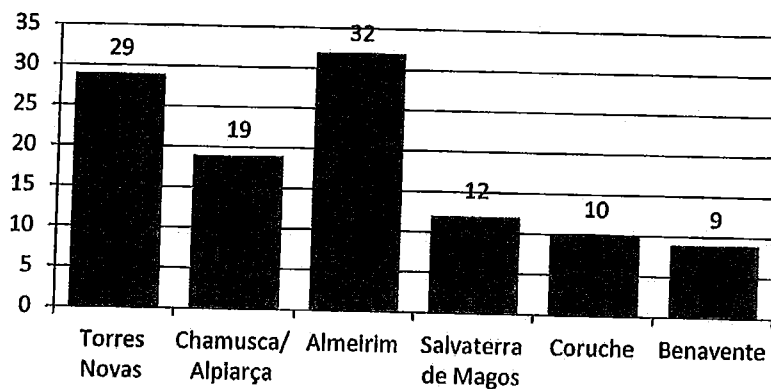
Tendo por base a extensão total de redes de saneamento de 1.058,1 Km, a média de obstruções foi, neste período, de 47 ocorrências em cada 100 km. No global, observa-se em 2015 um número de ocorrências inferior ao valor registado em igual período de 2014.

A média diária de serviços de desobstrução de coletores foi, em 2015, de 1,36 casos/dia. Verifica-se, assim, uma diminuição de ocorrências face ao ano de 2014, com 1,74 casos/ dia, mantendo a tendência relativamente a 2013.

Ramais domiciliários de esgotos

No ano de 2015 ocorreram 111 pedidos de orçamento de ramais de ligação à rede pública de saneamento, na sua maioria nos municípios de Almeirim e Torres Novas.

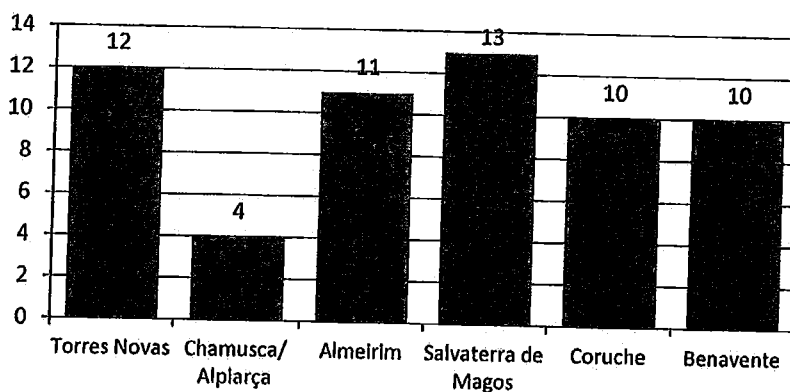
ORÇAMENTAÇÃO DE RAMAIS DE SANEAMENTO
ANO 2015



Foram executados 60 ramais de ligação de saneamento, Face aos 65 ramais executados ao ano anterior, verificou-se uma redução de 8%. Os ramais foram executados maioritariamente nos seguintes sistemas de saneamento:

- ZO Norte – Zibreira e Pedrógão;
- ZO Centro – Almeirim, Fazendas de Almeirim, Glória do Ribatejo e Marinhais;
- ZO Sul – Coruche e Samora Correia.

CONSTRUÇÃO DE RAMAIS DE SANEAMENTO
ANO 2015



EXECUÇÃO DE RAMAIS DE SANEAMENTO – ANOS 2013, 2014 e 2015

Município	2013	2014	2015
Torres Novas	14	8	12
Chamusca/ Alpiarça	1	3	4
Almeirim	9	14	11
Salvaterra de Magos	18	10	13
Coruche	10	18	10
Benavente	5	12	10
Totais	43	65	60

Substituição e prolongamentos de redes

Em 2015 foram efetuados os seguintes prolongamentos de redes de saneamento, com vista à disponibilização do serviço de abastecimento a novos locais:

- Rua João Mateus (Fazendas de Almeirim) – 100 m

Procedeu-se ainda à substituição de coletores nos locais seguintes:

- Coletor na ZI de Torres Novas (2.ª Fase) – 200 m

Desinfestação das redes de saneamento

Dando cumprimento à calendarização estabelecida para a desinfestação das redes de saneamento, a DGR procedeu à desratização e desbaratização dos coletores. No ano de 2014 foram levadas a cabo 4 campanhas de desinfestação nos sistemas de saneamento de Benavente, Samora Correia e Porto Alto e 3 campanha nas restantes redes.

Análise de projetos e emissão de pareceres técnicos

No ano de 2015 registaram-se desenvolvimentos em 125 processos. Destes foi emitido parecer favorável sobre 20 projetos, de várias naturezas.

A grande maioria dos pedidos de parecer respeita à construção/alteração ou à ligação de edifícios/edificações destinadas a atividades económicas, nos vários sectores. Os edifícios de utilização residencial ocupam uma posição secundária em termos de volume de trabalho. A tabela seguinte segrega os processos com desenvolvimentos no ano de 2015.

Número de processos por tipologia

Municípios	Redes Gerais		Redes Prediais		Total
	Atividades Económicas / Serviços	Habitação	Atividades Económicas / Serviços	Habitação	
Almeirim	1	0	8	2	11
Alpiarça	0	1	2	1	4
Benavente	1	0	24	7	32
Chamusca	1	0	10	2	13
Coruche	4	0	5	3	12
Salvaterra de Magos	0	5	21	6	32
Torres Novas	0	2	11	8	21
Total	7	8	81	29	125

Da análise da tabela compreende-se o maior volume de processos associado aos municípios de Benavente, Salvaterra de Magos e Torres Novas, em especial sistemas prediais de edifícios destinados a atividades económicas. O município de Coruche apresentou maior atividade nos processos de loteamentos (associado à expansão da ZIMB). Registam-se também loteamentos destinados a atividades económicas na Chamusca (Parreira) e em Almeirim (Paço dos Negros).

Os municípios com maior volume de trabalho associado são indicativamente Salvaterra de Magos e Benavente, seguidos de Chamusca e Coruche e Torres Novas e, por fim, Almeirim e Alpiarça.

Administrativa e Financeira

Ao longo do ano de 2014 foram desenvolvidas diversas iniciativas e atividades, quer no âmbito específico da Direção, quer em termos de apoio às restantes Direções.

De entre essas atividades, destacam-se algumas, organizadas em várias áreas, a saber:

- Aprovisionamento
- Segurança e Saúde no Trabalho
- Recursos Humanos

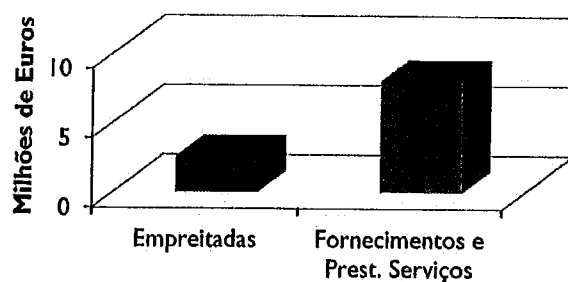
Aprovisionamento

Em 2015 foram tramitados diversos procedimentos de contratação, nas mais variadas vertentes, no sentido de assegurar o normal funcionamento da empresa.

De forma a transmitir uma ideia mais abrangente da vertente da contratação pública na AR, ao longo do ano de 2015 foram desenvolvidos 93 procedimentos de contratação (em comparação com os 88 de 2014) de valor superior a 5.000 €, dos quais 21 respeitam a empreitadas, e 72 a aquisições de bens e / ou prestações de serviços. Estes procedimentos de contratação correspondem a uma despesa que ascende a mais de 10,58 Milhões de Euros, valor ligeiramente superior ao de 2014 (10,11 Milhões).

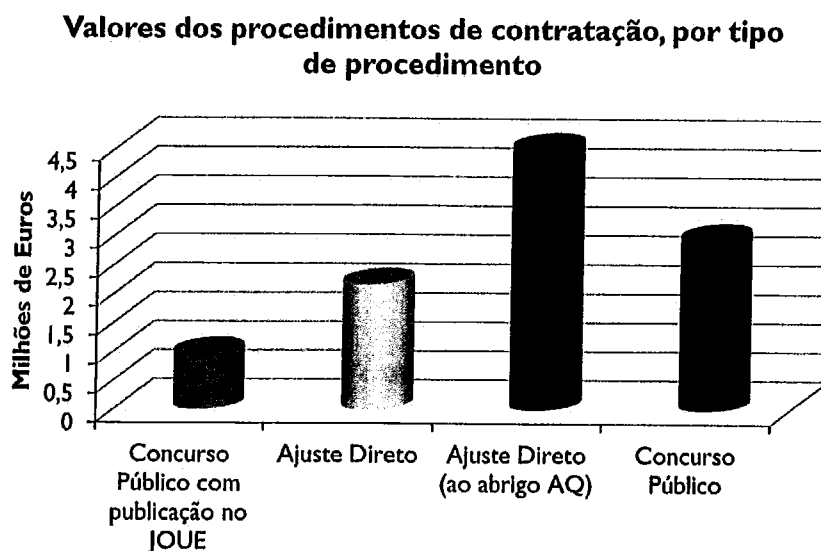
Como se pode verificar, em termos de número os procedimentos de contratação referentes a empreitadas são bastante menos que os restantes, situação que se verifica também quando comparados os valores dos preços base dos procedimentos:

Valor dos procedimentos de contratação



Esta situação é justificada, por um lado, pelo facto de em 2015 não terem sido lançados procedimentos para empreitadas de grande dimensão e, por outro lado, pelo facto de no ano de 2015 terem sido tramitados alguns procedimentos de contratação referentes a fornecimentos e prestações de serviços com valores bastante elevados. São disso exemplo o fornecimento de energia elétrica, de combustíveis e de seguros, que no seu conjunto representam cerca de 4,5 Milhões de Euros do valor total de procedimentos deste tipo que foram lançados em 2015.

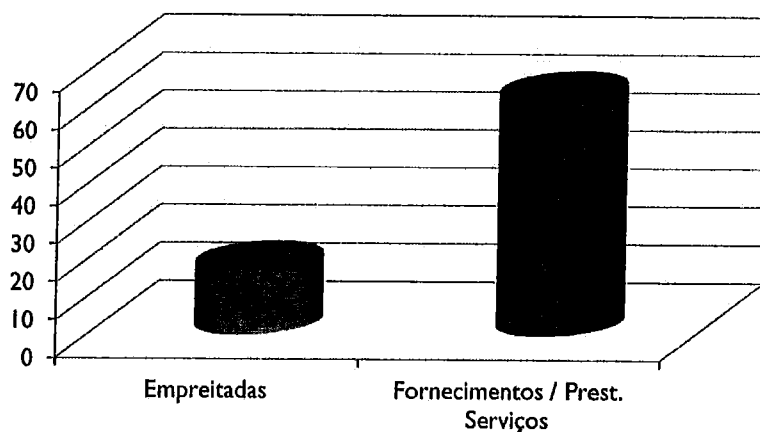
Quanto ao valor associado a cada tipo de procedimento, temos:



Neste quadro é possível constatar o efeito dos procedimentos já acima mencionados, uma vez que os mesmos foram tramitados por Ajuste Direto ao abrigo de Acordos-Quadro celebrados pela CCE-CIMLT, o que influenciou significativamente o valor global dos procedimentos tramitados neste regime.

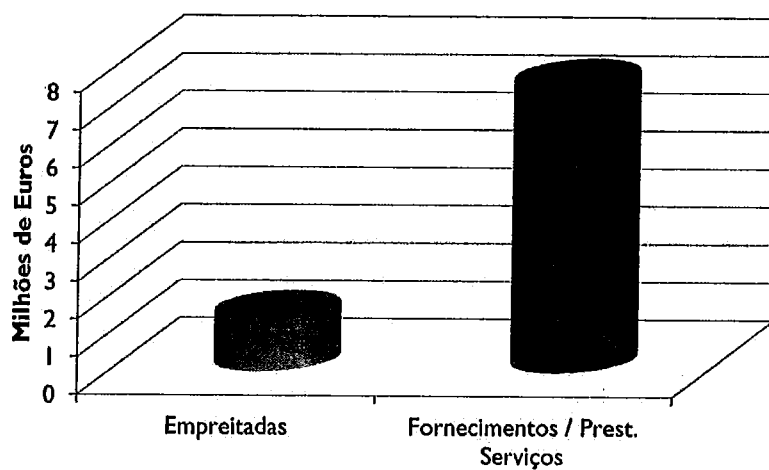
Ao longo do ano de 2015 foram celebrados 79 contratos (menos 2 que em 2014), divididos da seguinte forma:

Número de contratos por tipo



O valor desses contratos ascendeu a cerca de 8,9 Milhões de Euros, distribuídos da seguinte forma:

Valor contratos por tipo



Em termos práticos, constata-se que o valor referente aos contratos de empreitada, pelas razões já enunciadas, é bastante inferior aos dos Fornecimentos / Prestação de Serviços.

Segurança e Saúde no Trabalho

A criação de condições para que o trabalho diário dos colaboradores da AR possa ser efetuado em conformidade com as melhores práticas em matéria de segurança e saúde, é uma das prioridades da empresa.

Assim, ao longo do ano de 2015, foram desenvolvidas diversas atividades, destacando-se as seguintes:

- Elaboração das FPS - Ficha de Procedimento de Segurança para:
 - os diversos equipamentos manuseados pelos colaboradores;
 - abertura de valas;
 - colocação de sinalização temporária .
- Elaboração, implementação e gestão do Plano de Vacinação;
- Criação de Plano de controlo de limpezas e distribuição por todas as infraestruturas;
- Criação de zonas de duche para todos os funcionários do Saneamento (aquisição e manutenção dos termoacumuladores, compra de cacifos, cabines de duche, etc...);
- Revisão da Norma de Procedimento n.º 02 alusiva a Aquisição, distribuição e utilização de vestuário de Trabalho e EPI's, na qual foi reformulada a periodicidade da distribuição passando a ser feita a distribuição não semestral mas mediante a entrega do fardamento e equipamento usado e danificado;
- Criação de pontos de recolha em contentor próprio e devidamente identificado dos fardamentos usados garantindo assim o reencaminhamento adequado por operador licenciado;
- Verificação e realização da calibração interna com gás em todos os equipamentos de monitorização da qualidade do ar existentes na empresa;
- Acompanhamento e elaboração de relatório de SHT em diversas instalações da empresa;
- Acompanhamento de trabalhos de Risco: trabalho em espaços confinados;
- Coordenação de Segurança e análise da documentação e acompanhamento de diversas empreitadas (Tratamento e Equipamento das novas captações de Parreira, Riachos, Almeirim e Benfica do Ribatejo, Execução da ETA de Biscainho, Execução de Reabilitação da Rede de Abastecimento da Rua de São Bento, entre outras);

- Realização de diversas ações de formação / sensibilização aos colaboradores:

- Regulamento Interno de Alcoolémia
- Abertura de Valas e colocação de entivações
- Colocação de sinalização temporária
- Realização de trabalhos em espaços confinados
- Simulação prática de trabalhos em espaços confinados com recurso a tripé de resgate
- Trabalhos com máscaras de respiração autónoma (formação teórica e prática)
- Regras de Armazenamento e manuseamento de Produtos Químicos, simulação prática de trasfega de Hidróxido de Sódio (ministrada aos colaboradores afetos ao Armazém Central);

Recursos Humanos

A AR- Águas do Ribatejo (AR) procurou, à semelhança dos períodos anteriores ao do ano de 2015, realizar uma gestão adequada do capital humano da empresa, com promoção da valorização individual dos recursos humanos e a criação de sistemas que garantam o bem-estar dos colaboradores.

Neste contexto, a política de Recursos Humanos é definida e monitorizada no sentido de dotar os colaboradores de maiores competências, melhorar o seu envolvimento no projeto empresarial, estimulando a criatividade individual e a participação em equipas de trabalho.

É de grande importância que a estratégia global da empresa tenha um forte suporte em fatores como a responsabilidade social e a motivação dos colaboradores, reconhecendo que estes, em última análise, serão sempre a sua base principal de suporte.

De salientar ainda que, em 2015, foi desenvolvido um “Manual de Acolhimento”, com vista a contribuir para uma mais rápida e fácil integração dos novos colaboradores que venham a integrar a equipa da AR.

População Ativa

Comparativamente ao ano de 2014 a AR em 2015 (referência a 31 de dezembro) conta com mais 2 colaboradores na sua população ativa, i.e., 170 colaboradores no total a 31 de dezembro de

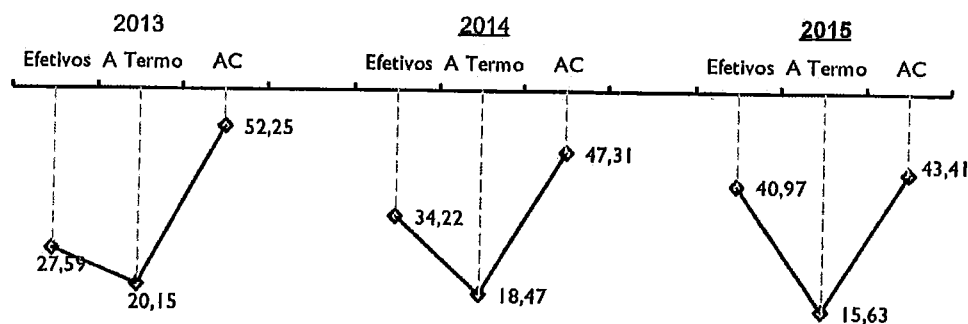
2015, justificado pela entrada de 5 colaboradores (2 DGR e 3 DPT) e a saída de 3 colaboradores (1 DPT, 1 DAF e 1 DC).

Para uma melhor análise do movimento de pessoal, atente-se no quadro seguinte:

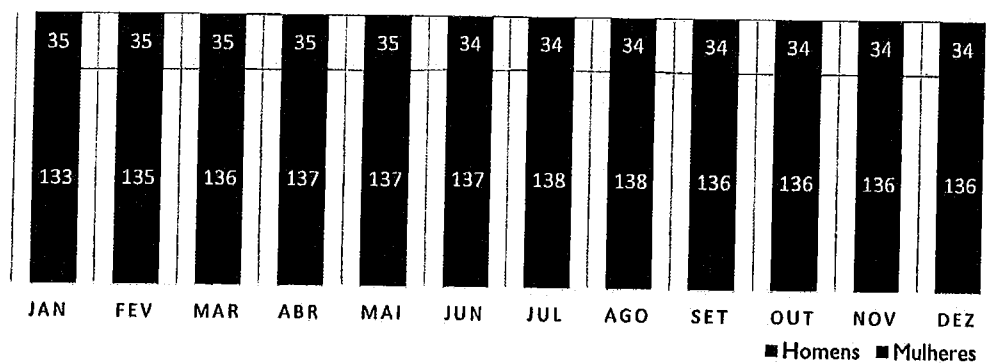
População Ativa

	31-dez			Média Anual		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Pessoal Efetivo	48	66	73	46	56	70
Pessoal A Termo	33	27	24	33	31	27
Acordo de Cedência	84	75	73	86	79	74
TOTAL	165	168	170	165	166	171

Veja-se a taxa de contratados por tipo de vínculo no último triênio (%)

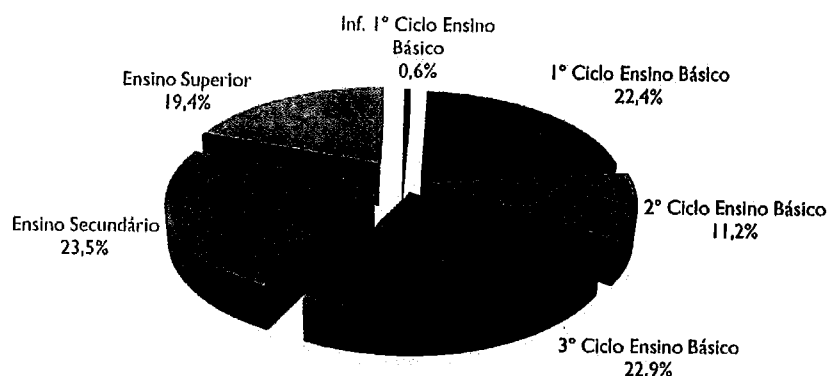


Evolução mensal do efetivo total p/ sexo

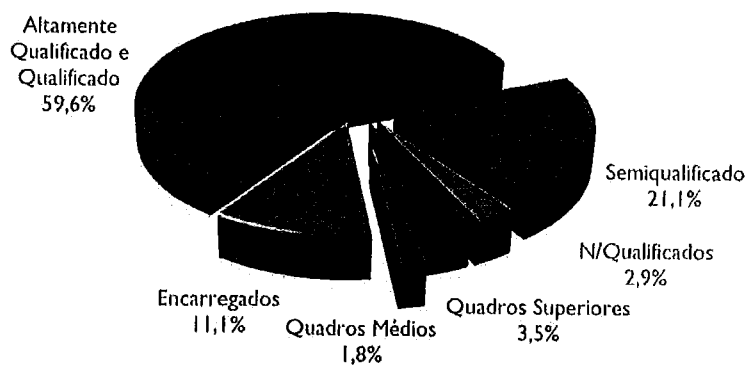


Habilitações e Níveis de qualificação

No que se refere às habilitações escolares, a situação é a descrita no gráfico seguinte (com referência a 31/12/2015):



Em termos de níveis de qualificação, a sua distribuição é a seguinte (com referência a 30/06/2015):



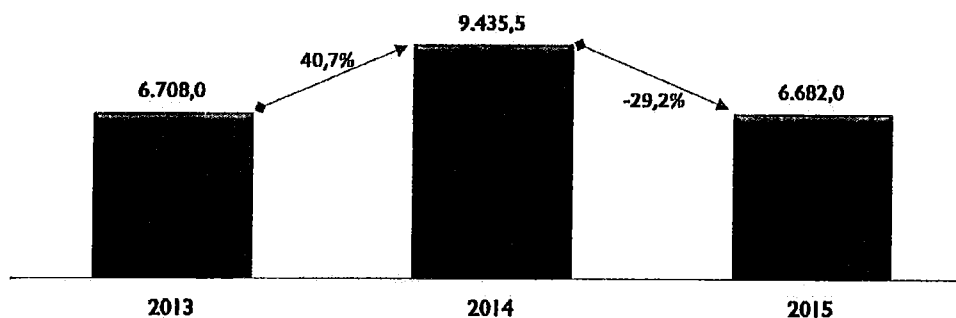
Duração e Prestação do Trabalho

Quanto ao número total de horas reais trabalhadas, o ano de 2015 apresentou 304.730 horas, tendo-se verificado, no cômputo geral das horas reais trabalhadas, um acréscimo de cerca 1,9%, sendo de 5.692,5 horas em termos absolutos, relativamente ao período homólogo.

Area	Nº médio colab.	Horas Normais			Horas Extras	Horas Reais
		Potenciais	Ausência	Trabalhadas		
Direção-geral	1	2.032,0	200,0	1.832,0	0,0	1.832,0
Gabinete Qualidade da Água	3	6.096,0	1.100,0	4.996,0	0,0	4.996,0
Gabinete de Comunicação	1	2.032,0	204,0	1.828,0	0,0	1.828,0
Dir. Administrativa e Financeira	14	27.760,0	4.180,0	23.580,0	0,0	23.580,0
Direção Comercial	49	99.193,0	12.258,0	86.935,0	446,0	87.381,0
Direção Gestão de Redes	46	94.023,0	14.475,0	79.548,0	4.713,0	84.261,0
Dir. Planeamento e Obras	7	14.888,0	1.855,0	13.033,0	0,0	13.033,0
Dir. Produção e Tratamento	49	99.928,0	13.632,0	86.296,0	1.523,0	87.819,0
	171	345.952,0	47.904,0	298.048,0	6.682,0	304.730,0

Para que a interpretação destes dados seja o mais clara possível, deve ser tido em conta que nas ausências são contabilizadas todas as horas não trabalhadas, seja por que motivo for. Assim, as férias, por exemplo, são igualmente contabilizadas como ausência.

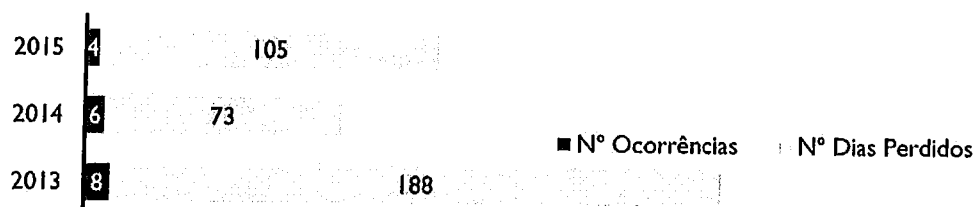
No que se refere à evolução do trabalho extraordinário, atente-se o gráfico seguinte:



O ano de 2015, comparativamente ao ano de 2014, registou uma quebra significativa do trabalho extraordinário realizado em cerca de 29,2% (- 2.753,5 horas).

Condições de Trabalho

Acidentes de Trabalho – N.º de Ocorrências / N.º dias Perdidos



De referir, e uma vez que o índice de frequência (If) e o índice de gravidade (Ig) considerados aceitáveis pela Organização Mundial de Saúde (OMS) situam-se em valores inferiores a 100 e a 2, respetivamente, que o If e o Ig têm valores bastante aceitáveis (sem expressão), nomeadamente 13,13 e 0,34, respetivamente.

Formação Profissional

A AR na procura de preparar e contribuir para a qualificação dos seus colaboradores de forma a permitir o acesso a novas competências e atualizar as já adquiridas pela experiência profissional e formação contínua, entendendo que, esta mesma procura, será uma mais-valia, quer para os colaboradores quer para a própria empresa nas mais variadas competências, desenvolveu, durante o ano de 2015, 16 cursos de formação, envolvendo 46 participantes em 31 colaboradores, representando 938 horas, tal como se ilustra no gráfico abaixo indicado.

Formação profissional - 2015



Ao número de horas de formação indicadas no gráfico ilustrado, acrescem 360 horas referentes ao estatuto do trabalhador estudante, todas elas de nível 6, i.e., licenciaturas e/ou mestrados.

Absentismo

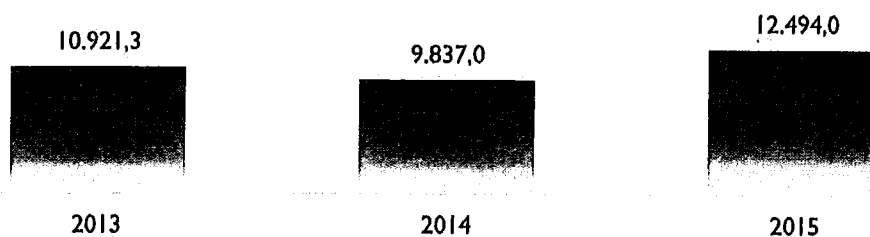
Em 2015, o absentismo atingiu um total de 12.494 horas, representando cerca de 3,6% do potencial anual das horas normais, o que significa um acréscimo de 0,7 pontos percentuais em relação ao ano de 2014 (9.837 horas). De realçar que o absentismo remunerado representa cerca de 41,02% (5.125,1 horas) do absentismo total verificado, sendo que, destes, 18,61% correspondem a situações de baixa.

Por outro lado, o absentismo não remunerado representa cerca de 58,98% (7.368,9 horas) do absentismo total, dos quais 11,27% correspondem a licença de parentalidade e 45,35% a baixa por doença.

A adesão à greve teve um acréscimo de 0,56 pontos percentuais comparativamente ao ano anterior, ou seja, sofreu um aumento de 37,1%. Contudo, registe-se que a adesão à greve não tem qualquer expressão em termos globais nas horas não realizadas (111,5 horas, distribuídas por 11 colaboradores num universo de 171 colaboradores), onde estão representadas com cerca de 0,23% do total de horas de ausências verificadas no ano de 2015.

Em termos globais, o absentismo sofreu um acréscimo de 2.657 horas em relação ao ano de 2014 (9.837 horas), motivado pelo aumento verificado nas faltas por doença.

Absentismo no último triénio



Investimento

O investimento realizado pela AR – Águas do Ribatejo abrange a execução física e financeira do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e de Outros Investimentos.

Neste ponto, é apresentada informação relativamente aos investimentos constantes do PPI previstos e realizados em 2015.

O Plano de Investimentos da AR, que ascende a um total de 131 Milhões de Euros até 2017, engloba os investimentos apoiados no âmbito do Fundo de Coesão II e POVT, investimento em capital em espécie e outros investimentos não incluídos nas candidaturas

Para além das intervenções no âmbito da candidatura aprovada pelo Fundo de Coesão II, que foram integralmente concluídas em 2011, as intervenções no âmbito da 2.ª fase (abastecimento e saneamento) bem como as da 3.ª fase (Abastecimento) foram igualmente concluídas no ano de 2015.

Com o investimento realizado em 2015, o valor global investido desde a criação da empresa, em 2007, ascende já a mais de 113 Milhões de Euros, o que representa mais de 86% do valor do investimento previsto até 2017.

Feita esta Introdução, passemos então aos dados concretos: o investimento total previsto para 2015 no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos era de aproximadamente **8,13 Milhões de Euros** (este montante inclui também os investimentos de carácter operacional), distribuído da seguinte forma:

- Investimentos em saneamento: 4,4 M€
- Investimentos em abastecimento: 2,48 M€
- Outros investimentos: 1,25 M€

Deste investimento previsto, foi realizado em 2015 um volume que ascende a cerca de **5,4 Milhões de Euros**, distribuído da seguinte forma:

- Investimentos realizados em saneamento: 2,09 M€
- Investimentos em abastecimento: 2,4 M€
- Outros investimentos: 0,91 M€

A execução do investimento, face ao previsto, foi globalmente positiva, sendo de destacar que, no caso do saneamento, a taxa de execução foi inferior à das restantes componentes. Esta

situação ficou a dever-se essencialmente ao facto de alguns dos investimentos previstos para o Município de Torres Novas, cuja concretização depende da obtenção de financiamentos comunitários não tiveram ainda execução em 2015, visto que o calendário para apresentação de candidaturas foi posterior aquela que era a expectativa da AR e, nessa medida, implicaram uma recalendarização dos prazos previstos para a execução destes investimentos.

De salientar que, no que se refere à continuidade da execução das intervenções previstas no Plano Plurianual de Investimentos, foram já aprovadas no âmbito do POSEUR quatro novas candidaturas, que permitirão à AR continuar a investir na melhoria da qualidade das suas infraestruturas e, consequentemente, na melhoria da qualidade do serviço prestado às populações e contribuindo para a preservação do meio ambiente.

Situação Económica e Financeira

A situação económica e financeira da AR, no final do exercício de 2015, reflete a tendência positiva que se veem registando ao longo dos últimos anos.

A AR está a levar a cabo um Plano de Investimentos ambicioso, que ascende a 131 Milhões de Euros, a realizar até 2017. O financiamento deste investimento é assegurado, em grande medida, através de subsídios a fundo perdido, mas ainda assim é necessário assegurar uma parte significativa do financiamento com recurso a capital alheio, nomeadamente financiamento bancário.

Assim, é fundamental que a empresa consiga libertar fluxos financeiros da sua exploração que lhe permitam fazer face aos custos com o serviço da dívida e com as amortizações de capital da mesma. No que se refere aos dados, quer de 2014, quer de 2015, verificamos que a AR está a conseguir gerar esses fluxos financeiros, fazendo face aos seus compromissos e apresentando resultados globalmente positivos.

A relação entre os custos e os proveitos de exploração continua a ser bastante favorável, registando-se em 2015 um aumento da Rendibilidade Operacional quando comparada com a do exercício anterior.

No ano de 2015, a empresa atingiu Resultados Operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos) positivos, no valor de 3.056.714,41 €. Este Resultado, superior ao de 2014, é explicado sobretudo pelo forte crescimento do EBITDA.

O Balanço traduz igualmente a evolução positiva da situação económico-financeira da empresa. Apesar da ligeira diminuição do Ativo Líquido, verificou-se um aumento do Ativo Corrente. OS Capitais Próprios aumentaram, enquanto o Passivo registou uma diminuição.

A situação atual permite gerir de forma adequada os recursos, atendendo à necessidade de fazer face às despesas correntes, de Investimento, serviço de dívida e respetivas amortizações.

A generalidade dos indicadores económico-financeiros apresentam uma evolução bastante positiva face aos exercícios anteriores, o que permite afirmar que o esforço realizado tem vindo a traduzir-se em melhorias significativas no desempenho da empresa.

Em face do crescimento do volume de negócios e do montante de especialização de subsídios, e apesar do aumento do valor das amortizações, o Resulta Antes de Impostos apurado registou um aumento quando comparado com o do ano anterior.

Relatório de Gestão e Contas – 2015



O Resultado Líquido do Exercício apurado foi de 1.534.051,05 €.

As contas do exercício de 2015 são apresentadas em anexo ao presente relatório.

Factos Supervenientes a 31 de Dezembro

Não se verificaram factos relevantes supervenientes a 31 de Dezembro de 2015.

Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do art.º 24º dos Estatutos da Sociedade, propõe-se que do Resultado Líquido de Exercício apurado, no valor de 1.534.051,05 € €, seja constituída Reserva Legal de 5% e o restante transferido para a conta de Resultados Transitados.

Considerações Finais

A criação da AR - Águas do Ribatejo, EM, S.A. assentou na firme convicção de que o modelo adotado e a união dos Municípios em torno de um objetivo comum permitiria assegurar um serviço de qualidade aos cidadãos, praticando tarifas com um nível adequado face à realidade da região, salvaguardando simultaneamente a sustentabilidade futura do serviço, não onerando as gerações futuras com encargos desproporcionados.

Os resultados que têm vindo a ser alcançados confirmam que esta foi, de facto, a melhor opção.

É certo que ainda há muito trabalho a fazer. Existem sempre aspetos a melhorar, e acreditamos que a concretização dos investimentos que estão a ser levados a cabo permitirá reforçar a capacidade e qualidade do serviço prestado.

Deve ser salientado que a AR tem conseguido consolidar a sua situação económico-financeira, apesar das suas tarifas se manterem em níveis compatíveis com a realidade socioeconómica da região.

Assim, esta é a prova de que com trabalho, uma gestão rigorosa e profissional, sem desperdícios, despesismos e muito realismo, é possível atingir os objetivos.

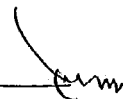
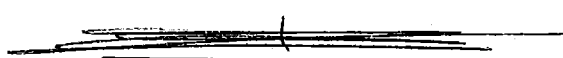
Por último, mas não menos importante, o Conselho de Administração quer transmitir o seu profundo apreço, reconhecimento e agradecimento a todos aqueles que, de uma forma direta ou indireta, mais colaboraram na prossecução dos objetivos da empresa, nomeadamente:

- Aos Acionistas / Municípios, pela confiança e apoio reiteradamente demonstrados;
- Aos Fornecedores, pelo esforço evidenciado na pronta satisfação das necessidades da empresa;
- Aos Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração;
- Aos membros da Mesa da Assembleia-Geral e ao Fiscal Único, pela colaboração sempre dispensada;
- A todos os colaboradores da Empresa, pela grande competência, empenho e dedicação, sempre evidenciados.

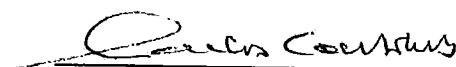
Salvaterra de Magos, 15 de Março de 2016

O Conselho de Administração

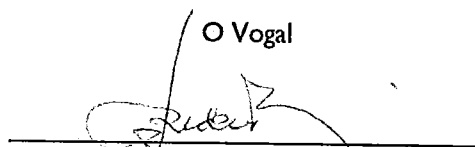
O Presidente

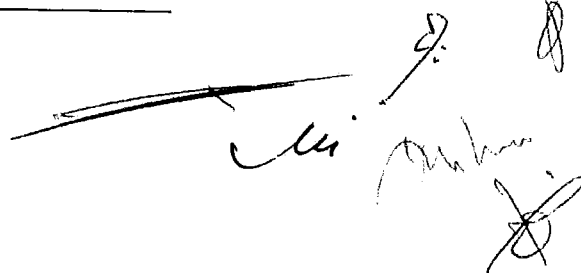


(Francisco Silvestre de Oliveira)

O Vogal


(Carlos António Pinto Coutinho)

O Vogal


(Pedro Paulo Ramos Ferreira)



Anexo ao Relatório

De acordo com o art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais informamos que os membros dos órgãos sociais da Sociedade não detêm qualquer ação ou obrigação da Sociedade ou de Sociedades em relação de domínio ou grupo.

De acordo com o artº 448º do Código das Sociedades Comerciais informamos que na data de encerramento do exercício, tinham uma percentagem superior ou igual a 10%, os seguintes acionistas:

Município de Almeirim	15,45%
Município de Benavente	16,44%
Município de Coruche	15,03%
Município de Salvaterra de Magos.....	14,19%
Município de Torres Novas.....	25,34%

Demonstrações financeiras individuais

Balanço individual**Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2015**

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.15	31.Dez.14 (*)
Activo			
Activos fixos tangíveis	4	88.637.211,96	89.428.425,98
Activos intangíveis	5	629.212,46	541.148,35
Participações financeiras - outros métodos	6	2.142,22	770,77
Activos por impostos diferidos	7	284.714,16	646.973,28
Total dos Activos Não Correntes		89.653.280,80	90.617.318,38
Inventários	8	256.801,46	273.507,35
Clientes	9, 31	1.755.564,46	1.707.643,60
Adiantamentos a fornecedores	22	6.067,47	35.828,06
Estado e outros entes públicos	10	383.664,22	685.694,59
Outras contas a receber	11, 31	3.599.967,03	3.016.037,34
Diferimentos	12	37.571,71	58.804,31
Caixa e depósitos bancários	13	3.035.301,91	3.062.188,39
Total dos Activos Correntes		9.074.938,26	8.839.703,64
		98.628.219,06	99.457.022,02
Capitais Próprios			
Capital realizado	1, 14	6.871.681,00	6.871.681,00
Reservas legais	15	254.520,83	216.397,13
Outras reservas		345.093,54	345.093,54
Resultados transitados	18	3.361.860,24	2.637.510,04
Outras variações no capital próprio	17	42.972.987,41	43.074.034,98
Resultado líquido do exercício		1.534.051,05	762.473,90
Total dos Capitais Próprios		55.340.194,07	53.907.190,59
Passivo			
Provisões	18	2.260.000,00	2.260.000,00
Financiamentos obtidos	19, 20	21.843.120,71	22.029.120,24
Outras contas a pagar	21, 31	12.120.586,90	13.452.938,79
Passivos por impostos diferidos	7	0,00	0,00
Total dos Passivos Não Correntes		36.213.707,61	37.732.059,03
Fornecedores	22, 31	514.442,98	782.347,51
Estado e outros entes públicos	10	242.155,49	221.191,91
Financiamentos obtidos	19, 20	3.003.606,47	2.389.289,50
Outras contas a pagar	21, 31	3.314.112,44	4.424.943,48
Diferimentos	12	0,00	0,00
Total dos Passivos Correntes		7.074.317,38	7.817.772,40
Total do Passivo		43.288.024,99	45.549.831,43
		98.628.219,06	99.457.022,02

(*) Reexpresos

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Salvaterra de Magos, 15 de Março de 2016

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

202673081
30113

A ADMINISTRAÇÃO

[Assinatura]
[Assinatura]

Demonstração dos resultados individuais

Demonstração dos Resultados Individuais Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.15	31.Dez.14
Vendas de mercadorias	23	7.283.664,88	6.712.498,61
Prestação de serviços	23	8.028.821,04	7.557.017,51
Subsídios à exploração	24		8.609,05
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	25	(1.016.695,26)	(912.917,40)
Fornecimentos e serviços externos	26	(5.401.020,72)	(5.861.729,87)
Gastos com o pessoal	27	(3.295.651,65)	(3.273.960,26)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	(108.090,85)	(130.445,42)
Outros rendimentos e ganhos	28	3.868.456,94	2.898.868,53
Outros gastos e perdas	29	(195.238,94)	(180.736,39)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		9.166.245,44	7.017.202,36
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4,5	(6.109.531,03)	(4.894.436,16)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3.056.714,41	2.122.766,20
Juros e rendimentos similares obtidos	30	34.595,23	32.317,90
Juros e gastos similares suportados	30	(1.035.375,60)	(1.129.875,03)
Resultado antes de impostos		2.055.934,04	1.025.209,07
Imposto sobre o rendimento do período	10	(521.882,99)	(262.735,17)
Resultado líquido do período		1.534.051,05	762.473,90

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Salvaterra de Magos, 15 de Março de 2016

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

202673081
30113

A ADMINISTRAÇÃO

[Assinatura]
[Assinatura]

Demonstração dos fluxos de caixa individuais

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.15	31.Dez.14
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes	0	17.005.866,64	11.983.457,70
Pagamentos a fornecedores	22	(4.324.302,28)	(521.575,65)
Pagamentos ao pessoal	27	(3.295.851,65)	(3.273.960,26)
Caixa gerada pelas operações		<u>9.385.012,71</u>	<u>8.187.921,79</u>
Pagamento/recabimento do imposto sobre o rendimento	10	(393.076,85)	(455.899,28)
Outros recebimentos/pagamentos	11, 21, 28, 29	(6.839.247,07)	15.291.729,13
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		<u>2.153.588,79</u>	<u>23.023.951,64</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	4	(6.094.983,90)	(24.323.408,23)
Activos intangíveis		(137.038,99)	(103.016,01)
Investimentos financeiros			
Outros activos			
		<u>(6.232.020,89)</u>	<u>(24.426.424,24)</u>
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		56.935,23	7.000,00
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento	24	4.601.668,55	4.601.668,55
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
		<u>4.658.603,78</u>	<u>4.608.668,55</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		<u>(1.573.417,11)</u>	<u>(19.817.755,69)</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	19, 20	9.055.813,50	908.361,57
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio	14		
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
		<u>9.055.813,50</u>	<u>908.361,57</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	19, 20	(8.627.296,06)	(2.388.980,96)
Juros e gastos similares	30	(1.035.375,60)	(1.129.875,03)
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
		<u>(9.662.671,66)</u>	<u>(3.518.855,99)</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		<u>(607.058,16)</u>	<u>(2.550.494,42)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	13	<u>(26.886,48)</u>	<u>655.701,53</u>
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	13	<u>3.062.188,39</u>	<u>2.406.486,86</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13	<u>3.035.301,91</u>	<u>3.062.188,39</u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Salvaterra de Magos, 15 de Março de 2016

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO

202673081
30/1/16

[Assinatura]
[Assinatura]

Demonstração das alterações no capital próprio individuais

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2015

(Valores expressos em euros)

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital				
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio
Posição no Início do Período	1	6.871.681,00	216.397,13	345.093,54	2.637.510,04	43.074.034,98
Alterações no período						
Primeira adopção de novo referencial contabilístico						
Alterações de políticas contabilísticas						
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						
Realização do excedente de revalorização de activos						
Excedente de revalorização de activos						
Ajustamentos por impostos diferidos						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						
capital próprio	16, 17		38.123,70		724.350,20	-101.047,57
	2		38.123,70		724.350,20	-101.047,57
Resultado Líquido do Período	3					-101.047,57
Resultado Integral	4 = 2 + 3					1.534.051,05
						771.577,15
Operações com detentores de capital próprio						
Realizações de capital						
Realizações de prémios de emissão						
Distribuições						
Entradas para cobertura de perdas						
Outras operações						
Posição no Fim do Período	5					
	= 1 + 2 + 3 + 5	6.871.681,00	254.520,83	345.093,54	3.361.860,24	42.972.987,41
						1.534.051,05
						55.340.194,07

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Salvterra de Magos, 15 de Março de 2016

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

202673081
30113

A ADMINISTRAÇÃO

Declaro

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais – Exercício de 2014

(Valores expressos em euros)

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício
							Total do capital próprio
<i>Posição no início do Período</i>	1	6.871.681,00	124.972,54	345.093,54	900.442,93	30.849.974,12	1.828.491,70
Alterações no período							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização do excedente de revalorização de activos							
Excedente de revalorização de activos							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16, 17		91.424,59		1.737.067,11	12.224.060,86	-1.828.491,70
<i>Resultado Líquido do Período</i>	2		91.424,59		1.737.067,11	12.224.060,86	-1.828.491,70
<i>Resultado Integral</i>	3						762.473,90
	4 = 2 + 3						-1.066.017,80
Operações com detentores de capital próprio							
Realizações de capital							
Realizações de prémios de emissão							
Distribuições							
Entradas para cobertura de perdas							
Outras operações							
<i>Posição no fim do Período</i>	5						
	= 1 + 2 + 3 + 5	6.871.681,00	216.397,13	345.093,54	2.637.510,04	43.074.034,98	762.473,90

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Salvateira de Magos, 15 de Março de 2016

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

202673081
30113

A ADMINISTRAÇÃO

AGUAS DO RIBATEJO

Anexo às demonstrações financeiras individuais

1. Nota introdutória

1.1. Introdução

A AR – Águas do Ribatejo EM, S.A. foi constituída em treze de Dezembro de dois mil e sete, tem o número de identificação fiscal 508 345 464, sede social em Salvaterra de Magos. A Empresa tem como atividade principal a *captação e tratamento de águas e a recolha e drenagem de águas residuais*.

1.2. Acionistas

São acionistas das AR – Águas do Ribatejo, EM, S.A.:

Accionistas	Tipo de acções	Accionistas	Valor nominal por acção	N.º de Acções	% Capital
Município Almeirim	Nominativas	1.061.893,00	1,00	1.061.893	15,45%
Município Alpiarça	Nominativas	371.134,00	1,00	371.134	5,40%
Município Benavente	Nominativas	1.129.468,00	1,00	1.129.468	16,44%
Município Chamusca	Nominativas	559.907,00	1,00	559.907	8,15%
Município Coruche	Nominativas	1.032.932,00	1,00	1.032.932	15,03%
Município Salvaterra de Magos	Nominativas	975.011,00	1,00	975.011	14,19%
Município Torres Novas	Nominativas	1.741.336,00	1,00	1.741.336	25,34%
		6.871.681,00		6.871.681,00	100,00%

1.3. Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 15 de Março de 2016. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna e clara as operações da empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial Contabilístico

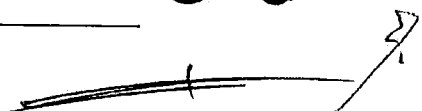
Em 2015 as demonstrações financeiras da *AR – Aguas do Ribatejo EM, S.A.* foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).

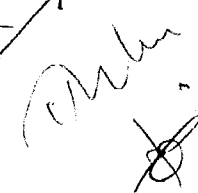
A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de Janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos dessa norma, os efeitos reportados à data de transição para as NCRF (1 de Janeiro de 2009) foram registados em capitais próprios e estão descritos no quadro apresentado na nota 14, no qual se explicitam igualmente os ajustamentos efectuados nas últimas demonstrações financeiras anuais apresentadas (31 de Dezembro de 2009).

2.2. Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.





2.3.Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

2.4.Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

2.5.Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

2.6.Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

2.7.Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.8. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da AR – Águas do Ribatejo EM, são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

No exercício de 2009, no que se refere ao equipamento existente nas infra-estruturas de abastecimento e de saneamento, foi utilizada, regra geral, uma taxa de 8,33% o que corresponderia a uma vida útil de 12 anos. No entanto face ao acréscimo de experiência e conhecimento adquirido ao longo dos últimos anos da realidade infra-estrutural dos

sistemas e das condições em que estes equipamentos e máquinas operam, e tendo em atenção o princípio da prudência, foi ajustada a expectativa de vida útil para estes equipamentos, passando esta a ser, em regra, de 8 anos, a que corresponde uma taxa de amortização de 12,5%. De salientar que esta opção serve igualmente para ajustar a vida útil contabilística deste tipo de ativos ao que é comum no sector, indo de encontro às referências existentes ("Gestão Patrimonial de infra-estruturas de abastecimento de água", Série "Guias Técnicos" da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos).

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Taxas	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	2.5% - 5%	20 - 40
Equipamento básico	4% - 12.5%	8 - 25
Equipamento de transporte	25%	4
Ferramentas e utensílios	12,5% - 20%	5 - 8
Equipamento administrativo	12,5% - 33,33%	3 - 8
Outros activos fixos tangíveis	12,5% - 20%	5 - 8

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

3.4. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% para a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa é 1% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente, dando a diferença temporária origem ao registo de impostos diferidos.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2012 a 2015 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.5. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.6. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.7. Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

3.8. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer

por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.9.Subsídios e outros apoios do Governo

3.9.1. Subsídios ao investimento

Os subsídios ao investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a empresa cumprirá as obrigações subjacentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e ou construção de ativos tangíveis e ou intangíveis são incluídos no Capital próprio e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método de depreciação e ou amortização dos ativos subjacentes.

3.9.2. Subsídios à exploração

Os subsídios à exploração são reconhecidos em resultados no período a que se referem.

3.10.Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.11.Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.12. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação, ou como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Na data de relato, existem três contratos de locação em vigor, que pela sua substância se encontram classificados como financeiros.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, e as depreciações correspondentes, conforme definido nos pontos 3.2. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

3.13. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios

específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2015 e de 2014 foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2015					
	Saldo em 01-Jan-15	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Regularização
Custo:					
Terrenos e recursos naturais	718.794,32	77.086,54			795.880,86
Edifícios e outras construções	81.225.131,33	376.224,77	-56.935,23	21.422.618,47	102.987.039,34
Equipamento básico	3.572.666,22	272.556,96			3.845.223,18
Equipamento de transporte	396.279,28				396.279,28
Equipamento biológico					
Equipamento administrativo	353.354,01	90.211,50			443.565,51
Outros activos fixos tangíveis	284.842,13	60.652,85			345.494,98
Investimentos em curso	20.771.986,83	4.469.178,17		-21.422.618,47	3.818.546,53
	107.323.054,12	5.345.910,79	-56.935,23		112.612.029,68
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	15.911.887,20	5.656.776,35	-6.389,46		7.380,49
Equipamento básico	1.202.874,02	310.595,57			1.513.469,59
Equipamento de transporte	333.558,27	27.094,53			360.652,80
Equipamento biológico					
Equipamento administrativo	276.604,79	46.667,51			323.272,30
Outros activos fixos tangíveis	169.703,86	38.163,19			207.866,45
	17.894.628,14	6.079.297,15	-6.389,46		7.281,89
					23.974.817,72
31 de Dezembro de 2014					
	Saldo em 01-Jan-14	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Regularização
Custo:					
Terrenos e recursos naturais	530.301,90	188.492,42			718.794,32
Edifícios e outras construções	70.435.142,72	4.053,63		10.785.934,98	81.225.131,33
Equipamento básico	3.290.615,15	282.051,07			3.572.666,22
Equipamento de transporte	375.286,81	49.210,25	-28.217,78		396.279,28
Equipamento biológico					
Equipamento administrativo	304.718,82	48.635,19			353.354,01
Outros activos fixos tangíveis	197.467,71	87.374,42			284.842,13
Investimentos em curso	12.403.309,97	19.154.611,84		-10.785.934,98	20.771.986,83
	87.538.843,08	19.814.428,82	-28.217,78		107.323.054,12
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	11.396.614,91	4.515.272,29			15.911.887,20
Equipamento básico	925.961,78	276.912,24			1.202.874,02
Equipamento de transporte	325.867,05	35.909,00	-28.217,78		333.558,27
Equipamento biológico					
Equipamento administrativo	240.879,19	35.725,80			276.604,79
Outros activos fixos tangíveis	143.569,79	20.357,13		-223,06	169.703,86
	13.032.892,72	4.090.176,26	-28.217,78	-223,06	17.894.628,14

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Os investimentos em curso, entre 2015 e 2014, tiveram a seguinte evolução:

Investimentos em Curso	2015	2014
Subs. Abastecimento Chamusca	2.847.650,74	2.668.390,18
SAR Chancelaria	44.625,00	26.250,00
SAR Fungalvaz	24.183,25	11.602,50
SAR Rexaldia	31.066,75	25.675,00
SAR Lamarosa (Torres Novas)	22.750,01	22.750,01
SAA Zibreira	492.629,53	268.994,92
SAR Alcorochel	12.511,73	12.511,73
SAR Ribeira Branca	29.744,50	29.744,50
SAR Parcelos da Igreja	21.493,77	21.493,77
SAR Carreiro da Areia	14.875,00	12.250,00
Subs. Saneamento Foros de Almada	15.732,00	15.732,00
Remodelação SAA Torres Novas	85.853,00	20.824,00
Remodelação da ETAR da Murtelra	22.365,00	7.455,00
ETAR Quinta do Papelão	38.493,75	0,00
Execução de Emissário de Riachos em Estrada Nacional	74.989,43	0,00
Instalação de Medidores de Caudal em Sist. Abastecimento de Água	39.583,07	0,00
TOTAL	3.818.546,53	3.143.673,61

Em 31 de Dezembro de 2015, os principais projetos de candidaturas aos subsídios registados são os seguintes:

Designação do projeto	Prazo de Amortização	Custo de Investimento	Amortizações Acumuladas	Valor líquido
Projeto 2004/PT/16/C/PE/009	30 ANOS	41.878.432,00 €	13.942.435,92 €	27.935.996,08 €
Operação POVT-12-0146-FCOES-000073	30 ANOS	28.259.368,05 €	3.228.225,25 €	25.031.142,80 €
Operação POVT-12-0146-FCOES-000126	30 ANOS	18.798.029,00 €	1.756.054,99 €	17.041.974,01 €
Operação POVT-12-0146-FCOES-000168	30 ANOS	4.278.766,25 €	233.223,02 €	4.045.543,23 €

Estas candidaturas são fundamentais para possibilitar a execução dos investimentos por parte da AR, uma vez que através das mesmas esses investimentos são financiados (parcialmente) a fundo perdido.

A respeito desta matéria, existe um aspeto cuja relevância faz com que seja necessário abordá-lo neste Anexo, e que é referente ao facto da Autoridade de Gestão do POVT ter vindo a aplicar diversas correções financeiras a contratos englobados nas Operações financiadas por aquela entidade, que se traduziram na redução dos montantes pagos

pelo POVT relativamente às despesas apresentadas pela AR, face ao que estava previsto.

Uma vez que é entendimento da AR que essas decisões carecem de fundamentação e que as situações que estiveram na base das mesmas não são passíveis de determinar a aplicação de correções financeiras, foram apresentadas diversas ações junto das instâncias judiciais competentes.

No final de 2015, estavam nesta situação quinze processos, representando um volume financeiro na ordem dos 644 mil euros. Importa salientar, a este respeito, que já em 2016 foi confirmada pelo Tribunal Central Administrativo do Sul a decisão favorável à AR do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, relativamente a um dos processos, por sinal o de maior expressão financeira, representando um montante de 350 mil euros (mais de metade do montante acima indicado).

De salientar ainda que o impacto potencial desta situação é um impacto financeiro, na medida em que as correções financeiras foram sendo aplicadas à medida que a despesa referente aos vários contratos foi apresentada ao POVT. Assim, destes processos não resultará qualquer alteração às contas de 2015, nem às dos exercícios anteriores. Na verdade, sendo expectativa da AR que relativamente aos processos ainda pendentes, venham a existir mais decisões favoráveis, o resultado das mesmas será o de um maior volume financeiro a receber pela AR após o encerramento das Operações.

5. Ativos intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte:

Relatório de Gestão e Contas – 2015

31 de Dezembro de 2015						
	Saldo em 01-Jan-15	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por Imparidade	Saldo em 31-Dez-15
Custo						
Projectos de desenvolvimento (I)						
Software	31.385,34	81.473,91				112.859,25
Propriedade Industrial						
Outras activos Intangíveis	537.607,78	38.824,08				574.431,86
	<u>568.993,12</u>	<u>118.297,99</u>				<u>687.291,11</u>
Depreciações Acumuladas						
Projectos de desenvolvimento (I)						
Software	27.844,77	30.233,88				58.078,65
Propriedade Industrial						
Outras activos Intangíveis	<u>27.844,77</u>	<u>30.233,88</u>				<u>58.078,65</u>

31 de Dezembro de 2014						
	Saldo em 01-Jan-14	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por Imparidade	Saldo em 31-Dez-14
Custo						
Projectos de desenvolvimento (I)						
Software	29.999,75	1.385,59				31.385,34
Propriedade Industrial						
Outras activos Intangíveis	436.296,05	101.311,73				537.607,78
	<u>466.295,80</u>	<u>102.697,32</u>				<u>568.993,12</u>
Depreciações Acumuladas						
Projectos de desenvolvimento (I)						
Software	23.584,87	4.259,90				27.844,77
Propriedade Industrial						
Outras activos Intangíveis	<u>23.584,87</u>	<u>4.259,90</u>				<u>27.844,77</u>

Os valores inscritos em outros ativos intangíveis referem-se a concessões de servidão.

6. Participações financeiras

Esta rubrica refere-se única e exclusivamente à participação FCT – Fundo de Compensação do Trabalho, tendo registado em 31 de dezembro de 2015 o valor de 2.142,22 Euros.

7. Ativos e passivos por impostos diferidos

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram foi como segue:

Relatório de Gestão e Contas – 2015

ÁGUAS DO
RIBATEJO

Handwritten signatures and initials:
 - A large signature across the top right.
 - "Uli" in the middle.
 - "M. Lemos" on the right.
 - A circular stamp on the right side.

31 de Dezembro de 2015					
Saldo em 01-Jan-15	Constituição		Reversão		Saldo em 31-Dez-15
	Resultado líquido	Capitais próprios	Resultado líquido	Capitais próprios	
Activos por impostos diferidos					
Ajustamentos de inventários					
Ajustamentos de clientes cob. duvidosas					
Prejuízos fiscais reportáveis (i)					
Benefício Fiscal - CFEI	646.973,28		-362.259,12		284.714,16
Outros					
	<u>646.973,28</u>		<u>-362.259,12</u>		<u>284.714,16</u>
Passivos por impostos diferidos					
Ganhos tributados em períodos futuros					
Reavaliações de activos fixos tangíveis					
(...)					
Outros					

31 de Dezembro de 2014					
Saldo em 01-Jan-14	Constituição		Reversão		Saldo em 31-Dez-14
	Resultado líquido	Capitais próprios	Resultado líquido	Capitais próprios	
Activos por impostos diferidos					
Ajustamentos de inventários					
Ajustamentos de clientes cob. duvidosas					
Prejuízos fiscais reportáveis (i)					
Benefício Fiscal - CFEI	812.166,55		-165.193,27		646.973,28
Outros					
			<u>-165.193,27</u>		<u>646.973,28</u>
Passivos por impostos diferidos					
Ganhos tributados em períodos futuros					
Reavaliações de activos fixos tangíveis					
(...)					
Outros					

8. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Inventários" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Mercadorias		
Materias primas subsidiárias e de consumo	256.801,46	273.507,35
Produtos acabados		
Obras em curso		
	<u>256.801,46</u>	<u>273.507,35</u>
Perdas por imparidades de inventários		
	<u>256.801,46</u>	<u>273.507,35</u>

9. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-15		31-Dez-14	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente		1.755.584,46		1.707.643,60
Clientes conta títulos a receber				
Clientes factoring				
Clientes de cobrança duvidosa		1.274.166,45		1.168.075,60
		<u>3.029.730,91</u>		<u>2.875.719,20</u>
Perdas por imparidade acumuladas		-1.274.166,45		-1.168.075,60
		<u>1.755.564,46</u>		<u>1.707.643,60</u>

	31-Dez-15		31-Dez-14	
	Clientes gerais	Grupo / relacionados	Clientes gerais	Grupo / relacionados
Clientes				
Clientes conta corrente	1.586.486,31	169.078,15	1.554.940,96	152.702,64
Clientes conta títulos a receber				
Clientes factoring				
Clientes de cobrança duvidosa	1.274.166,45		1.168.075,60	
	<u>2.860.652,76</u>	<u>169.078,15</u>	<u>2.723.016,56</u>	<u>152.702,64</u>

A antiguidade dos saldos de clientes a 31 de Dezembro de 2015 apresentava-se como segue:

	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	91 a 180 dias	> 181 dias	Total
Clientes conta corrente	871.075,82 €	343.278,70 €	150.639,38 €	198.919,33 €	191.651,23 €	1.755.564,46
Clientes outros					1.274.166,45 €	1.274.166,45
	<u>871.075,82</u>	<u>343.278,70</u>	<u>150.639,38</u>	<u>198.919,33</u>	<u>1.465.817,68</u>	<u>3.029.730,91</u>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, os movimentos ocorridos na rubrica "Perdas por imparidade acumuladas de clientes", foram os seguintes:

Perdas por imparidades	31-Dez-15	31-Dez-14
Saldo a 1 de Janeiro	1.168.075,60	1.037.630,18
Aumento	107.748,47	130.445,42
Reversão	-1.657,62	
Regularizações		
	<u>1.274.166,45</u>	<u>1.168.075,60</u>

A lei n.º 23/96, de 26 de Julho relativa aos serviços públicos essenciais, alterada e publicada através da lei n.º 12/98, de 26 de Fevereiro, é aplicável, entre outros, aos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais urbanas.

De acordo com o estabelecido no art.º10 da lei n.º 23/96, o direito ao recebimento do preço do serviço prestado prescreve no prazo de seis meses após a sua prestação. Assim, e uma vez que no âmbito da atividade desenvolvida pela Empresa, a faturação dos serviços prestados que não for liquidada no período de 6 meses após a prestação do serviço encontra-se tecnicamente prescrita, sendo portanto razoável assumir que a Empresa não vai conseguir reaver esse valor, constituindo uma provisão para clientes cobrança duvidosa a 100%.

Em 2009 foi constituída um ajustamento para dividas de cobrança duvidosa, correspondente a 25% do valor total em divida de clientes, não tendo a mesma, de acordo com a legislação em vigor, sido considerada para efeitos fiscais. Em 2010, foi efetuada a reversão deste valor e constituída uma imparidade a 100% considerando o total de divida de clientes com antiguidade superior a 6 meses.

Em 2012 foi constituída uma imparidade para dívidas de clientes de cobrança duvidosa no valor de 216.876,73 Euros. Já em 2012, a imparidade para dívidas de clientes de cobrança duvidosa foi reforçada até ao total da dívida. No decurso de 2013 foi constituída imparidade no valor de 293.101,69 Euros, tendo em 2014 atingido o valor de 130.455,42 Euros. Por fim, e no decurso de 2015, foi constituída imparidade no valor de 107.748,97 Euros e revertido o valor de 1.657,62 Euros, tendo em 31 de dezembro de 2015 atingido o valor de 106.090,85 Euros.

10. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	64.157,97	192.964,11
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	319.506,25	492.730,48
Outros impostos e taxas		
	383.664,22	685.694,59
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	28.094,72	28.198,84
Segurança Social	64.219,31	63.362,05
Outros impostos e taxas	149.841,46	129.631,02
	242.155,49	221.191,91

Decorrente da aplicação do Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento (CFEI), instituído pela Lei n.º 49/2013, de 16 de julho, importa salientar o seguinte:

- a) Impostos correntes: Decorrente da realização de investimentos abrangidos pelo CFEI, o imposto que deixou de ser pago no exercício de 2013 foi de 214.538,65 euros, correspondente a 70% da coleta, apurando-se ainda um montante de CFEI a deduzir em exercícios futuros de 812.166,55 euros. No decurso de 2014 deduziu-se o montante de 164.710,27 Euros. Já no decurso de 2015 deduziu-se o valor de 362.259,12 Euros.

- b) Impostos diferidos: O montante de CFEI ainda não deduzido e que poderá ser deduzido à coleta dos próximos 3 exercícios é de 284.714,16 euros, o que originou o reconhecimento de um ativo por impostos diferidos (vide ponto 7) daquele montante, dado existirem expectativas de obtenção de lucros no futuro.

11. Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica "Outras contas a receber" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-15		31-Dez-14	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	-		-	
Outros		3.599.967,03		3.016.037,34
		<u>3.599.967,03</u>		<u>3.016.037,34</u>
Perdas por Imparidade acumuladas				
		<u>3.599.967,03</u>		<u>3.016.037,34</u>

12. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Diferimentos (Activo)		
Valores a facturar		
Seguros pagos antecipadamente	29.222,03	44.954,31
Rendas	5.783,18	5.929,59
Outros gastos a reconhecer	2.566,50	7.920,41
	<u>37.571,71</u>	<u>58.804,31</u>
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer		
Outros rendimentos a reconhecer		

13. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Caixa	3.755,24	3.808,15
Depósitos à ordem	2.511.546,67	2.038.380,24
Depósitos à prazo	520.000,00	1.020.000,00
	<u>3.035.301,91</u>	<u>3.062.188,39</u>

14. Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2015 o capital da empresa, totalmente subscrito e realizado:

	Capital subscrito	Capital por realizar	Capital realizado	Valor nominal por acção	N.º de Acções	% Capital
Município Almeirim	1,061,893.00	-	1,061,893.00	1.00	1,061,893	15.45%
Município Alpiarça	371,134.00	-	371,134.00	1.00	371,134	5.40%
Município Benavente	1,129,468.00	-	1,129,468.00	1.00	1,129,468	16.44%
Município Chamusca	559,907.00	-	559,907.00	1.00	559,907	8.15%
Município Coruche	1,032,932.00	-	1,032,932.00	1.00	1,032,932	15.03%
Município Salvaterra de Magos	975,011.00	-	975,011.00	1.00	975,011	14.19%
Município Torres Novas	1,741,336.00	-	1,741,336.00	1.00	1,741,336	25.34%
	<u>6,871,681.00</u>	<u>0.00</u>	<u>6,871,681.00</u>		<u>6,871,681.00</u>	<u>100.00%</u>

Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital

As pessoas coletivas com mais de 20% do capital, subscrito e realizado, em 31 de Dezembro de 2015, eram as seguintes:

	% Capital	Valor
Município de Torres Novas	25%	1,741,336.00

15. Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

No ano de 2014 foi obtido um resultado líquido de 762.473,90 euros, tendo sido aplicado 5% para reserva legal, no valor de 38.123,70 euros

16. Resultados transitados

Esta rubrica compreende valores resultantes da aplicação de resultados de exercícios anteriores, fruto das deliberações das assembleias gerais de aprovação de contas da entidade. O restante valor é referente a outras correções de exercícios anteriores.

17. Outras variações no capital próprio

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras		
Ajustamentos por impostos diferidos		
Subsídios	42.972.987,41	43.074.034,98
Doações		
Outras		
	<u>42.972.987,41</u>	<u>43.074.034,98</u>

18. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi o seguinte:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Saldo a 1 de Janeiro	2.250.000,00	2.250.000,00
Reforço no período (a)		
Reduções no período (b)		
Utilizações (c)		
Saldo a 31 de Dezembro	<u>2.250.000,00</u>	<u>2.250.000,00</u>

Esta provisão foi constituída em 2009 para fazer face a uma eventual indemnização à construtora FCC, Fomento de Construcciones e Contratas, SA.

19. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-15		31-Dez-14	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários m.l.prazo (i)	18.424.844,30	2.746.153,84	19.115.384,64	2.346.153,84
Contas caucionadas (ii)				
Contas bancárias de factoring (iii)				
Contas bancárias de letras descontadas (iv)				
Descobertos bancários contratados (v)				
Locações financeiras (vi)	52.351,97	45.324,02	97.554,64	43.135,66
(...)				
Outros empréstimos (vii)	3.365.924,44	212.128,61	2.816.180,96	
	21.843.120,71	3.003.606,47	22.029.120,24	2.389.289,50

Os empréstimos bancários não correntes são reembolsáveis de acordo com os seguintes prazos de reembolso:

Prazos de reembolso	31-Dez-15	31-Dez-14
Menos de um ano	3.003.606,47	2.346.153,84
1 a 2 anos	5.145.203,53	2.346.153,84
2 a 3 anos	3.090.597,33	2.346.153,84
3 a 4 anos	3.093.713,08	2.346.153,84
4 a 5 anos	3.099.742,37	2.346.153,84
Mais de 5 anos	7.413.864,40	9.730.769,28
	24.846.727,18	21.461.538,48

Um dos financiamentos a médio e longo prazo foi renegociado em Novembro de 2010, tendo sido prorrogado até Outubro de 2024. O seu reembolso teve início em Abril de 2012 através de prestações constantes, semestrais (Abril e Outubro).

Foi contratado em 2015 um novo financiamento a médio e longo prazo. Trata-se de um empréstimo bancário a 60 meses, no montante global de 7.000.000,00 Euros, cuja finalidade foi a de proceder à amortização integral de um outro financiamento, com o mesmo montante, cujas condições, em termos de encargos, eram mais onerosas para a AR.

Para além disso, referir o empréstimo contraído no montante de 2.055.613,50 Euros, por 6 meses e renovável no máximo até dezembro de 2017, sendo que o seu reembolso ocorre no final do contrato.

20. Locações

Em 31 de Dezembro de 2015, a Empresa utilizava os seguintes tipos de bens adquiridos em locação financeira:

Bens adquiridos com recurso a locação financeira	31 de Dezembro de 2015		
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido contabilístico
Edifícios e outras construções	-	-	-
Equipamento básico	263.670,00	141.292,50	122.377,50
Equipamento de transporte	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-
Propriedades de investimento	-	-	-
	<u>263.670,00</u>	<u>141.292,50</u>	<u>122.377,50</u>

Tratam-se 3 contratos. Um primeiro contrato celebrado a cinco de Fevereiro de dois mil e dez no valor inicial de 85.890,00 Euros, sendo o reembolso da dívida da locação efetuada em 96 prestações mensais, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor.

Plano de reembolso	31 de Dezembro de 2015		
	Capital	Juros	Total
Menos de um ano	11.399,76	343,20	11.742,96
1 a 2 anos	11.612,16	130,80	11.742,96
2 a 3 anos	891,52	92,06	983,58
3 a 4 anos	-	-	-
4 a 5 anos	-	-	-
Mais de 5 anos	-	-	-
	<u>23.903,44</u>	<u>566,06</u>	<u>24.469,50</u>

O segundo foi celebrado em Janeiro de 2012 no valor inicial de 87.000,00 Euros, sendo o reembolso da dívida da locação efetuada em 60 prestações mensais, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor.

Plano de reembolso	31 de Dezembro de 2015		
	Capital	Juros	Total
Menos de um ano	19.378,61	856,71	20.235,32
1 a 2 anos	1.322,68	9,98	1.332,66
2 a 3 anos			
3 a 4 anos			
4 a 5 anos			
Mais de 5 anos	-	-	-
	<u>20.701,29</u>	<u>866,69</u>	<u>21.567,98</u>

O último foi celebrado em Maio de 2013 no valor inicial de 90.780,00 Euros, sendo o reembolso da dívida da locação efetuada em 72 prestações mensais, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor.

Plano de reembolso	31 de Dezembro de 2015		
	Capital	Juros	Total
Menos de um ano	14.545,65	2.243,23	16.788,88
1 a 2 anos	15.263,05	1.525,83	16.788,88
2 a 3 anos	16.016,23	772,65	16.788,88
3 a 4 anos	7.246,33	91,27	7.337,60
4 a 5 anos			
Mais de 5 anos	-	-	-
	<u>53.071,26</u>	<u>4.632,97</u>	<u>57.704,23</u>

21.Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-15		31-Dez-14	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Credores por acréscimo de gastos		839.047,42		1.518.217,29
Pessoal				
Fornecedores Investimentos conta corrente		639.294,68		2.763.406,31
Outras contas a pagar	12.120.586,90	1.835.770,34	13.452.938,79	143.319,88
	<u>12.120.586,90</u>	<u>3.314.112,44</u>	<u>13.452.938,79</u>	<u>4.424.943,48</u>

Os valores referentes a 31 de dezembro de 2014 foram reexpressos por via da alteração de critério da contabilização dos ajustamentos aos subsídios não reembolsáveis. Assim, e tendo por base a FAQ n.º 13 da CNC – Comissão de Normalização Contabilística foi alterado o critério no que concerne aos impostos diferidos, tendo passado os mesmos a serem considerados como ajustamento e não como passivos por impostos diferidos. Por conseguinte, optou-se pela consideração desses ajustamentos em passivos não correntes a partir do ano de 2015, dado que os mesmos serão revertidos a mais de 1 ano, acompanhando dessa forma, a percentagem de imputação dos subsídios não reembolsáveis para rendimentos.

22.Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Fornecedores conta corrente	514.442,98	782.347,51
Fornecedores conta títulos a pagar		
Fornecedores recepção e conferência		
Fornecedores outros		
	<u>514.442,98</u>	<u>782.347,51</u>

	31-Dez-15		31-Dez-14	
	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	507.070,29	7.372,69	744.253,88	38.093,63
Fornecedores conta títulos a pagar				
Fornecedores recepção e conferência				
Fornecedores outros				
	<u>507.070,29</u>	<u>7.372,69</u>	<u>744.253,88</u>	<u>38.093,63</u>

23. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2015 e de 2014 foram como segue:

	31-Dez-15			31-Dez-14		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	7.283.664,88		7.283.664,88	6.712.498,61		6.712.498,61
Prestação de serviços	8.028.821,04		8.028.821,04	7.557.017,51		7.557.017,51
	<u>15.312.485,92</u>		<u>15.312.485,92</u>	<u>14.269.516,12</u>		<u>14.269.516,12</u>

A rubrica de vendas corresponde ao valor da venda da água, e a rubrica dos serviços prestados corresponde aos serviços de saneamento, quotas de saneamento, quotas de água e outros serviços.

24. Subsídios e outros apoios do Governo

Os subsídios e outros apoios do Governo recebidos nos períodos de 2015 e de 2014 foram como segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Subsídio - Formação Inov		8.609,05
(...)		
Outros subsídios		
		<u>8.609,05</u>

25. Custo das vendas

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, é detalhado como segue:

	31-Dez-15		31-Dez-14	
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias Total
Saldo Inicial em 1 de Janeiro	273.507,35	273.507,35		
Regularizações				
Compras	999.989,37	999.989,37	1.186.424,75	1.186.424,75
Custo de vendas	-1.016.695,26	-1.016.695,26	-912.917,40	-912.917,40
Saldo final em 31 de Dezembro	<u>256.801,46</u>	<u>256.801,46</u>	<u>273.507,35</u>	<u>273.507,35</u>

26. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos no período findo em 31 de Dezembro de 2015 e 2014.

	31-Dez-15	31-Dez-14
Subcontratos	655.033,65	358.803,91
Serviços especializados	1.795.039,42	2.125.914,57
Materiais	60.426,09	57.508,08
Energia e fluidos	1.894.276,84	1.883.935,85
Deslocações, estadas e transportes	23.223,32	15.225,41
Serviços diversos (*)	973.021,40	1.220.342,05
Rendas e alugueres	272.933,60	544.768,93
Comunicação	538.979,67	513.669,13
Limpeza, Higiene e conforto	54.702,61	55.483,42
Outros	106.405,52	106.420,57
	<u>5.401.020,72</u>	<u>5.661.729,87</u>

27. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Remunerações dos órgãos sociais		
Remunerações do pessoal	2.589.415,67	2.605.278,83
Benefícios pós-emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	567.270,00	566.779,36
Seguros	27.605,99	25.419,82
Gastos de acção social	6.980,29	8.281,06
Outros gastos com pessoal	104.379,70	68.201,19
	<u>3.295.651,65</u>	<u>3.273.960,26</u>

O número de colaboradores da empresa em 31 de Dezembro de 2015 era de 170 e no final do exercício de 2014 era de 168.

28.Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foram como segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Rendimentos suplementares		
Descontos de pronto pagamento obtidos	6,27	2,88
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros		
Rendimentos e ganhos em Inv. não financeiros	395,82	12.777,60
Outros rendimentos e ganhos	3.868.054,85	2.886.086,05
	<u>3.868.456,94</u>	<u>2.898.866,53</u>

Esta rubrica de demonstração de resultados compreende a imputação do exercício relativa aos subsídios ao investimento.

29. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foram como segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Impostos	138.986,31	94.088,10
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Divídas Incobráveis		
Perdas em inventários		
Ganhos e perdas em subsidiárias e associadas		
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros		
Gastos e perdas em inv. não financeiros	17.076,85	13.876,55
Outros gastos e perdas	39.175,78	72.771,74
	195.238,94	180.736,39

30. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2015 e de 2014, tinham a seguinte composição:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	34.595,23	32.265,90
Dividendos obtidos		
Outros rendimentos similares		52,00
	34.595,23	32.317,90
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	871.570,68	1.016.375,01
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento	163.804,92	113.500,02
	1.035.375,60	1.129.875,03
Resultados financeiros	-1.000.780,37	-1.097.557,13

31. Partes relacionadas

Os saldos em 31 de Dezembro de 2015 referentes a entidades relacionadas eram os seguintes:

Acionistas	Activo		Passivo	
	Clientes	Fornecedores	Excesso de capital	Resíduos sólidos
Município Almelim	5.435,35	1.219,99	57.093,00	156.483,75
Município Alpiarça	109.820,48	0,00	1.652,89	51.098,87
Município Benavente	11.023,62	157,50	48.901,92	157.373,68
Município Chamusca	537,84	0,00	5.058,98	13.011,62
Município Coruche	7.940,63	0,00	5.453,85	72.738,47
Município Salvaterra de Magos	18.220,88	5.995,20	68.349,83	71.401,64
Município Torres Novas	16.099,35	0,00	5.150,98	353.247,08
	169.078,15	7.372,69	191.661,45	875.355,11

No que se refere aos valores de Resíduos Sólidos, deve ser salientado o seguinte: o valor constante do quadro *supra* corresponde à diferença entre o valor total de Provéitos faturado e o valor transferido para os Municípios, a 31/12/2015.

Contudo, e nos termos do Protocolo celebrado entre a AR e os Municípios, o valor a transferir corresponde ao valor efetivamente cobrado (e não ao faturado), pelo que o valor acima indicado apenas se constituirá efetivamente como passivo quando e se vier efetivamente a ser cobrado.

32. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

33. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2014, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de Dezembro de 2015.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

34. Outras informações

32.1. Artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento à alínea b) do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os honorários anuais relativos à prestação de serviços de Revisão de Contas ascendem a 11.000,00 euros (sem IVA), não tendo sido faturados quaisquer outros trabalhos. Em 31 de Dezembro de 2015 não existiam dívidas de honorários ao Fiscal Único / SROC.

32.2 Descrição das responsabilidades da empresa por garantias prestadas

A favor de	Valor	Objectivo
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	10.000,00 €	Eventuais danos exploração - ETAR de Coruche
E.P. - Estradas de Portugal, S.A. - Del. Reg. Santarém	19.440,00 €	Travessia da EN 10 e EN 118 - Projecto de execução do Subsistema de abastecimento de água de Benavente, Vale Tripeiro e Samora Correia
E.P. - Estradas de Portugal, S.A. - Del. Reg. Santarém	42.075,00 €	Execução Trabalhos ao Km 54,000 EN 251
E.P. - Estradas de Portugal, S.A. - Del. Reg. Santarém	31.785,00 €	Execução Trabalhos na EN 243 - Empreitada de execução do subsistema de saneamento de Chouto/Gaviãozinho
E.P. - Estradas de Portugal, S.A. - Del. Reg. Santarém	8.812,50 €	EN 114-3 - Empreitada de construção do sistema de saneamento de Foros do Coruche com ligação à ETAR existente
E.P. - Estradas de Portugal, S.A. - Del. Reg. Santarém	24.202,50 €	Execução Trabalhos ao Km 54,000 EN 251
E.P. - Estradas de Portugal, S.A. - Del. Reg. Santarém	96.917,40 €	Execução de Trabalhos EN 251 e 114
E.P. - Estradas de Portugal, S.A. - Del. Reg. Santarém	197.417,84 €	Execução de Trabalhos EN 118
E.P. - Estradas de Portugal, S.A. - Del. Reg. Santarém	5.000,00 €	Execução de Trabalhos EN 118 ao Km 35+900*
E.P. - Estradas de Portugal, S.A. - Del. Reg. Santarém	5.000,00 €	Execução Trabalhos EN 367 relativos à construção dos emissários da ETAR de Glória do Ribatejo
E.P. - Estradas de Portugal, S.A. - Del. Reg. Santarém	5.000,00 €	Execução de Trabalhos EN 118 ao Km 41,400
E.P. - Estradas de Portugal, S.A. - Del. Reg. Santarém	5.000,00 €	Execução de Trabalhos EN 118 - Alpiarça - Reparação de Conduta Elevatória
E.P. - Estradas de Portugal, S.A. - Del. Reg. Santarém	5.000,00 €	Execução de Trabalhos EN 10 ao Km 110+360 - Lado Direito
E.P. - Estradas de Portugal, S.A. - Del. Reg. Santarém	10.844,25 €	Remodelação da Rede de Águas - EN 118
Legítimos Proprietários	1.800,00 €	Expropriação Administrativa - Parcela EE de Paço dos Negros
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	12.500,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Foros de Salvaterra
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	12.500,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR quinta dos Gatos
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	7.500,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Chamusca
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	3.500,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Ulme
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	2.000,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Tapada
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	2.000,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR do Arrapiado
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	9.375,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Murtelra
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	1.050,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR (compacta) de Santo Estevão
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	7.500,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR Vila Nova de Santo Estevão
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	12.500,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Carregueira - Pinheiro Grande
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	3.000,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Azelada
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	4.375,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Salvador / Parreira
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	4.375,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR do Granho
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	2.000,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Volta do Vale
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	3.500,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR do Biscainho / Foros da Charneca
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	3.500,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de S. José da Lamarosa
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	6.250,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Barrosa / Benavente
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	6.250,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Vale do Cavalos
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	10.000,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Zona Industrial Monte da Barca
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	11.250,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Santo Estevão
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	2.500,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Chouto / Gaviãozinho
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	3.500,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Santana do Mato
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	2.500,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Erra - Concelho de Coruche
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	11.250,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Benfica do Ribatejo
E.P. - Estradas de Portugal, S.A. - Del. Reg. Santarém	5.000,00 €	Execução de Trabalhos EN 119, entre o Km 34/860 e o Km 35+220, na Povoação do Biscainho
E.P. - Estradas de Portugal, S.A. - Del. Reg. Santarém	5.000,00 €	Execução de Trabalhos EN 114-3 e a EN 118 - Abastecimento de F.Salvaterra e Salvaterra de Magos
E.P. - Estradas de Portugal, S.A. - Del. Reg. Santarém	5.000,00 €	Execução de Trabalhos EN 243, EN 118 e Obra de Arte 726 - Abastecimento da Chamusca, Vale Cavalos e Ulme
E.P. - Estradas de Portugal, S.A. - Del. Reg. Santarém	128.355,00 €	Execução de Trabalhos EN 114-3 - Saneamento de Foros de Salvaterra, Seimaria e Estanqueiro
Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional	1.676.202,95	Financiamento Parcial da Contrapartida Nacional da Operação POVT-12/0146-FCOES-000073
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	4.375,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Raposa
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	4.375,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Várzea Fresca
E.P. - Estradas de Portugal, S.A. - Del. Reg. Santarém	1.000,00 €	Execução de Trabalhos EN 118, ao Km 32+365 - Samora Correia
E.P. - Estradas de Portugal, S.A. - Del. Reg. Santarém	1.000,00 €	Implantação de uma Conduta Aduzora de Abastecimento de Água à EN 243 ao Km 38+940 - Subsistema de riachos

A favor de	Valor	Objectivo
E.P. - Estradas de Portugal, S.A. - Del. Reg. Santarém	1.000,00	Execução de Trabalhos - Atravessamento à EN 118, ao Km 73+660 à Entrada de Almeirim
E.P. - Estradas de Portugal, S.A. - Del. Reg. Santarém	1.000,00	Execução de Uma Conduta Elevatória de Águas Residuais, em Paralelismo à E 118 ao Km 73+300 - Gouxaria - Lado Drº
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	3.500,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Branca
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	7.500,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR do Couço
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	3.500,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Brogueira em Torres Novas
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	31.250,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR em Torres Novas
E.P. - Estradas de Portugal, S.A. - Del. Reg. Santarém	1.000,00	Execução dos Subst. San. V. do Vale, Branca e Santana do Mato - Inst. de um Coletor - Atravess. EN 114 ao Km 126+630
E.P. - Estradas de Portugal, S.A. - Del. Reg. Santarém	5.000,00	Instalação de uma Conduta Distribuidora de Abast. Água, em Atravessamento à EN 118 ao Km 55+160 em Marinhais
E.P. - Estradas de Portugal, S.A. - Del. Reg. Santarém	2.147,50	Instalação de uma Conduta adutora de Abast. Água, em Atravessamento à EN 114 ao Km 118+190 e 118+280 - ZIMB
E.P. - Estradas de Portugal, S.A. - Del. Reg. Santarém	19.569,00	Instalação de um Coletor de Águas Residuais - EN 10 e EN 118 em Benavente
Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional	878.393,32	Financiamento Parcial da Contrapartida Nacional da Operação QREN POVT-12-0146-FCOES-000126
Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional	1.198.817,17	Financiamento Parcial da Contrapartida Nacional da Operação QREN POVT-12-0146-FCOES-000168
António A. Silva e António Borges de Oliveira	142,89	Servidão Administrativa da Parcela 16A, artº 69 da Secção 038 - Fazendas de Almeirim - Subst. San. de Paços Negros
António A. Silva e António Borges de Oliveira	142,89	Servidão Administrativa da Parcela 16, artº 69 da Secção 038 - Fazendas de Almeirim - Subst. San. de Paços Negros
Herdeiros de Francisco Guilherme Cocharro	140,37	Servidão Administrativa da Parcela 12, artº 73 da Secção 038 - Fazendas de Almeirim - Subst. San. de Paços Negros
Herdeiros de Fernando Jacinto	175,79	Servidão Administrativa da Parcela 2, artº 86 da Secção 038 - Fazendas de Almeirim - Subst. San. de Paços Negros
Isabel Maria Canavarro da Costa Macedo Vaz	7.904,85	Servidão Administrativa da Parcela 1, artº 5 da Secção V-VI - Foros da Charneca - Biscainho
Maria Eugénia da Câmara Ferreira Pinto B.A.Rio	168,94	Servidão Administrativa da Parcela 8, artº 2 da Secção CC-CCI - Foros da Charneca - Biscainho
António Nuno Nunes Alves Pereira Joaquim	4.246,11	Servidão Administrativa da Parcela 7 e 7.1, artº 1 da Secção CC-CCI - Foros da Charneca - Biscainho
E.P. - Estradas de Portugal, S.A. - Del. Reg. Santarém	12.171,50	Implantação de Conduta de Abast. de Água na EN 243 entre o KM 62+357 e o KM 65+961 - Parreira/Gavião/Chouto
E.P. - Estradas de Portugal, S.A. - Del. Reg. Santarém	1.000,00	Execução de Vale, em Paralelismo à EN 10 ao KM 107+793, Lado Direito - Porto Alto
E.P. - Estradas de Portugal, S.A. - Del. Reg. Santarém	1.000,00	Implantação de Conduta Adutora de Abast. Água à EN 243 ao KM 38+940 - Subsistema Abast. Água de Riachos
E.P. - Estradas de Portugal, S.A. - Del. Reg. Santarém	2.730,00	Instalação de Conduta de Abast. Água na EN 367 entre o KM 6+600 e o KM 6+860 - Lado Esquerdo - Glória do Ribatejo
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	10.000,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Zona Industrial do Monte da Barca
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	18.750,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Riachos
E.P. - Estradas de Portugal, S.A. - Del. Reg. Santarém	10.800,00	Instalação de Condutas Adutoras de Abast. Água em Atravessamento à EN 243 ao KM 45+340 e ao KM 45+000
E.P. - Estradas de Portugal, S.A. - Del. Reg. Santarém	1.000,00	Instalação de um Coletor Gravítico de Saneamento à EN 118 ao KM 30+080 - Município de Benavente
E.P. - Estradas de Portugal, S.A. - Del. Reg. Santarém	5.000,00	Implantação de Condutas Adutoras de Abastecimento de Água - Vertente em Baixa - Vale Tripelro
E.P. - Estradas de Portugal, S.A. - Del. Reg. Santarém	1.000,00	Instalação de Uma Conduta Adutora do Abastecimento de Água à Entrada de Montinhos dos Pegos
Legítimos Proprietários	1.287,08	Expropriações - Subsistema de Saneamento de Chouto/Gaviãozinho
Valana-Sociedade Agro-Cinegética, Lda	789,94	Expropriação Administrativa da Parcela 3, artº 1 da Secção AA-AAI - Couço
Dora Maria Pereira Carvalho Freire	541,00	Expropriação Administrativa da Parcela EE03, artº 42 da Secção KK - Pinheiro Grande
Herdeiros de Maria Amélia de Melo C. Vaz Monteiro	1.237,00	Expropriação Administrativa da Parcela ETAR, artº 9 da Secção D - Ulme/Chamusca
Herdeiros de José Norberto Frazão Pedroso	1.651,72	Servidão Administrativa da Parcela 3, artº 20 da Secção X - Chamusca
F.Ramada II - Imobiliária SA, Outros e Arrendatário Rural Silveira - Soc. Silveira Calma, SA	5.906,19	Servidão Administrativa da Parcela 7, artº 2 da Secção E - Vale de Cavalos/Chamusca

A favor de	Valor	Objectivo
Herdãos de Maria Manuela Lizardo Gomes R. Barracas	1298,06	Serviço Administrativo da Parcela 6, artº 2 da Secção Q - Ulme/Chamusca
Custódia Augusta Ildelonso	973,60	Expropriação Administrativa da Parcela EE03, artº 26 da Secção J - Parrelhal/Chamusca
Herdãos de José Norberto Frazão Pedrosa	640,00	Expropriação Administrativa da Parcela 1, artº 20 da Secção X - Chamusca
Legítimos Proprietários	100.534,75	Expropriação Administrativa - Subsistema de Saneamento de Ríachos
Legítimos Proprietários	193,20	Serviço Administrativo - Subsistema de Abastecimento de Água da Carregueira - Atriplado
Legítimos Proprietários	486,00	Serviço Administrativo - Subsistema de Abastecimento de Água da Carregueira - Atriplado
E.P. - Estradas de Portugal S.A. - Del. Reg. Santarém	1.900,00	Remodelação e Reparação de Colector na EN 3 - Concelho do Entroncamento
Legítimos Proprietários	13.650,00	Serviço Administrativo - Redes de Saneamento Municipal de Benavente - Saneamento da Estevela
Legítimos Proprietários	8.718,00	Serviço Administrativo - Sistema da Brogueira
Legítimos Proprietários	10.469,76	Serviço Administrativo - Subsistema de Saneamento do Biscaíño / Foros da Charneca
Legítimos Proprietários	2.616,26	Serviço Administrativo - Rede de Águas Domésticas da Fajarda
Legítimos Proprietários	616,34	Serviço Administrativo - Subsistema de Saneamento de Foros de Coruche (Ligação à ETAR Existente)
Legítimos Proprietários	3.213,60	Serviço Administrativo - Rede de Águas Domésticas da Fajarda
Legítimos Proprietários	7.056,00	Serviço Administrativo - Rede de Saneamento de Foros da Salvaterra
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, IP.	16.000,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR Cerrado das Águas
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, IP.	7.600,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR Bordo do Pinheiro - Benavente
TOTAL	4.858.507,04 €	



Martins Pereira
João Careca & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Martins Pereira
João Careca
Alec Beerten
Elsa Cândia Martins

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as Demonstrações Financeiras da AR – ÁGUAS DO RIBATEJO, EM, S.A. as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015, (que evidencia um total de 98.628.219 euros e um total de capital próprio de 55.340.194 euros, incluindo um resultado líquido de 1.534.051 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, as Demonstrações dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio, e o Anexo, do exercício findo naquela data.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



Martins Pereira
[Signature]

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **AR – ÁGUAS DO RIBATEJO, EM, S.A.** em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 22 de março de 2016

[Signature]
ma

Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.
Representada por
João António Carvalho Careca, ROC n.º 849



Martins Pereira
João Careca & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Manuel Martins Pereira
João Careca
Alac Beerlen
Elsa Cândia Martins

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas

Em cumprimento da lei e do mandato que nos foi confiado, apresentamos o relatório da nossa ação fiscalizadora e o nosso parecer sobre o relatório de gestão, demonstrações financeiras e proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da **AR – ÁGUAS DO RIBATEJO, EM, S.A.**, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Relatório

No desempenho das funções que nos são atribuídas pelo artº 420 do Código das Sociedades Comerciais, acompanhámos regularmente a atividade da Sociedade, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e normas contabilísticas e de relato financeiro que lhe estão subjacentes e, ainda, através dos contactos estabelecidos com o Conselho de Administração e os Serviços, que nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

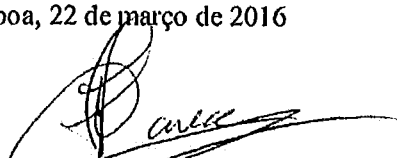
Em resultado do trabalho efetuado, é nossa convicção que o relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras, são suficientemente esclarecedores da situação da Sociedade e satisfazem as disposições legais e estatutárias.

Parecer

Considerando as análises e os trabalhos efetuados, e tendo em atenção o teor da Certificação Legal das Contas, que emitimos, somos de parecer que, a Assembleia Geral da **AR – ÁGUAS DO RIBATEJO, EM, S.A.:**

- a) aprove o relatório do Conselho de Administração e as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015;
- b) aprove a proposta de aplicação de resultados constante do relatório do Conselho de Administração.

Lisboa, 22 de março de 2016


Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.
Representada por
João António Carvalho Careca, ROC n.º 849

AGROALPIARÇA
C. I. P. R. L.

MUNICÍPIO DE ALPIARÇA
REGISTRO
13 ABR. 2016 3674
Classif. A-8

Exmo Senhor,

Presidente da C. M. de Alpiarça

Dr. Mário Fernando Pereira

Alpiarça

Se Presidente

Sugiro que sejam anexadas aos documentos de Prestação de Contas de 2015 e enviados à Reunião de Câmara que aprova a Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2015 à Superior Colaboração de U.T.A.

Junto enviamos os seguintes documentos referentes à aprovação do Relatório e Contas da Direção e do Parecer do Conselho Fiscal relativo ao ano de 2015 da Agroalpiarça realizado na Assembleia-geral de 07 de Abril de 2016:

- Convocatória da Assembleia-geral.
- Relatório de Gestão da Direção.
- Parecer do Conselho Fiscal.
- Balanço e Demonstração de Resultados de 2015.
- Minuta da Ata aprovada.

Anexar os documentos de Prestação de Contas de 2015 e enviar à próxima reunião de Câmara.
18.07.2016

Alpiarça, 12 de Abril de 2016

para R.P.



AGROALPIARÇA

C. I. P. R. L.

ESTÁ CONFORME
O ORIGINAL

[Assinatura]

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

CONVOCATÓRIA

Nos termos da Lei e dos nossos Estatutos, convoco a Assembleia Geral da AGROALPIARÇA – Produção Agrícola, CIPRL, para reunir ordinariamente, na nossa sede, Rua José Relvas nº 387, em Alpiarça, pelas 17:00 Horas, do dia 07 de Abril de 2016 (Quinta-feira), com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciar, discutir e votar o Relatório e Contas da Direcção e o Parecer do Conselho Fiscal relativo ao ano de 2015.
2. Outros assuntos de interesse para a Cooperativa.

Não havendo número suficiente de presenças na hora indicada, a Assembleia reunirá uma hora depois com qualquer número de cooperantes.

Alpiarça, 24 de Março de 2016

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

[Assinatura]
(Fernando Almeida Loureiro)



AGROALPIARÇA – PRODUÇÃO AGRÍCOLA, CIPRI

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO 2015

*Está conforme
o original.
Háim Ropke*

A Direcção da Agroalpiarça vem submeter à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão relativo ao ano de 2015.

Tal como em anos anteriores a principal atividade da cooperativa centrou-se na exploração da vinha, produção e venda de vinho.

No ano de 2015 a produção foi colhida na mesma área do ano anterior, 44,55 hectares, tendo sido inferior em 110.000 litros de vinho em relação a 2014, atingindo o total de 307.000 litros, assim distribuídos: 160.000 litros de Vinho Tinto Apto a Regional Tejo, 100.000 litros de Vinho Tinto Apto a DOP "DoTejo", 5 000 litros de vinho rosé, 22.000 litros de Vinho Branco Apto a Regional Tejo e 20 000 litros de vinho branco apto a DOP "DoTejo". De realçar neste ano a produção de 13 800 litros de Vinho Licoroso Abafado Apto a DOP "Do Tejo" e a venda de 128 095 Kg de uvas.

Aos terrenos sobre administração da cooperativa denominados de culturas arvenses, a direcção continua a optar pelo arrendamento, de acordo com o que vem sendo praticado nos últimos anos, sendo neste ano cerca de 130 hectares, nomeadamente as propriedades, Courela da Quinta, Quinta dos Patudos, Alto Castelo, Cardeira de Cima, Cardeira de Baixo, Pinhal da Torre, Vale da Cigana e Os Quarenta.

Continuámos, em 2015, a manter um cuidado no tratamento das nossas vinhas, bem como a fazer as operações culturais necessárias à manutenção de uma boa sanidade das mesmas.

A comercialização com valor acrescentado, em garrafas e bag-in-box tem vindo a estabilizar, continuando a ser uma dificuldade, que advém da enorme concorrência e agressividade comercial do setor, sobretudo na garrafa.

Quanto a perspectivas futuras, a Direcção continua a ver com alguma apreensão o futuro da Cooperativa, tendo em conta a sua difícil situação económica, agravada pelo mau momento porque passa a agricultura portuguesa e o próprio país.

Durante o ano de 2015, pelas razões expostas, foi possível cumprir os compromissos financeiros assumidos, nomeadamente com o Novo Banco.

A produção de vinho em 2015, já referida, foi inferior à do ano de 2014. Os preços do vinho a granel continuam baixos, agravados pela forte concorrência nos vinhos, o que nos prejudica, se tivermos em conta que ainda temos de vender alguma quantidade de vinho por esta via. A Cooperativa continua a dar passos para iniciar o engarrafamento em quantidade e para o estágio de vinhos. No entanto esta Direcção continuará a intensificar a procura de novos mercados e clientes para podermos atingir esses objectivos, assim que estiverem criadas condições para tal.

Continuámos a fazer várias reparações nos edifícios da Cooperativa, ao nível dos telhados e das paredes, já bastante necessitados. Felizmente, neste momento é possível efectuar estes trabalhos de manutenção dos edifícios, graças à estabilização da situação financeira da Cooperativa.

Quanto ao balanço, devemos realçar o facto de o capital próprio da cooperativa continuar a ser negativo, embora esse valor continue a ter uma redução significativa, pelo que terão de continuar a ser tomadas as necessárias medidas correctivas.

Analisando a Demonstração de Resultados do ano de 2015, podemos concluir que o resultado é positivo em cerca de 40 597,80 €.

Não ocorrem fases subsequentes à data do balanço.

A Direcção da Agroalpiarça propõe assim que o resultado líquido do exercício positivo de 40.597,80 € tenha a seguinte aplicação:

40 597,80 €- Para Resultados Transitados.

AGROALPIARÇA, CIPRI

A Direcção

Alpiarça, 31 de Março de 2016

1.º D. Pedro G. A. Ar...
António Nozomita

ESTÁ CONFORME
O ORIGINAL

AGROALPIARÇA, C.I.P.R.L.

Parecer do Conselho Fiscal

Henri Ruyro

Senhores Cooperadores,

1. Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Atividades e as Demonstrações Financeiras apresentados pela direção da AGROALPIARÇA, PRODUÇÃO AGRÍCOLA, COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

2. No decurso do exercício, acompanhámos com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Cooperativa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação. Vigiamos também, pela observância da lei e dos estatutos.

3. No âmbito das nossas funções, verificámos que:

a) O Balanço (e correspondente Anexo - com uma nova apresentação) e a Demonstração da alteração do capital próprio, findos em 31/12/2015, permitem uma adequada leitura e compreensão da situação financeira da Cooperativa e dos seus resultados. Sendo os mesmo apresentados de uma forma clara;

b) As políticas contabilísticas e os critérios adotados foram adequados;

c) O Relatório de Atividades é suficientemente esclarecedor da evolução da atividade da Cooperativa e da atual situação, evidenciando os aspetos mais significativos, como por exemplo o resultado líquido do ano de 2015 que foi de 40.597,80€;

d) Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas da Direção, do TOC e o explanado no relatório de contas, reconhecemos que tem sido feito um grande trabalho nos últimos anos para a redução das dívidas. Nunca perdendo o objetivo de continuar a fazer os investimentos necessários e ponderados em paralelo, para criar bons produtos e ser competitivo neste mercado, onde a credibilidade e os bons produtos não podem ser comprometidos;

4. Assim somos de parecer que:

Seja aprovado o Relatório de Atividades e Demonstrações Financeiras, não só por estarem corretas, mas também pelo esforço, dedicação, trabalho e o empenho que trabalhadores, cooperantes e direção tem tido ao longo destes últimos anos para recuperar esta cooperativa.

Alpiarça, 07/04/2016

O Presidente do Conselho Fiscal

João Pedro Antunes Osório

O 1º Vogal

Dora João Batista

O 2º Vogal

Raul Rodrigues Grazina

ESTA CONFORME
O ORIGINAL

Sanjo Paulo

Balanço - (modelo normal) em 31-
12-2015
(montantes em euros)

AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA, CIPRL

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2015	2014
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	296 943,63	302 749,31
Ativos biológicos	18	130 011,85	130 011,85
Participações financeiras - outros métodos		889,18	889,18
		427 844,66	433 650,34
Ativo corrente			
Inventários	19	188 078,56	151 118,42
Clientes	28	76 862,52	73 080,80
Estado e outros entes públicos	26	4 256,17	7 424,22
Outras contas a receber	28	15 592,64	8 857,22
Diferimentos		2 112,55	1 629,52
Caixa e depósitos bancários	4	8 302,56	19 537,58
		295 205,00	261 647,76
Total do ativo		723 049,66	695 298,10
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio	30		
Capital realizado	28	150 000,00	150 000,00
Reservas legais		8 882,33	8 882,33
Outras reservas		93 733,51	93 733,51
Resultados transitados		(403 404,30)	(355 796,30)
Outras variações no capital próprio		34 707,20	42 239,14
Resultado líquido do período		40 597,80	(47 608,00)
Total do capital próprio		(75 483,46)	(108 549,32)
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	11;28	467 018,16	486 644,28
Outras contas a pagar	28	10 076,30	12 262,99
		477 094,46	498 907,27
Passivo corrente			
Fornecedores	28	47 008,44	46 461,90
Adiantamentos de clientes	28	6 500,00	6 500,00
Estado e outros entes públicos	26	2 227,21	1 407,03
Financiamentos obtidos	11;28		10 000,00
Outras contas a pagar	28	265 703,01	240 571,22
		321 438,66	304 940,15
Total do passivo		798 533,12	803 847,42
Total do capital próprio e do passivo		723 049,66	695 298,10

AGROALPIARÇA, CIPRL

Direcção

CC N° 9019 (Carlos Ferreira)

**Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo normal) do período de 2015
(montantes em euros)**

**AGROALPIARÇA - PROD.
AGRÍCOLA, CIPRL**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	21	202 347,16	228 040,24
Subsídios à exploração	23	12 662,23	12 607,77
Variação nos Inventários da produção	19	37 216,33	4 127,22
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	(36 675,71)	(55 457,64)
Fornecimentos e serviços externos	31	(113 160,99)	(128 455,59)
Gastos com o pessoal	29	(128 453,42)	(129 316,02)
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	21	96 043,98	55 235,12
Outros gastos e perdas		(14 955,82)	(15 627,82)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		55 023,76	(28 846,72)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7;8	(6 905,68)	(9 499,38)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		48 118,08	(38 346,10)
Juros e gastos similares suportados	11	(7 418,92)	(9 132,86)
Resultado antes de impostos		40 699,16	(47 478,96)
Imposto sobre o rendimento do período	26	(101,36)	(129,04)
Resultado líquido do período		40 597,80	(47 608,00)

AGROALPIARÇA, CIPRL

Direção

A. Direção

CC Nº 9019 (Carlos Ferreira)

**Demonstração dos Fluxos de Caixa do
período findo em 31-12-2015
(montantes em euros)**

**AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA,
CIPRL**

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2015	2014
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		198 352,57	263 552,99
Pagamentos a fornecedores		(125 182,07)	(167 743,59)
Pagamentos ao pessoal	29	(127 719,87)	(146 748,49)
Caixa gerada pelas operações		(54 549,37)	(50 939,09)
Pagamento/recebimento do Imposto sobre o rendimento		(129,04)	(126,34)
Outros recebimentos/pagamentos		79 823,62	56 878,01
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		25 145,21	5 812,58
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	8	(1 100,00)	(13 936,76)
Recebimentos provenientes de:			
<i>Subsídios ao investimento</i>		2 186,69	27 727,93
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		1 086,69	13 791,17
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>	11	(29 626,12)	(9 626,12)
<i>Juros e gastos similares</i>	11	(7 840,80)	(9 178,58)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(37 466,92)	(18 804,70)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(11 235,02)	799,05
Caixa e seus equivalentes no início do período		19 537,58	18 738,53
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	8 302,56	19 537,58

AGROALPIARÇA, CIPRL

4 Direção

Direção

Notória

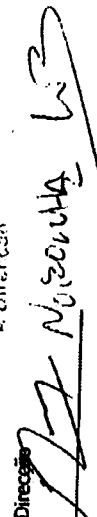
CC Nº 9019 (Carlos Ferreira)

Demonstração das Alterações no Capital Próprio do período findo em 31-12-2015
(montantes em euros)

AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA, CIPRI

DESCRIÇÃO	Atas	Capital Realizado	Ações/quotas próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Premios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transfidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015 6		150 000,00				8 002,33	93 733,51	(355 796,30)			42 239,14	(47 608,00)	(100 549,32)		(100 549,32)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								(47 608,00)			(7 531,94)	47 608,00	(7 531,94)		(7 531,94)
7															
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 8								(47 608,00)			(7 531,94)	47 608,00	(7 531,94)		(7 531,94)
RESULTADO INTEGRAL 9=7+8												40 597,00	40 597,00		40 597,00
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												33 065,86	33 065,86		33 065,86
10															
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2015 6+7+8+10		150 000,00				8 002,33	93 733,51	(403 404,30)			34 707,20	40 597,00	(75 483,46)		(75 483,46)

AGROALPIARÇA, CIPRI
A Direção

Direção 

CC Nº 9019 (Carlos Ferreira)

AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA, CIPRI

ARROYO PLAZA, CAL.

—

HA LB

CC Nº 9019 (Carlos Ferreira)

1 - Identificação da entidade**1.1. Dados de identificação**

Designação da entidade: AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA, CIPRL
Sede social: RUA JOSÉ RELVAS 387
Natureza da atividade: Agricultura e produção animal combinadas

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Primeira adoção do novo referencial

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos Itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2015 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31-12-2014.

3 - Principais políticas contabilísticas**3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Moeda de apresentação

A Direcção

Direcção

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não forem depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas. Os gastos de desenvolvimento são capitalizadas, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de ativos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método da equivalência patrimonial no item "Investimentos financeiros - método da equivalência patrimonial".

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas pelas variações dos capitais próprios e pelo valor correspondente à participação da entidade nos resultados líquidos das empresas detidas. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos

capitais próprios na percentagem devida, à data da aquisição, é considerado "Goodwill", sendo reconhecido no ativo e a sua recuperação sujeita a teste de imparidade. Caso a diferença seja negativa ("Goodwill negativo"), é reconhecido na demonstração dos resultados

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC..

A Entidade procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas e com base na taxa normal de IRC aplicável ao próximo período económico.

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses

empréstimos. Os encargos financeiros apurados de com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios", são transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4 - Fluxos de caixa

Balanço - (modelo normal) - Caixa e depósitos bancários

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Caixa e seus equivalentes no fim do período

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	150,00			150,00
Depósitos à ordem	18 387,58		10 235,02	8 152,56
Outros depósitos bancários	1 000,00		1 000,00	
Total	19 537,58		11 235,02	8 302,56

Quadro comparativo:

AGROALPIARÇA, CIPRI

Direção

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	150,00			150,00
Depósitos à ordem	18 588,53		200,95	18 387,58
Outros depósitos bancários		1 000,00		1 000,00
Total	18 738,53	1 000,00	200,95	18 537,58

7 - Ativos Intangíveis*Balanço - (modelo normal) - Ativos intangíveis**Balanço - (modelo normal) - Excedentes de revalorização**Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)**Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Gastos/reversões de depreciação e de amortização**Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações**Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis***7.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, conforme quadro seguinte:**

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvidos	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamento s et. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período			49,72	636,72				686,44
Amortizações acumuladas totais no fim do período			49,72	636,72				686,44
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início			49,72	636,72				686,44
Amortizações acumuladas			49,72	636,72				686,44
Saldo no início do período								
Variações do período								
Total de aumentos								
Total diminuições								
Saldo no final do período								

Quadro comparativo:

AGROALPIARÇA, CIPRL

Direção

a Direção

8 - Ativos fixos tangíveis*Balanço - (modelo normal) - Ativos fixos tangíveis**Balanço - (modelo normal) - Excedentes de revalorização**Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)**Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Gastos/reversões de depreciação e de amortização**Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações**Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis***8.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:**

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamento s AFT	TOTAL
Valor bruto no início	252 374,54	133 048,87	500 556,84	139 555,74	28 283,84		28 192,51			1 082 012,34
Depreciações acumuladas	7 134,54	105 728,49	470 367,91	139 555,74	28 283,84		28 192,51			779 263,03
Saldo no início do período	245 240,00	27 320,38	30 188,93							302 749,31
Variações do período		(2 656,12)	(3 148,96)							(5 805,04)
Total de aumentos			1 100,00							1 100,00
Aquisições em primeira mão			1 100,00							1 100,00
Total diminuições		2 656,12	4 248,96							6 905,08
Depreciações de período		2 656,12	4 248,96							6 905,08
Saldo no fim do período	245 240,00	24 664,26	27 039,97							296 943,63
Valor bruto no fim do período	252 374,54	133 048,87	501 656,84	139 555,74	28 283,84		28 192,51			1 082 112,34
Depreciações acumuladas no fim do período	7 134,54	108 384,61	474 617,41	139 555,74	28 283,84		28 192,51			786 148,71

Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamento s AFT	TOTAL
Valor bruto no início	252 374,54	127 551,11	490 490,93	139 555,74	28 283,84		28 192,51	1 626,91		1 068 075,58
Depreciações acumuladas	6 994,54	102 081,62	464 655,40	139 555,74	28 283,84		28 192,51			769 763,65
Saldo no início do período	245 380,00	25 469,49	25 835,53					1 626,91		290 311,93
Variações do período	(140,00)	1 858,69	4 353,40					(1 626,91)		4 437,38
Total de aumentos		5 497,76	10 065,91							15 563,67
Aquisições em primeira mão		5 497,76	10 065,91							15 563,67
Total diminuições	140,00	3 646,87	5 712,51					1 626,91		11 126,29
Depreciações do período	140,00	3 646,87	5 712,51							9 499,38
Abates								1 626,91		1 626,91
Saldo no fim do período	245 240,00	27 320,38	30 188,93							302 749,31
Valor bruto no fim do período	252 374,54	133 048,87	500 556,84	139 555,74	28 283,84		28 192,51			1 082 012,34
Depreciações acumuladas no fim do período	7 134,54	105 728,49	470 367,91	139 555,74	28 283,84		28 192,51			779 263,03

AGROALPIARÇA, CIPRL

Direção

11 - Custos de empréstimos obtidos*Balanço - (modelo normal) - Financiamentos obtidos**Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Juros e gastos similares suportados**Demonstração dos Fluxos de Caixa - Financiamentos obtidos**Demonstração dos Fluxos de Caixa - Juros e gastos similares***11.1. Política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos****11.2. Política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:**

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispendios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitaliza dos	Custos emp.em gastos
Empréstimos gerânicos			467 010,16	7 840,80	7 840,80				
Instituições de crédito e sociedades financeiras			171 495,51	7 840,80	7 840,80				
Participantes de capital			295 522,65						
Outros participantes - suprimentos e outros			295 522,65						
Empréstimos específicos									
Total dos Empréstimos			467 010,16	7 840,80	7 840,80				

Quadro comparativo:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispendios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitaliza dos	Custos emp.em gastos
Empréstimos gerânicos		10 000,00	486 044,28	9 178,58	9 078,58				
Instituições de crédito e sociedades financeiras		10 000,00	191 121,63	9 178,58	9 078,58				
Participantes de capital			295 522,65						
Outros participantes - suprimentos e outros			295 522,65						
Empréstimos específicos									
Total dos Empréstimos		10 000,00	486 044,28	9 178,58	9 078,58				

18 - Agricultura*Balanço - (modelo normal) - Ativos biológicos***18.2. Apuramento do custo dos ativos biológicos vendidos e consumidos**

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Ativos biológicos iniciais	130 011,85	96 357,32
Compras de ativos biológicos	1 804,50	12 600,00
Reclassificação de ativos biológicos		
Ativos biológicos finais	130 011,85	130 011,85
Custo dos ativos biológicos consumidos	1 804,50	(21 054,53)

18.3. Apuramento da variação em ativos biológicos

AGROALPIARÇA, CIPRI

Direcção

A Direcção

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Ativos biológicos iniciais	130 011,85	96 357,32
Reclassificação de ativos biológicos		
Ativos biológicos finais	130 011,85	130 011,85
Variação em ativos biológicos		33 654,53

19 - Inventários*Balanco - (modelo normal) - Inventários**Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Variação nos inventários da produção**Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas**Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Imparidade de inventários (perdas/reversões)***19.1. Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada****19.2. Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:**

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais	145,26	3 670,84	3 816,10	152,26	5 837,58	5 990,24
Compras		35 994,86	35 994,86		40 683,50	40 683,50
Reclassificação e regularização de inventários						
Inventários finais	145,26	4 794,49	4 939,75	145,26	3 670,84	3 816,10
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		34 871,21	34 871,21	7,00	42 850,64	42 857,64
OUTRAS INFORMAÇÕES						

19.3. Apuramento da variação de produção e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Descrição	Prod. Acabados e Interm.	Subprodutos, desp e refugos	Prod e trab em curso	Total Período	Prod. Acab. e Interm. Per. Anterior	Subprd, desp e refugos Per. Anterior	Prod e trab. em curso Per. Anterior	Total Período Anterior
APURAMENTO DA VARIAÇÃO DE PRODUÇÃO								
Inventários finais	137 407,72	45 731,09		183 138,81	118 001,66	29 300,66		147 302,32
Reclassificação e regularização de inventários	(1 160,84)	(219,00)		(1 379,84)	(1 215,50)			(1 215,50)
Inventários iniciais	118 001,66	29 300,66		147 302,32	149 746,61	28 798,52		178 545,13
Variação da produção	28 846,98	16 649,43		27 216,33	(38 029,45)	802,14		(29 527,31)
OUTRAS INFORMAÇÕES								

21 - Rédito*Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Vendas e serviços prestados**Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Outros rendimentos e ganhos**Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Juros e rendimentos similares obtidos***21.1. Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para**

Direcção

determinar a fase de acabamento da transações que envolvem a prestação de serviços

- 21.2. Quantia de cada categoria significativa de réditos reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Vendas de bens	200 742,12	228 040,24
Prestação de serviços	1 605,04	
Total	202 347,16	228 040,24

23 - Subsídios do Governo e apoios do Governo

Balanço - (modelo normal) - Outras variações no capital próprio

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Subsídios à exploração

- 23.1. Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras
- 23.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento									
Para activos fixos tangíveis									
Para activos intangíveis									
Para outras naturezas de activos									
Subsídios à exploração			12 662,23						
Valor dos reembolsos efetuados no período									
De subsídios ao investimento									
De subsídios à exploração									
Total			12 662,23						

Quadro comparativo:

AGROALPIARÇA, CIPRL
a Direcção

Direcção

Descrição	Do Estado - Valor Total	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Total	Outras Ent.- Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento				
Para ativos fixos tangíveis				
Para ativos intangíveis				
Para outras naturezas de ativos				
Subsídios à exploração		12 607,77		
Valor dos reembolsos efetuados no período				
De subsídios ao investimento				
De subsídios à exploração				
Total		12 607,77		

26 - Impostos e contribuições*Balanco - (modelo normal) - Ativos por impostos diferidos**Balanco - (modelo normal) - Estado e outros entes públicos**Balanco - (modelo normal) - Passivos por impostos diferidos**Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Ajustamentos por impostos diferidos**Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Imposto sobre o rendimento do período***26.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:**

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	40 699,16	(47 478,96)
Imposto corrente	101,36	129,04
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período	101,36	129,04
Tributações autônomas	101,36	129,04
Taxa efetiva de imposto	0,24	(0,27)

26.2. Imposto diferido e corrente reconhecido nos resultados e em capitais próprios, conforme quadro seguinte

Descrição	Resultados	Capitais próprios	Total	Resultados Per. Anterior	Cap. Próprios Per. Anterior	Total Período Anterior
Imposto do período	101,36		101,36	129,04		129,04
Gastos (rendimentos) de impostos reconhecidos no período e anteriormente reconhecidos como impostos diferidos provenientes de:						
Gastos (rendimentos) de impostos não reconhecidos anteriormente como impostos diferidos:						
Impostos do período - (determinações)						
Imposto diferido						
Imposto corrente	101,36		101,36	129,04		129,04

26.5. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Direção

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento		101,36		129,04
Imposto estimado		101,36		129,04
Retenção de impostos sobre rendimentos		868,36		767,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	4 256,17		7 424,22	
Contribuições para a Segurança Social		1 257,49		510,99
Total	4 256,17	2 227,21	7 424,22	1 407,03

28 - Instrumentos financeiros*Balanço - (modelo normal) - Clientes**Balanço - (modelo normal) - Adiantamentos a fornecedores**Balanço - (modelo normal) - Acionistas/sócios**Balanço - (modelo normal) - Outras contas a receber**Balanço - (modelo normal) - Ativos financeiros detidos para negociação**Balanço - (modelo normal) - Outros ativos financeiros**Balanço - (modelo normal) - Capital realizado**Balanço - (modelo normal) - Outros instrumentos capital próprio**Balanço - (modelo normal) - Financiamentos obtidos**Balanço - (modelo normal) - Outras contas a pagar**Balanço - (modelo normal) - Fornecedores**Balanço - (modelo normal) - Adiantamentos de clientes**Balanço - (modelo normal) - Passivos financeiros detidos para negociação**Balanço - (modelo normal) - Outros passivos financeiros**Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)***28.3. Categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:**

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimen to Inicial
Ativos financeiros:			92 455,16		
Clientes			76 862,52		
Outras contas a receber			15 592,64		
Passivos financeiros:			798 308,91		
Fornecedores			47 088,44		
Adiantamentos de clientes			6 500,00		
Financiamentos obtidos			467 018,16		
Outras contas a pagar			275 779,31		
Ganhos e perdas líquidos:			(307,00)		
De ativos financeiros			(204,37)		
De passivos financeiros			(102,63)		
Rendimentos e gastos de juros:			(7 418,92)		
De passivos financeiros			(7 418,92)		

Quadro comparativo:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimen to Inicial
Ativos financeiros:			81 938,02		
Clientes			73 080,80		
Outras contas a receber			8 857,22		
Passivos financeiros:			802 440,39		
Fornecedores			46 461,90		
Adiantamentos de clientes			6 500,00		
Financiamentos obtidos			496 644,28		
Outras contas a pagar			252 834,21		
Ganhos e perdas líquidas:			(135,73)		
De ativos financeiros			(0,01)		
De passivos financeiros			(135,72)		
Rendimentos e gastos de juros:			(9 032,86)		
De passivos financeiros			(9 032,86)		

29 - Benefícios dos empregados

*Balanço - (modelo normal) - Responsabilidades por benefícios pós-emprego**Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Gastos com o pessoal**Demonstração dos Fluxos de Caixa - Pagamentos ao pessoal*

29.1. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	5,00	6 662,00	5,00	6 271,00
Pessoas remuneradas	5,00	6 662,00	5,00	6 271,00
Pessoas não remuneradas				
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	5,00	6 662,00	5,00	6 271,00
Pessoas a tempo completo	5,00	6 662,00	5,00	6 271,00
(das quais pessoas remuneradas)	5,00	6 662,00	5,00	6 271,00
Pessoas na tempo parcial				
(das quais pessoas remuneradas)				
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	5,00	6 662,00	5,00	6 271,00
Masculino	4,00	5 329,60	4,00	5 017,00
Feminino	1,00	1 332,40	1,00	1 254,00
Pessoas ao serviço da empresa afetas a I&D				
Prestadoras de serviços				
Pessoas colocadas por agências de trabalho temporário				

29.2. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Direcção

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	128 483,42	129 318,02
Remunerações do pessoal	109 186,36	112 234,69
Encargos sobre as remunerações	14 952,85	13 832,73
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	3 641,96	3 157,08
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	672,25	91,52

30 - Divulgações exigidas por diplomas legais*Balanço - (modelo normal) - Capital próprio***30.1. Informação por atividade económica**

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas	200 742,12	200 742,12
De mercadorias	202,95	202,95
De produtos acabados, semacabados resíduos e refugos	200 539,17	200 539,17
Prestações de serviços	1 605,04	1 605,04
Compras	37 789,36	37 789,36
Fornecimentos e serviços externos	113 160,99	113 160,99
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	36 675,71	36 675,71
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	34 871,21	34 871,21
Ativos biológicos	1 804,50	1 804,50
Variação nos inventários de produção	37 216,33	37 216,33
Gastos com o pessoal	128 483,42	128 483,42
Remunerações	109 186,36	109 186,36
Outros gastos	19 267,06	19 267,06
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	296 943,63	296 943,63
Total das aquisições	1 100,00	1 100,00
Propriedades de investimento		

Quadro comparativo:

Direção

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas	228 040,24	228 040,24
De mercadorias	109,40	109,40
De produtos acabados, semiacabados, resíduos e refugos	227 930,84	227 930,84
Compras	53 283,50	53 283,50
Fornecimentos e serviços externos	128 455,59	128 455,59
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	55 457,64	55 457,64
Mercadorias	7,00	7,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	42 850,64	42 850,64
Ativos biológicos	12 600,00	12 600,00
Variação nos Inventários de produção	5 087,22	5 087,22
Gastos com o pessoal	129 316,02	129 316,02
Remunerações	112 234,69	112 234,69
Outros gastos	17 081,33	17 081,33
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	302 749,31	302 749,31
Total das aquisições	15 563,67	15 563,67
(das quais edifícios e outras construções)	5 497,76	5 497,76
Propriedades de investimento		

30.2. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	200 742,12			200 742,12
Prestações de serviços	1 605,04			1 605,04
Compras	36 053,36	1 746,00		37 799,36
Fornecimentos e serviços externos	113 160,99			113 160,99
Aquisições de ativos fixos tangíveis	1 100,00			1 100,00
Rendimentos suplementares:	84 114,02			84 114,02
Outros rendimentos suplementares	84 114,02			84 114,02

Quadro comparativo:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	228 040,24			228 040,24
Prestações de serviços				
Compras	48 208,50	5 075,00		53 283,50
Fornecimentos e serviços externos	128 455,59			128 455,59
Aquisições de ativos fixos tangíveis	15 563,67			15 563,67
Rendimentos suplementares:	44 753,38			44 753,38
Outros rendimentos suplementares	44 753,38			44 753,38

Direcção

31 - Outras informações*Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Fornecimentos e serviços externos***31.1. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos**

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	8 007,52	7 578,44
Serviços especializados	24 915,92	35 842,57
Trabalhos especializados	8 331,49	6 254,70
Vigilância e segurança	25,50	72,00
Conservação e reparação	16 558,93	29 515,87
Materiais	1 544,20	13 950,19
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	788,65	12 819,06
Material de escritório	755,55	731,13
Energia e fluidos	48 456,85	38 751,69
Electricidade	36 183,93	22 492,46
Combustíveis	8 598,59	12 703,76
Água	2 072,15	2 311,78
Outros	1 602,18	1 243,69
Deslocações, estadas e transportes	381,80	123,20
Deslocações e estadas	76,60	42,00
Transportes de mercadorias	305,00	81,20
Serviços diversos	29 854,90	32 609,50
Rendas e alugueres	19 406,06	19 357,19
Comunicação	1 191,60	2 305,53
Seguros	3 075,11	3 090,61
Contencioso e notariado	4 411,80	6 157,00
Despesas de representação		210,40
Limpeza, higiene e conforto	692,66	264,51
Outros serviços	1 077,67	1 224,26
Total	113 160,99	128 455,59

AGROALPIARÇA, CH. 11.
& Direcção

Direcção

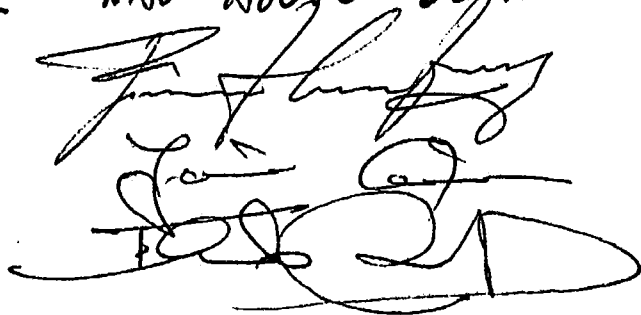
AGRO ALPIARÇA - CIPRL

ASSEMBLEIA-GERAL DE 07 DE ABRIL DE 2016

MINUTA DE ATA

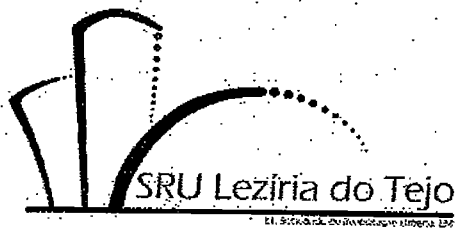
PONTO Nº 1 - RELATÓRIO E CONTAS DA DIREÇÃO E
PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATIVO
AO ANO 2015 APROVADOS POR
UNANIMIDADE.

PONTO Nº 2 - NÃO HOUVE DELIBERAÇÕES.



ESTA CONTÉM
O ORIGINAL

Assinatura



[Handwritten signature and initials]

LT, SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, EM.

Relatório de Gestão Anual - 2015



Índice

1	Introdução	4
2	Enquadramento	5
3	Caracterização da Operação	6
4	Trabalho Desenvolvido	7
	ALMEIRIM:	7
	ALPIARÇA:	9
	AZAMBUJA:	9
	CARTAXO:	10
	CHAMUSCA:	11
	CORUCHE:	12
	GOLEGÃ:	13
	RIO MAIOR:	14
	BENAVENTE:	15
5	Subsídio ao Investimento – Candidatura ao INALENTEJO	16
6	Demonstrações financeiras individuais	18
	6.1. Balanço Individual em 31 de dezembro de 2015	18
	6.2. Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de Dezembro de 2015	19
	6.3. Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de Dezembro de 2015	20
	6.4. Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais em 31 de Dezembro de 2015	21
7	Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais	Erro! Marcador não definido.3
	7.1. Nota introdutória	23
	7.2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	23
	7.2.1. Nota introdutória	23
	7.2.2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	23
	7.3. Principais políticas contabilísticas	25
	7.4. Ativos fixos tangíveis	29
	7.5 Propriedades de investimento	30
	7.6 Inventários	30
	7.7 Clientes	31
	7.8 Estado e outros entes públicos	31

7.9 Outras contas a receber	32
7.10 Diferimentos.....	32
7.11 Caixa e depósitos bancários	32
7.12 Capital realizado	33
7.13 Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital	33
7.14 Reserva legal	33
7.15 Outras contas a pagar	34
7.16 Fornecedores.....	34
7.17 Vendas e prestações de serviços.....	34
7.18 Variação da produção	35
7.19 Fornecimentos e serviços externos	35
7.20 Outros rendimentos e ganhos.....	35
7.21 Outros gastos e perdas.....	36
7.22 Eventos subsequentes.....	36
7.23 Informações exigidas por diplomas legais	37
7.24 Outras Informações.....	37
8 Investimento realizado.....	37
9 Perspetivas futuras.....	38
10 Proposta de aplicação de resultados	38

RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL – ANO 2015

1 Introdução

A LT - Sociedade de Reabilitação Urbana, EM pretende a execução de Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana das ARU, previamente delimitadas, dos seguintes Municípios: Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã e Rio Maior.

Os centros das cidades e vilas são repositórios característicos e únicos de opções seculares, traduzindo perspetivas de interpretação consolidadas relativamente à forma como as diferentes gerações de habitantes entendiam a organização do espaço na sua função de suporte ao desenvolvimento humano.

A necessidade de proceder a um diagnóstico rigoroso do estado do tecido urbano, quer ao nível da qualidade do edificado, infra-estruturas e espaços públicos, quer ao nível da componente social dos seus habitantes, torna-se essencial tendo em conta as mutações ocorridas nos municípios em causa, nas últimas décadas.

Constata-se particularmente que, em grande parte destes municípios, construir ou intervir, no que respeita aos centros urbanos consolidados tradicionais, não representa ainda, para o comum dos particulares uma mais-valia, um estímulo ou uma alternativa às áreas periféricas de expansão urbana.

Entende-se que a reabilitação e regeneração urbanas apresentam-se atualmente como elementos-chave da competitividade das cidades e vilas.

As Áreas de Reabilitação Urbana incidem sobre espaços urbanos que, por virtude da insuficiência, degradação e obsolescência dos edifícios, das infra-estruturas urbanas, dos equipamentos e dos espaços públicos de utilização coletiva, justificam uma intervenção integrada.

De acordo com o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana – Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de Outubro alterado pela Lei 37/2012 de 14 de Agosto, uma Operação de Reabilitação Urbana Sistemática é uma intervenção integrada de uma área para a reabilitação do edificado e para a qualificação das infra-estruturas, dos equipamentos e dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, visando a requalificação e revitalização do tecido urbano, associada a um programa de Investimento público.

Será no âmbito de uma Operação de Reabilitação Urbana Sistemática que se irá basear toda a metodologia de intervenção.

2 Enquadramento

Tendo em conta que o objetivo da operação é a elaboração de 10 programas estratégicos, importa referir que os Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana consistem em:

- a) Apresentar as opções estratégicas de reabilitação e de revitalização da área de reabilitação urbana, compatíveis com as opções de desenvolvimento de cada município;
- b) Estabelecer o prazo de execução da operação de reabilitação urbana;
- c) Definir as prioridades e especificar os objetivos a prosseguir na execução da operação de reabilitação urbana;
- d) Estabelecer o programa da operação de reabilitação urbana, identificando as ações estruturantes de reabilitação urbana a adotar, distinguindo, nomeadamente, as que têm por objeto os edifícios, as infra-estruturas urbanas, os equipamentos, os espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, e as atividades económicas;
- e) Determinar o modelo de gestão da área de reabilitação urbana e de execução da respetiva operação de reabilitação urbana;
- f) Apresentar um quadro de apoios e incentivos às ações de reabilitação executadas pelos proprietários e demais titulares de direitos e propor soluções de financiamento das ações de reabilitação;
- g) Definir o programa de investimento público onde se discriminem as ações de iniciativa pública necessárias ao desenvolvimento da operação;
- h) Definir o programa de financiamento da operação de reabilitação urbana, o qual deve incluir uma estimativa dos custos totais da execução da operação e a identificação das fontes de financiamento;
- i) Identificar, caso não seja o município a assumir diretamente as funções de entidade gestora da área de reabilitação urbana, quais os poderes que são delegados na entidade gestora, juntando cópia do ato de delegação praticado pelo respetivo órgão delegante, bem como, quando as funções de entidade gestora sejam assumidas por uma sociedade de reabilitação urbana, quais os poderes que não se presumem delegados.

Para além dos critérios descritos anteriormente, os Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana deverão ainda:

- a) Explicar sumariamente os fundamentos subjacentes à ponderação dos diversos interesses públicos e privados relevantes;
- b) Identificar os edifícios a reabilitar, o seu estado de conservação e a extensão das intervenções neles previstas;
- c) Identificar os respetivos proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos, ou mencionar, se for o caso, que os mesmos são desconhecidos;
- d) Definir e calendarizar as várias ações de reabilitação urbana a adotar no âmbito da unidade de intervenção, distinguindo, nomeadamente, as que têm por objeto os edifícios, as infra-estruturas urbanas, os equipamentos, os espaços urbanos e verdes de utilização coletiva e as atividades económicas;
- e) Especificar o regime de execução da operação de reabilitação urbana.

Tendo como princípio basilar a otimização do processo de angariação de economias de escala e de sinergias no processo de reabilitação urbana dos concelhos que integram a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, procurou-se igualmente ao nível de recursos humanos, uma gestão de trabalho eficiente e integrada.

3 Caracterização da Operação

O desenvolvimento do trabalho para elaboração dos programas estratégicos efetua-se em quatro fases distintas que se apresentam abaixo:

O desenvolvimento do trabalho para elaboração dos programas estratégicos efetua-se em quatro fases distintas que se apresentam abaixo:

1. Levantamento de campo:

- O trabalho de campo consiste no preenchimento escrito de uma Ficha-tipo após visita a cada imóvel, onde se caracteriza, entre outros aspetos, o tipo de ocupação, construção, propriedade, estado de conservação e situação face ao imóvel;
- Recolha de elementos gráficos, quer por meio de fotografia digital, quer com recurso a instrumentos de medição (medidor de distâncias laser, fita métrica) para a composição de desenhos e alçados de rua;

- Preparação de peças gráficas, nomeadamente Plantas de edificado, Plantas de espaço público e desenho de Alçados de Rua;
- Tabelas síntese com atualização de áreas.

2. Validação da informação

- Verificação e validação da informação.
- Retificação do material pelo município e pela LT-SRU para validação final.

3. Elaboração e Interpretação de elementos:

- Elaboração de gráficos, tabelas de interpretação, elementos de diagnóstico para apoio ao Programa Estratégico.

4. Elaboração do Programa estratégico

- Desenvolvimento e conclusão do Programa estratégico

4 Trabalho Desenvolvido

Para uma análise mais rigorosa apresenta-se o trabalho desenvolvido por Município, até à data 31 de Dezembro de 2015:

ALMEIRIM:

ARU 2 – ALMEIRIM

1 – Dados Gerais:

- Área: 16.98 HA
- Propriedades: 391
- Edifícios: 450
- Frações: 838
- Quarteirões: 9

2 - Realização de levantamentos aos edifícios e espaço público:

- O levantamento de caracterização do edificado e espaço público concluído.

- Caracterização e Diagnóstico da Situação atual da ARU concluído.

3 - Programa estratégico

- Realizou-se dia 1 de Abril de 2014, a apresentação do diagnóstico e da estrutura do Programa Estratégico para a ARU de Almeirim. No seguimento desta apresentação o executivo Municipal decidiu aumentar a área de intervenção da ARU, incluindo um espaço público exterior e edifícios cuja reabilitação é um objetivo a alcançar. Posto isto, foi efetuada a alteração ao limite da ARU de Almeirim.
- O Município definiu os projetos estruturantes e o investimento público a aplicar na ARU de Almeirim. Deu-se assim a finalização do documento do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana.
- Finalizado o Programa Estratégico, aprovado em reunião de câmara e submetido para período de discussão pública

ARU 3 – FAZENDAS DE ALMEIRIM

1 – Dados Gerais:

- Área: 38.28 HA
- Propriedades: 163
- Edifícios: 175
- Frações: 224
- Quarteirões: 5

2 - Realização de levantamentos aos edifícios e espaço público:

- O levantamento de caracterização do edificado pelo exterior e interior encontra-se concluído.
- Caracterização e Diagnóstico da Situação atual da ARU concluído.

3 – Programa Estratégico

- Finalizado o Programa Estratégico

ALPIARÇA:

ARU 3 – ALPIARÇA

1 – Dados Gerais:

- Área: 15.55
- Edifícios: 159
- Quarteirões: 7

2 - Realização de levantamentos aos edifícios e espaço público:

- O levantamento de caracterização do edificado pelo exterior e interior encontra-se concluído.
- Caracterização e Diagnóstico da Situação atual da ARU concluído

3 – Programa Estratégico

- Finalizado o Programa Estratégico

AZAMBUJA:

ARU 2 – AZAMBUJA

1 – Dados Gerais:

- Área: 9.0 HA
- Propriedades: 363
- Edifícios: 398
- Frações: 616
- Quarteirões: 13

2 - Realização de levantamentos aos edifícios e espaço público:

- O levantamento de caracterização do edificado pelo exterior e interior encontra-se concluído.
- Caracterização e Diagnóstico da Situação atual da ARU concluído

3 – Programa Estratégico

- Finalizado o Programa Estratégico

ARU 3 – AZAMBUJA – MANIQUE DO INTENDENTE

1 – Dados Gerais:

- Área: 2.67 HA
- Propriedades: 68
- Edifícios: 95
- Frações: 108

2 - Realização de levantamentos aos edifícios e espaço público:

- O levantamento de caracterização do edificado pelo exterior e interior encontra-se concluído.
- Caracterização e Diagnóstico da Situação atual da ARU concluído

3 – Programa Estratégico

- Finalizado o Programa Estratégico

CARTAXO:

ARU 2 – CARTAXO

1 – Dados Gerais:

- Área: 19.41 HA
- Propriedades: 453
- Edifícios: 629
- Frações: 945
- Quarteirões: 11

2 - Realização de levantamentos aos edifícios e espaço público:

- O levantamento de caracterização do edificado pelo exterior e interior encontra-se concluído.
- Caracterização e Diagnóstico da Situação atual da ARU concluído

3 – Programa Estratégico

- Finalizado o Programa Estratégico, aprovado em reunião de câmara e submetido para período de discussão pública

CHAMUSCA:

ARU 2 – CHAMUSCA

1 – Dados Gerais:

- Área: 8.68
- Edifícios: 159
- Quarteirões: 5

2 - Realização de levantamentos aos edifícios e espaço público:

- O levantamento de caracterização do edificado pelo exterior e interior encontra-se concluído.
- Caracterização e Diagnóstico da Situação atual da ARU concluído

3 – Programa Estratégico

- Finalizado o Programa Estratégico, aprovado em reunião de câmara e submetido para período de discussão pública

ARU 3 – CHAMUSCA

1 – Dados Gerais:

- Área: 28,41 Ha
- Edifícios: 650
- Quarteirões: 14

2 - Realização de levantamentos aos edifícios e espaço público:

- Quarteirões levantamento efetuado: 3 -Q1, Q2, Q3, Q4 e Q5, Q6.
- Quarteirões com levantamento iniciado: Q7.

CORUCHE:

ARU BAIRRO ALEGRE, AV. DO SORRAIA, AV. DO CASTELO

1 – Dados Gerais:

- Área: 9.08 HA
- Propriedades: 138
- Edifícios: 144
- Frações: 253
- Quarteirões: 7

2 - Realização de levantamentos aos edifícios e espaço público:

- O levantamento de caracterização do edificado pelo exterior e interior encontra-se concluído.
- Caracterização e Diagnóstico da Situação atual da ARU concluído

3 – Programa Estratégico

- Finalizado o Programa Estratégico

ARU DA VILA DO COUÇO

1 – Dados Gerais:

- Área: 13.88 HA
- Edifícios: 306
- Quarteirões: 16

2 - Realização de levantamentos aos edifícios e espaço público:

- O levantamento de caracterização do edificado pelo exterior e interior encontra-se concluído.
- Caracterização e Diagnóstico da Situação atual da ARU concluído

3 – Programa Estratégico

- Finalizado o Programa Estratégico

GOLEGÃ:

ARU 4 - AZINHAGA

1 – Dados Gerais:

- Área: 19.07 HA
- Propriedades: 211
- Edifícios: 243
- Frações: 271
- Quarteirões: 8
- Visitas ao interior das frações: 24,35%

2 - Realização de levantamentos aos edifícios e espaço público:

- O levantamento de caracterização do edificado pelo exterior e interior encontra-se concluído.
- Caracterização e Diagnóstico da Situação atual da ARU concluído

3 – Programa Estratégico

- Finalizado o Programa Estratégico

ARU 2 – GOLEGÃ ESTE

1 – Dados Gerais:

- Área: 8.26 HA
- Propriedades: 208
- Edifícios: 215
- Frações: 220
- Quarteirões: 8
- Visitas ao interior das frações: 9%

2 - Realização de levantamentos aos edifícios e espaço público:

- O levantamento de caracterização do edificado pelo exterior e interior encontra-se concluído.
- Caracterização e Diagnóstico da Situação atual da ARU concluído

3 – Programa Estratégico

- Finalizado o Programa Estratégico

ARU 5 – SÃO CAETANO

1 – Dados Gerais:

- Área: 26.15 HA
- Propriedades: 56
- Edifícios: 75
- Frações: 76
- Quarteirões: 4

2 - Realização de levantamentos aos edifícios e espaço público:

- O levantamento de caracterização do edificado pelo exterior e interior encontra-se concluído.
- Caracterização e Diagnóstico da Situação atual da ARU concluído
- Foram definidos os projetos estruturantes.

3 – Programa Estratégico

- Programa Estratégico por concluir

RIO MAIOR:

ARU 2 – RIO MAIOR

1 – Dados Gerais:

- Área: 41.08HA
- Edifícios: 552
- Quarteirões: 8

2 - Realização de levantamentos aos edifícios e espaço público:

- O levantamento de caracterização do edificado pelo exterior e interior encontra-se concluído.
- Caracterização e Diagnóstico da Situação atual da ARU concluído
- Definidos os investimentos públicos/projetos estruturantes.

3 – Programa Estratégico

- Programa Estratégico concluído.
- Programa Estratégico aprovado em reunião de Câmara de 27 de Março de 2015, e submetido a discussão pública.
- Foi realizada pelo Município uma sessão pública de esclarecimento no dia 29 de Abril de 2015.
- Programa Estratégico aprovado em Assembleia Municipal

BENAVENTE:

ARU 1 – BENAVENTE

1 – Dados Gerais:

- Área: 16.56 HA
- Quarteirões: 24
- Propriedades: 579
- Edifícios: 613
- Frações: 833

2 - Realização de levantamentos aos edifícios e espaço público:

- O levantamento de caracterização do edificado pelo exterior e interior encontra-se concluído.
- Caracterização e Diagnóstico da Situação atual da ARU concluído
- Com a finalização do Diagnóstico foram definidas as linhas orientadoras do Programa estratégico de reabilitação urbana.
- Programa Estratégico concluído.

ARU 2 – SAMORA CORREIA

1 – Dados Gerais:

- Área: 14.81 HA
- Edifícios: 646
- Quarteirões: 23

2 - Realização de levantamentos aos edifícios e espaço público:

- Foi realizada no dia 11 de Janeiro de 2014, uma sessão pública de esclarecimento aos proprietários e população da ARU. A sessão teve lugar no Centro Cultural de Samora Correia;
- O levantamento de caracterização do edificado pelo exterior e Interior iniciou-se a 29 de Abril de 2014;
- O levantamento está a decorrer dentro dos prazos previstos.
- Caracterização e Diagnóstico da Situação atual da ARU concluído
- Com a finalização do Diagnóstico foram definidas as linhas orientadoras do Programa estratégico de reabilitação urbana
- Programa Estratégico concluído.

5 Subsídio ao investimento – Candidatura ao INALENTEJO

No ano de 2015, a LT, Sociedade de Reabilitação Urbana, EM., teve como subsídio de investimento o co-financiamento comunitário FEDER, proveniente das candidaturas ao QREN:

A - ALENT-07-0827-FEDER-001593 – “Elaboração dos Programas Estratégicos das ARU dos Municípios da Lezíria”

A presente candidatura encontra-se encerrada, com relatório final de encerramento submetido desde o ano de 2013.

No ano 2015, a LT-SRU recebeu montantes, relativos à presente candidatura, no valor de 14.314,00 €

B - ALENT-07-0827-FEDER-001906 - "Elaboração dos Programas Estratégicos das ARU dos Municípios da Lezíria - 2ª Fase"

A candidatura tem como objetivo a elaboração de dez novos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana (ARU) dos Municípios de Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã e Rio Maior.

A candidatura foi aprovada e o contrato assinado a 14/05/2013, com duração de 24 meses a contar da data da assinatura do contrato. O montante de investimento elegível total aprovado para a operação é de €199.312,00 e a comparticipação FEDER aprovada é de €169.415,20 que corresponde à aplicação de uma taxa de 85% sobre o montante de investimentos elegível aprovado.

A presente candidatura encontra-se encerrada, com relatório final de encerramento submetida em 07 de Maio de 2015, tendo assim cumprido com os objectivos previstos e assumidos perante o INALENTEJO.

Já se encontram estão validados todos os pedidos de pagamentos, no total de 24.231,00 €. Uma vez que a LT-SRU recebeu foi reembolsada em excesso de vido aos TOP UP 10% do elegível a sociedade não irá receber os pedidos de pagamento (PP21, PP22 e PP 23) mas sim reembolsar após relatório final do INAlentejo uma verba de 10.841,07 €.

No ano de 2015, a LT-SRU recebeu montantes, relativos à presente candidatura, no valor de 26.949,60 €

No total a LT-SRU recebeu o montante de € 41.263,60 (quarenta e um duzentos e sessenta e três mil euros e sessenta centimos) referentes a comparticipações comunitárias atribuídas no âmbito do QREN.

6 Demonstrações financeiras individuais

(para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015)

6.1. Balanço Individual em 31 de dezembro de 2015

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2015

(Valores expressos em euros)

	Notas	31 Dez. 15	31 Dez. 14
Activo			
Activos fixos tangíveis	7.4	0,00	322,30
Propriedades de investimento	7.5	526.543,32	526.543,32
Total dos Activos Não Correntes		526.543,32	526.865,62
Inventários	7.6	0,00	2.288,96
Clientes	7.7	43.371,69	33.592,62
Estado e outros entes públicos	7.8	80.232,51	79.487,22
Outras contas a receber	7.9	0,00	20.882,00
Diferimentos	7.10	0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	7.11	72.154,28	38.004,81
Total dos Activos Correntes		195.758,48	173.740,61
		722.301,80	700.606,23
Capitais Próprios			
Capital realizado	7.12, 7.13	452.148,90	456.956,30
Reservas legais	7.14	2.929,76	2.681,79
Outras reservas	7.14	16.466,52	16.466,52
Resultados transitados		2.106,82	2.604,60
Resultado líquido do exercício		1.406,16	4.959,28
Total dos Capitais Próprios		475.058,16	483.668,49
Passivo			
Outras contas a pagar	7.15	247.243,64	240.689,97
Total dos Passivos Não Correntes		247.243,64	240.689,97
Fornecedores	7.16	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	7.8	0,00	3.121,86
Total dos Passivos Correntes		0,00	3.121,86
Total do Passivo		247.243,64	243.811,83
		722.301,80	700.606,23

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras
Santarém, 1 de Março de 2016

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

ADMINISTRAÇÃO

RUI GONÇALVES

6.2. Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de Dezembro de 2015

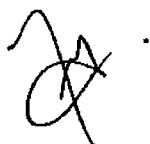
Demonstração dos Resultados Individuais Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.15	31.Dez.14
Prestação de serviços	7.17	58.000,00	54.900,00
Subsídios à exploração		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	7.18	(2.208,95)	0,00
Fornecimentos e serviços externos	7.19	(58.683,47)	(59.427,11)
Outros rendimentos e ganhos	7.20	10.257,00	75.707,75
Outros gastos e perdas	7.21	(4.111,81)	(4.162,60)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2.242,75	6.907,04
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(161,15)	(322,30)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.081,61	6.584,74
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		2.081,61	6.584,74
Imposto sobre o rendimento do período	7.8	(675,45)	(1.021,32)
Resultado líquido do período		1.406,16	5.563,42

Santarém, 1 de Março de 2016

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

A ADMINISTRAÇÃO



6.3. Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de Dezembro de 2015

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

(Valores expressos em euros)

	Notas	31 Dez.15	31 Dez.14
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes	7.7	61.560,98	50.643,49
Pagamentos a fornecedores	7.16	(6.619,06)	(11.671,53)
Pagamentos ao pessoal			
Caixa gerada pelas operações		54.941,87	38.971,96
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(1.151,88)	557,63
Outros recebimentos/pagamentos	7.9/7.11/ 7.15	(35.843,14)	(21.337,19)
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		17.946,87	19.192,40
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)			
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio	7.12	16.198,60	
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		16.198,60	
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	7.11	34.145,47	19.192,40
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	7.11	38.008,81	18.872,01
Caixa e seus equivalentes no fim do período	7.11	72.154,28	38.008,81

Santarém, 1 de Março de 2016

O TÉCNICO ORÇAL DE CONTAS

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

ADMINISTRAÇÃO

RUI CARVALHAL

6.4. Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais em 31 de Dezembro de 2015

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2015

(Valores expressos em euros)

	1	Notas	Capital Próprio abituais (classe de alterações do capital)					Total do capital próprio
			Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Outras variações no capital próprio	
Posição no início do Período 2015			85.970,30	2.081,79	16.468,60	2.634,61	-4.959,39	107.186,01
Alterações no período								
Retirada adopcão de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do excedente de revalorização de activos								
Excedente de revalorização de activos								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								
Resultado Líquido do Período	2			247,97		4.711,42	-4.959,39	
Resultado Integral	3			247,97		4.711,42	-4.959,39	
Operações com detentores de capital próprio								
Realizações de capital								
Realizações de prémios de emissão								
Distribuições								
Entradas para cobertura de perdas								
Outras operações								
Posição no Fim do Período 2015	5		16.198,60					16.198,60
6 = 1 + 2 + 3 + 4 + 5								

Para se lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Santarém, 2 de Março de 2016

OTÉON CO-ORDINADOR DE CONTAS

[Handwritten signature]
A ADMINISTRAÇÃO
RICARDO GOMES

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individual - Exerício de 2014

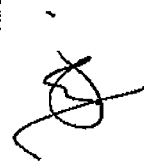
(Valores expressos em euros)

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício
1	Notas						
Posição no início do Período 2014		45.950,30	2.681,79	15.465,52	3.228,75		624,15
Alterações no período							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização do excedente de revalorização de activos							
Excedente de revalorização de activos							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							
2					624,15		-624,15
3					624,15		-624,15
4 = 2 + 3							
Resultado Líquido do Período							4.959,39
Resultado Integral							4.959,39
Operações com detentores de capital próprio							
Realizações de capital							
Realizações de prêmios de emissão							
Distribuições							
Entradas para cobertura de perdas							
Outras operações							
5							
6 = 1 + 2 + 3 + 4 + 5							4.959,39
Posição no Fim do Período 2014							4.959,39

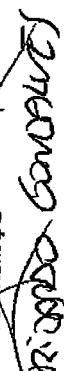
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Soraya, 1 de Maio de 2016

OTÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



AUDITORIA



7. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais

Para o exercício 31 de Dezembro de 2015 (Valores expressos em euros)

7.1. Nota Introdutória

A sociedade "LT – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM", tem sua sede em Quinta das Cegonhas – Apartado 577 em Santarém A Empresa tem como atividade principal promover a reabilitação urbana dos centros históricos, das áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, bem como de qualquer outra área de regeneração urbana urgente.

7.2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

7.2.1. Nota introdutória

A sociedade "LT – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM", tem sua sede em Quinta das Cegonhas – Apartado 577 em Santarém A Empresa tem como atividade principal promover a reabilitação urbana dos centros históricos, das áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, bem como de qualquer outra área de regeneração urbana urgente.

7.2.2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 31 de Dezembro de 2015 as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Releva-se no entanto que está previsto início de processo de dissolução/liquidação da sociedade no decorrer do ano de 2016, por se prever que irá incorrer em incumprimento da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto.

c) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

7.3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

7.3.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da sociedade são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

7.3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo

registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

7.3.3 Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2011 a 2015 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

7.3.4 Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

7.3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

7.3.6 Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

7.3.7 Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

7.3.8 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

7.3.9 Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

7.3.10 Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas.

A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo. Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

7.4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2015						
	Saldo em 01-Jan-15	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dec-15
Custos:						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico	1.611,50					1.611,50
Equipamento de transporte						
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	18.310,72					18.310,72
Outros activos fixos tangíveis						
Investimentos em curso						
	<u>19.922,22</u>					<u>19.922,22</u>
Depreciações acumuladas:						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico	1.289,20	322,30				1.611,50
Equipamento de transporte						
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	18.310,72					18.310,72
Outros activos fixos tangíveis						
	<u>19.599,92</u>	<u>322,30</u>				<u>19.922,22</u>
31 de Dezembro de 2014						
	Saldo em 01-Jan-14	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dec-14
Custos:						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico	1.611,50					1.611,50
Equipamento de transporte						
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	18.310,72					18.310,72
Outros activos fixos tangíveis						
Investimentos em curso						
	<u>19.922,22</u>					<u>19.922,22</u>
Depreciações acumuladas:						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico	966,90	322,30				1.289,20
Equipamento de transporte						
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	18.310,72					18.310,72
Outros activos fixos tangíveis						
	<u>19.277,62</u>	<u>322,30</u>				<u>19.599,92</u>

7.5 Propriedades de investimento

O movimento ocorrido nas propriedades de investimento, foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2015

	Saldo em 01-Jan-15	Aquisições	Alienacões	Transferências	Variação do justo valor	Saldo em 31-Dez-15
Prédio Urbano - Município Santarém	69.000,00	-	-	-	-	69.000,00
Prédio Urbano - Município Coruche	56.000,00	-	-	-	-	56.000,00
Prédio Urbano - Município Alpiarça	54.000,00	-	-	-	-	54.000,00
Prédio Urbano - Município Azambuja	50.000,00	-	-	-	-	50.000,00
Prédio Urbano - Município Cartaxo	36.000,00	-	-	-	-	36.000,00
Prédio Urbano - Município Chamusca	216.000,00	-	-	-	-	216.000,00
Prédio Urbano - Município Rio Maior	45.543,32	-	-	-	-	45.543,32
	<u>526.543,32</u>					<u>526.543,32</u>

31 de Dezembro de 2014

	Saldo em 01-Jan-14	Aquisições	Alienacões	Transferências	Variação do justo valor	Saldo em 31-Dez-14
Prédio Urbano - Município Santarém	69.000,00	-	-	-	-	69.000,00
Prédio Urbano - Município Coruche	56.000,00	-	-	-	-	56.000,00
Prédio Urbano - Município Alpiarça	54.000,00	-	-	-	-	54.000,00
Prédio Urbano - Município Azambuja	50.000,00	-	-	-	-	50.000,00
Prédio Urbano - Município Cartaxo	36.000,00	-	-	-	-	36.000,00
Prédio Urbano - Município Chamusca	216.000,00	-	-	-	-	216.000,00
Prédio Urbano - Município Rio Maior	45.543,32	-	-	-	-	45.543,32
	<u>526.543,32</u>					<u>526.543,32</u>

7.6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Inventários" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Mercadorias		
Materias primas subsidiárias e de consumo		
Produtos acabados		
Obras em curso		
		2.208,96
		2.208,96
Perdas por imparidades de inventários		
		2.208,96

7.7 Clientes

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-15		31-Dez-14	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente	-	43.371,69	-	33.592,62
Clientes conta títulos a receber	-	-	-	-
Clientes factoring	-	-	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	-	-	-	-
		43.371,69		33.592,62
Perdas por imparidade acumuladas				
		43.371,69		33.592,62

	31-Dez-15		31-Dez-14	
	Clientes gerais	Grupo / relacionados	Clientes gerais	Grupo / relacionados
Clientes				
Clientes conta corrente	-	43.371,69	-	33.592,62
Clientes conta títulos a receber	-	-	-	-
Clientes factoring	-	-	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	-	-	-	-
		43.371,69		33.592,62

7.8 Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	1.345,57	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	78.886,94	79.137,22
Outros impostos e taxas	-	-
	80.232,51	79.137,22
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	-	1.152
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	1.970,00
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	-	-
Segurança Social	-	-
Outros impostos e taxas	-	-
		3.121,86

7.9 Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Outras contas a receber" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-15		31-Dez-14	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessal	-	-	-	-
Outros	-	-	20.802,00	-
			20.802,00	
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
			20.802,00	

7.10 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Diferimentos (Activo)		
Valores a facturar	-	-
Seguros pagos antecipadamente	-	-
Juros a pagar	-	-
Outros gastos a reconhecer	-	-
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	-	-
Outros rendimentos a reconhecer	-	-

7.11 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Caixa	500,00	497,51
Depósitos à ordem	71.654,28	37.511,30
	72.154,28	38.008,81

7.12 Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2015 o capital da Empresa no valor total de **463.254,00** euros, não se encontrava totalmente subscrito e realizado, conforme mapa a seguir apresentado:

	31-Dec-15			31-Dec-14		
	Capital subscrito	Capital por realizar	Capital realizado	Capital subscrito	Capital por realizar	Capital realizado
Município Santarém	116.470,00	-	116.470,00	116.470,00	-	116.470,00
Município Coruche	72.890,00	-	72.890,00	72.890,00	-	72.890,00
Município Almeirim	46.283,00	-	46.283,00	46.283,00	16.155,60	30.832,40
Município Alpiarça	23.481,00	-	23.481,00	23.481,00	-	23.481,00
Município Azambuja	42.979,00	-	42.979,00	42.979,00	-	42.979,00
Município Cartaxo	43.809,00	-	43.809,00	43.809,00	-	43.809,00
Município Chamusca	47.279,00	-	47.279,00	47.279,00	-	47.279,00
Município Golegã	21.153,00	11.105,10	10.047,90	21.153,00	11.105,10	10.047,90
Município Rio Maior	48.910,00	-	48.910,00	48.910,00	-	48.910,00
	463.254,00	11.105,10	452.148,90	463.254,00	27.393,70	435.950,30

7.13 Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital

	% Capital	Valor
Município de Santarém	25%	116.470,00

7.14 Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. No entanto, os estatutos da sociedade preveem pelo menos 10%.

Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

7.15 Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica “Outras contas a pagar” não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-15		31-Dez-14	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Credores por acréscimo de gastos	-	-	-	-
Pessoal	-	-	-	-
Outras contas a pagar	247.243,64	-	240.039,97	-
	247.243,64		240.039,97	

7.16 Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Fornecedores conta corrente		
Fornecedores conta títulos a pagar		
Fornecedores recepção e conferência		
Fornecedores outros		

7.17 Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 foram como segue:

	31-Dez-15			31-Dez-14		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	58.000,00	-	58.000,00	34.800,00	-	34.800,00
Prestação de serviços	58.000,00	-	58.000,00	34.800,00	-	34.800,00

7.18 Variação da produção

A variação da produção nos períodos de 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 foi como segue:

	31-Dez-15			31-Dez-14		
	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Total	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Total
Saldo em 1 de Janeiro						
Regularizações						
Variação da produção	(2.209)		(2.209)			
Saldo em 31 de Dezembro	(2.209)		(2.209)			

7.19 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos a 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Subcontratos		
Serviços especializados	59.430,57	9.251,31
Materiais	90,62	53,07
Energia e fluídos		525,85
Deslocações, estadas e transportes		47,35
Serviços diversos (*)	172,28	2.629,09
Comunicação	92,28	2533,20
Contencioso Notariado	80,00	350,00
Seguros		765,88
	59.693,47	99.477,11

7.20 Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios a 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foram como segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Rendimentos suplementares		
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros		
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros		
Inalentejo	10.257,00	75.742,72
Outros rendimentos e ganhos		0,00
	10.257,00	75.742,72

7.21 Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios a 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foram como segue:

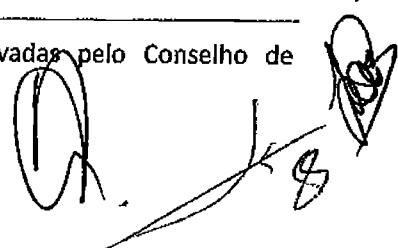
	31-Dez-15	31-Dez-14
Impostos		
Descontos de pronto pagamento concedidos	3.910,84	4.125,68
Dívidas incoobráveis		
Perdas em inventários		
Ganhos e perdas em subsidiárias e associadas		
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros		
Gastos e perdas em inv. não financeiros	161,15	
Outros gastos e perdas	39,82	36,93
	4.111,81	4.162,61

7.22 Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do semestre, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

As demonstrações financeiras para 31 de Dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 01 de Março de 2016



7.23 Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

7.24 Outras informações

- Artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento à alínea b) do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os honorários anuais relativos à prestação de serviços de Revisão de Contas ascendem a 1.500,00 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor

8 Investimento realizado

Não foram realizados quaisquer investimentos em 2015 por parte da sociedade.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas assentam nas regras de prudência, entendendo que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

9 Perspetivas futuras

As projeções para a economia portuguesa apresentadas pelo Banco de Portugal apontam para a contracção sem precedente da atividade económica em Portugal. Esta evolução traduz o impacto sobre a atividade económica do ajustamento de um conjunto de desequilíbrios acumulados ao longo de mais de uma década.

Neste contexto a LT-SRU tem uma posição responsável e consciente, não existe perspetiva de investimento para 2016, para o desenvolvimento da sua atividade de fundo. Assim tem-se vindo a estudar o processo de encerramento da atividade da sociedade.

10 Proposta de aplicação de resultados

Propomos que o resultado líquido positivo obtido no exercício de 2015, no montante de **1.406,16 euros (Mil, quatrocentos e seis euros e dezasseis cêntimos)**, seja aplicado do seguinte modo:

- Reservas legais	70,31 Euros
- Resultados transitados	1.335,85 Euros

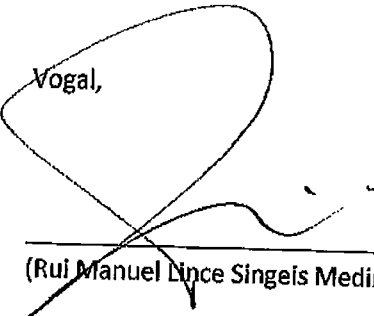
Santarém, 01 de Março de 2016

Conselho de Administração:

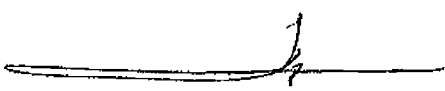
Presidente,


(Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves)

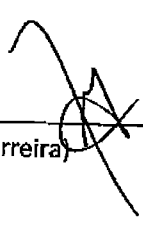
Vogal,


(Rui Manuel Lince Singéis Medinas Duarte)

Vogal,


(Luis Manuel Abreu Sousa)

TOC,


(Joana Ferreira)



Martins Pereira
João Careca & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Manuel Martins Pereira
João Careca
Alec Beerlen
Elsa Cândia Martins

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as Demonstrações Financeiras da LT - Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015, (que evidencia um total de 722.302 euros e um total de capital próprio de 475.058 euros, incluindo um resultado líquido de 1.406 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, as Demonstrações dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio, e o Anexo, do exercício findo naquela data.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto à situação descrita no parágrafo n.º 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. Apesar das expectativas de início em 2016 do processo de dissolução/liquidação da Sociedade, as Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade das operações, não tendo sido feita a avaliação dos imóveis que integram as propriedades de investimento. A Administração entende que o valor de realização dos mesmos não difere da quantia escriturada.

Opinião

8. Em nossa opinião, exceto quanto aos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo n.º 7 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da LT - Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M. em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

9. Sem afetar a opinião anteriormente expressa, chamamos a atenção para a nota 7.2.2 do Anexo às Demonstrações Financeiras, em que a continuidade das operações não está assegurada, na medida em que está previsto o início do processo de dissolução/liquidação da sociedade no decorrer do ano de 2016 conforme referido na alínea b) da nota 7.2.2 do Anexo às demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

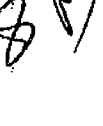
Lisboa, 30 de março de 2016

Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.
Representada por
João António Carvalho Careca, ROC n.º 849



Martins Pereira
João Careca & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas


Manuel Martins Pereira
João Careca
Alec Beerten
Elsa Cândia Martins

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas

Em cumprimento da lei e do mandato que nos foi confiado, apresentamos o relatório da nossa ação fiscalizadora e o nosso parecer sobre o relatório de gestão, demonstrações financeiras e proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da LT - Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Relatório

No desempenho das funções que nos são atribuídas pelo artº 420 do Código das Sociedades Comerciais, acompanhámos regularmente a atividade da Sociedade, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e normas contabilísticas e de relato financeiro que lhe estão subjacentes e, ainda, através dos contactos estabelecidos com o Conselho de Administração e os Serviços, que nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

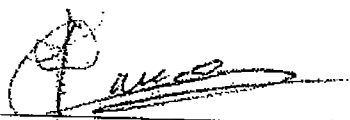
Em resultado do trabalho efetuado, é nossa convicção que o relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras, são suficientemente esclarecedores da situação da Sociedade e satisfazem as disposições legais e estatutárias.

Parecer

Considerando as análises e os trabalhos efetuados, e tendo em atenção o teor da Certificação Legal das Contas, que emitimos, somos de parecer que, a Assembleia Geral da LT - Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M.:

- aprove o relatório do Conselho de Administração e as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015;
- aprove a proposta de aplicação de resultados constante do relatório do Conselho de Administração.

Lisboa, 30 de março de 2016


Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.
Representada por
João António Carvalho Careca, ROC n.º 849

Assunto: Fwd: CLC Contas Consolidadas M. Alpiarça
De: Céu Augusto <ceu.augusto@cm-alpiarca.pt>
Data: 21-06-2016 15:45
Para: Secretária GAP <cristina.ferreira@cm-alpiarca.pt>
CC: João Arroios <joao.arroios@cm-alpiarca.pt>

Cristina

Conforme combinado segue certificação de contas consolidadas

Cumps

----- Mensagem reencaminhada -----

Assunto: CLC Contas Consolidadas M. Alpiarça

Data: Tue, 21 Jun 2016 15:26:46 +0100

De: ines.rodriques@gmsroc.com

Para: presidente@cm-alpiarca.pt, ceu.augusto@cm-alpiarca.pt,
assembleiamunicipal@cm-alpiarca.pt

Boa Tarde,

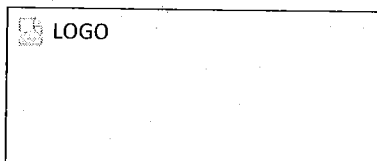
Junto envio Certificação de Contas e respetivo Parecer referente às contas consolidadas.

Os originais seguiram hoje por correio diretamente para o Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

Com os melhores cumprimentos,

Inês Santos

G. Marques, SROC, Unipessoal, Lda
Rua do Montepio, 21 - 2º Drt
2430-258 Marinha Grande
Tel: 244 569 362 Fax: 244 569 424
Tlm: 913 812 128
Site: <http://www.gmsroc.com/>



----- Anexos: -----

CLC Consolidado M. Alpiarça 2015.pdf

1,1 MB

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
(CONTAS CONSOLIDADAS)

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as Demonstrações Financeiras consolidadas do MUNICÍPIO DE ALPIARÇA as quais compreendem o Balanço consolidado em 31/12/2015, (que evidencia um total de balanço de **47.278.153** euros e um total de fundos próprios de **27.352.929** euros, incluindo um resultado líquido negativo de **1.936.127** euros) a Demonstração consolidada dos Resultados por naturezas e o Mapa de Fluxos da Caixa Consolidado do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Município, a preparação de Demonstrações Financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação do Município e o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

ÂMBITO

4. Exceto quanto às limitações referidas em 7 e 10.2, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as Demonstrações Financeiras Consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das Demonstrações Financeiras Consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Município, utilizadas na sua preparação;

- a verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das transações efetuadas;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as Demonstrações Financeiras Consolidadas.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

RESERVAS

7. O Património e o Balanço estão afetados negativamente devido ao facto de, nas contas do Município, não estarem ainda regularizadas diversas operações urbanísticas, arruamentos e benfeitorias. Por não estarem estimados os valores que estes bens podem atingir, não nos foi possível quantificar o valor da reserva.

8. Deveriam ser criadas, pelo Município, provisões para cobranças duvidosas e outros num total de 483.260 euros.

OPINIÃO

9. Em nossa opinião, exceto quanto ao referido em 8 e quanto aos efeitos que as situações referidas nos parágrafo nº 7 e 10.2 podem ter nas Contas Consolidadas, as Demonstrações Financeiras Consolidadas, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **MUNICÍPIO DE ALPIARAÇA**, em 31/12/2015, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

ÊNFASES

10. Sem afetar a opinião expressa em 9), temos a referir que:

G. MARQUES

AUDITORIA E REVISÃO DE CONTAS

10.1 A totalidade dos empréstimos bancários do Município está contabilizada como de médio e longo prazo. Ainda que se trate de um imperativo da DGAL e uma impossibilidade informática por parte do Município em proceder à divisão entre curto e ML prazo dos financiamentos, entendemos que, a parte que se vence no ano de 2016, e que se elevará a 815.000 €, deveria ser considerada no balanço como de curto prazo.

10.2 Cumpre-nos informar que, as contas da entidade incluída no perímetro da consolidação, não foram objeto de Certificação Legal de Contas.

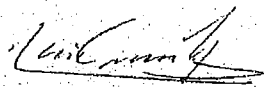
RELATOS SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

11. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Marinha Grande, 9 de junho de 2016

G. MARQUES SROC, UNIPESSOAL, Lda

A GERÊNCIA



Luís Guerra Marques – ROC nº 620

AUDITORIA E REVISÃO DE CONTAS

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

A

ASSEMBLEIA MUNICIPAL - MUNICÍPIO DE ALPIARÇA

1. Nos termos da Lei 73/2013, cabe ao Revisor Oficial de Contas emitir parecer sobre os documentos de prestação de conta consolidadas do **MUNICÍPIO DE ALPIARÇA**, referentes ao exercício findo em 31/12/2015.
2. O Revisor Oficial de Contas desempenhou regularmente as funções previstas no artigo 48º da Lei 2/2007, tendo procedido às verificações que entendeu necessárias nas circunstâncias e apreciado as contas consolidadas do Município. Para a execução destes trabalhos recebeu do Município toda a informação que ao mesmo solicitou.
3. Em final de exercício foram, para além das contas consolidadas e seus anexos, apreciado o relatório consolidado de gestão tendo em vista a emissão da Certificação de Contas Consolidada.

4. PARECER

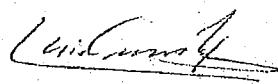
Em função da análise que efetuámos aos documentos de prestação de contas consolidadas do **MUNICÍPIO DE ALPIARÇA** referente ao exercício findo em 31/12/2015, e tendo em conta as Reservas e Ênfases incluídas na Certificação de Contas Consolidada, somos de opinião que os referidos documentos se apresentam elaborados de acordo com os princípios de consolidação de contas legalmente aplicados a este setor.

5. Por fim queremos agradecer ao Município e aos seus serviços toda a colaboração que nos prestaram para o desempenho das nossas funções.

Marinha Grande, 9 de junho de 2016

G. MARQUES SROC, UNIPessoal, Lda

A GERÊNCIA



Luís Guerra Marques – ROC nº 620



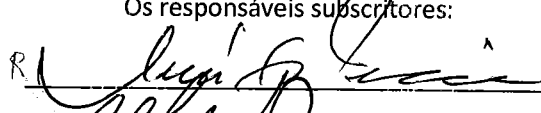
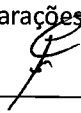
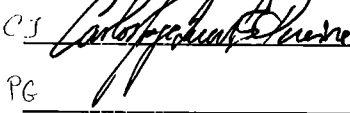
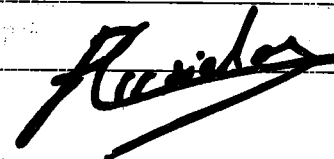
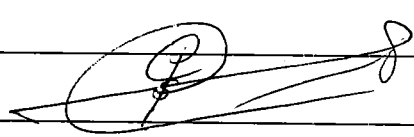
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

(Conforme Resolução do Tribunal de Contas número 44/2015, 25 de novembro)

No âmbito do processo de prestação de contas da gerência/exercício de 2015 do Município de Alpiarça declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas consolidadas ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que, designadamente:

- a) não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;
- b) identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;
- c) não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;
- d) evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;
- e) incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;
- f) evidenciam que foram respeitadas as normas da contração pública aplicáveis e cumpridos pontual e tempestivamente todos os acordos e contratos com terceiros;
- g) evidenciam que foram respeitadas as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho bem como observaram as incompatibilidades e limitações previstas aí, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais;
- h) foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

Alpiarça, 14 de junho de 2016

Os responsáveis subscritores:	Os responsáveis que condicionam a subscrição, total ou parcialmente, nos termos e pelas razões constantes das declarações juntas:
R1 	
CS 	
PG	
FC	
JA 	FC 

Nota: Junta-se ____ Declarações;